

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Maria Eduarda Magro

**A Penitenciária Feminina Madre Pelletier no mapa da repressão:  
mulheres militantes de esquerda e prisão política na ditadura civil-militar brasileira  
(Porto Alegre, 1970)**

Porto Alegre  
2019

Maria Eduarda Magro

**A Penitenciária Feminina Madre Pelletier no mapa da repressão:  
mulheres militantes de esquerda e prisão política na ditadura civil-militar brasileira  
(Porto Alegre, 1970)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado ao Departamento de História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Licenciada em História.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Caroline Silveira  
Bauer.

Porto Alegre  
2019

CIP - Catalogação na Publicação

Magro, Maria Eduarda

A Penitenciária Feminina Madre Pelletier no mapa da repressão: mulheres militantes de esquerda e prisão política na ditadura civil-militar brasileira (Porto Alegre, 1970) / Maria Eduarda Magro. -- 2019.  
105 f.

Orientadora: Caroline Silveira Bauer.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Presas políticas. 2. Ditadura civil-militar. 3. História oral. 4. VAR-Palmares. 5. Penitenciária Feminina Madre Pelletier. I. Bauer, Caroline Silveira, orient. II. Título.

Maria Eduarda Magro

**A Penitenciária Feminina Madre Pelletier no mapa da repressão:  
mulheres militantes de esquerda e prisão política na ditadura civil-militar brasileira  
(Porto Alegre, 1970)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Caroline Silveira Bauer.

**Aprovado em:** 9 de janeiro de 2020

**Conceito:** A

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Caroline Silveira Bauer – UFRGS (Orientadora)

---

Ma. Jocyane Ricelly Baretta – UNICAMP

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Natalia Pietra Méndez – UFRGS

Às grandes mulheres que, fora das páginas,  
lutam e lutaram “pelo justo, pelo bom e pelo  
melhor do mundo”.

À Rafaela, *in memoriam*,  
que lutaria como uma menina.

Dedico.

## AGRADECIMENTOS

A arte de transliterar a gratidão em palavras é um enorme mistério. São coisas de sentir que, me parece, jamais serão suficientemente inteligíveis quando escritas. Durante toda a graduação, e até mesmo antes, pensei no momento em que estaria fazendo isso que faço agora. Com a certeza da impossibilidade de expressar o sentimento, e o lamento de não poder me dedicar a essas palavras tanto quanto esperava, esse é o meu esforço mais sincero de registrar os afetos e apoios que me cercaram ao longo dessa trajetória.

Agradeço à minha mãe e minha avó, por serem minha mátria. Por, durante todos os dias da minha vida, terem feito esforços desmedidos para me prover tudo o que preciso, especialmente nesses últimos tempos, quando, em quatro mãos, teceram essa rede de apoio tão sólida. Pelo café da manhã na mesa, a TV até mais baixa, as substituições nos passeios noturnos com a Roró, tantos detalhes de preocupação e cuidado. Minha mãe, que me ensinou o amor pela humanidade e me mostrou que a educação e o conhecimento são minhas ferramentas de luta. Minha vó, que quando contava as histórias sobre os abacates do governo e a filha do baleiro levada pelo DOPS, sem saber, já influenciava as minhas escolhas futuras. Trilho todos os meus caminhos para orgulhá-las e agradecê-las. Minhas vidas, minhas mulheres guerreiras, olha só onde a gente chegou!

À Aurora, minha nenê de quatro patas, por ter sido a companhia ao lado da minha cadeira todos os dias. Por tão sábia e insistentemente me chamar para brincar e sair um pouco da frente do computador, e fielmente me esperar na porta em todos os meus retornos. Te amo, minha xubirubi.

Ao meu vô Antônio, *in memoriam*, com quem aprendi como o afeto pode ser transformador. Por ter me ensinado a ir seguindo apesar da dor. Meu primeiro aluno, que orgulho tu terias, meu vôzinho, em saber que serei uma professora “de verdade”, e que não fui nem um pouco autoritária com os meus alunos, tal como eu era contigo ao dizer: Antôôônio, lembra, repete o que eu falei agora.

À Yasmin, Bernardo e Caetana, amores da dinda, por nutrirem meu coração com esperança: um dia vocês vão entender como os meus passos são nossos.

A todo apoio e incentivo das minhas dindas Nega, Ju e Naty, e dos meus dindos Gabi e Toko, que sempre acreditaram em mim e vibraram junto com cada conquista, que nunca é só minha.

Ao Álvaro, por tanto carinho e pelas incansáveis ajudas.

À Tia Vera, pelas “velinhas” acendidas.

À Cássia, por trazer leveza e conforto a essa jornada que, sem nossos cafés, seria muito mais exaustiva. Tua compreensão, apoio e parceria foram fundamentais para fazer com que esse momento não fosse tão solitário.

À Bruna, minha amiga com as mais lindas e geniais referências, pelas leituras atentas e por todas as contribuições de sempre; tenho certeza que esse é apenas o primeiro caminho que trilhamos juntas. À Laura, amiga que também sempre apoiou e prestigiou essa pesquisa. À Luísa, minha parceira do último estágio, que importante foi a nossa reaproximação. Ao Yuri, com quem compartilhei muitas angústias – e felicidades tão maiores. Ao Pedro e Bruno, que tanto aturaram as minhas inseguranças, e sempre estiveram prontos a me ajudar em todas as dúvidas. Agradeço também às amizades construídas ao longo da graduação e que, mesmo não tão presentes ultimamente, marcaram profundamente a minha história (com perdão do trocadilho tosco): Manu, Carol, João Camilo, Tini, Alexia, Celo, sinto saudades de tempos outros.

Agradeço à minha orientadora Carol, pela atenta e paciente orientação. Mesmo quando em outro continente, se fez presente em cada etapa dessa pesquisa. Tua presença é fundamental e inspiradora em todos os lugares que ocupa - que professora transformaria uma aula pós-luto de derrota nas eleições em compartilhamento de aflições e poesias? Uma grande referência de professora, historiadora e ser humano. Muito obrigada por, desde o começo, ter confiado em mim e me incentivado a ir além.

À professora Natália e à Jocayne, por tão prontamente terem aceitado compor a banca de avaliação desse trabalho, e por se colocarem no ambiente acadêmico como essas fortes mulheres feministas que são. Obrigada por todos os apontamentos precisos que levaram a esta versão final do trabalho.

Não poderia deixar de agradecer a cada um dos estudantes das escolas Chico Xavier e Cristo Rei, que me acolheram na minha formação enquanto professora, pelas experiências de aprendizagem que construímos juntos. Muito obrigada, Camilly, Endrel, Gabriel, José, Kelvin, Ketlin, Laura, Larissa, Luan, Maria Alice, Maria Eduarda, Melissa, Pedro, Raiane, Sabrina, Suelen, Vitórias, Wesley e William, da Chico; e Ana Carolina, Ana Julia, Ana Vitoria, Carolina, Débora, Djonathan, Eduarda, Emily, Gabriel, Gabrielly, Giulia, Isadora, Juan Palbo, Lara, Laura, Lia, Marias Eduardas, Nathalia, Priscila, Rafaela, Ricardo, Rodrigo, Thaina, Verônica, Vitor, Wesley, Yngrid, Ewerthon e Pedro, do Cristo.

Por fim, mas não menos importante, agradeço às queridas colaboradoras que tornaram essa pesquisa possível: Helena, Vera Durão, Ignez, Leane e Vera Stringhini. Por me receberem com tanto carinho, e por terem confiado a mim a escuta de seus testemunhos. Mesmo que esta monografia se restrinja a apenas três de vocês, todas foram igualmente importantes para a construção do trabalho, e estarão presentes em todos os rumos da pesquisa. Quanta honra e gratidão por tê-las conhecido. O mundo é mais mundo porque vocês existem.

Pela “minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos”, agradeço.

*Gracias a la vida que me ha dado tanto.*



*Pranto pelo dia de hoje*

*Nunca choraremos bastante quando vemos*

*O gesto criador ser impedido*

*Nunca choraremos bastante quando vemos*

*Que quem ousa lutar é destruído*

*Por troças por insídias por venenos*

*E por outras maneiras que sabemos*

*Tão sábias tão subtis e tão peritas*

*Que nem podem sequer ser bem descritas*

Sophia de Mello Breyner Andresen

## RESUMO

Este trabalho se propõe a investigar como a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, localizada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, inseriu-se no mapa da repressão da ditadura civil-militar brasileira, por meio do encarceramento de mulheres militantes de esquerda enquanto presas políticas. Para tanto, utilizamos como fonte os relatos de prisão de ex-presas políticas, anexos aos processos indenizatórios movidos sob âmbito da Lei Estadual n. 11.042/1997, assim como testemunhos orais de três dessas mulheres, coletados especialmente para essa pesquisa. Entendendo o gênero enquanto estruturante das experiências de militância e cárcere, buscamos evidenciar como uma instituição de reclusão foi apropriada pelo terrorismo de Estado para reconfigurar as práticas de violência contra as presas políticas.

**Palavras-chave:** Presas políticas, cárcere político, Penitenciária Feminina Madre Pelletier, VAR-Palmares, ditadura civil-militar, história oral.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo investigar cómo la Penitenciaría Feminina Madre Pelletier, ubicada en la ciudad de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, se insertó en el mapa de la represión de la dictadura cívico-militar brasileña, mediante el encarcelamiento de mujeres militantes de izquierda mientras presas políticas. Con este fin, utilizamos como fuente los informes de encarcelamiento de ex presas políticas, adjuntos a los procesos de indemnización presentados en virtud de la Ley Estatal n. 11.042/1997, así como testimonios orales de tres de estas mujeres, producidos especialmente para esta investigación. Entendiendo el género como un elemento estructurante en las experiencias de militancia y prisión, buscamos mostrar cómo el terrorismo de Estado se apropió de una institución de reclusión para reconfigurar las prácticas de violencia contra las presas políticas.

**Palabras clave:** presas políticas, encarcelamiento político, Penitenciária Feminina Madre Pelletier, VAR-Palmares, dictadura cívico-militar, historia oral.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Helena Lucia Rodolphi e Ignez Maria Serpa Ramminger no ato de identificação da PFMP promovido pelo Comitê Carlos de Ré, em 2012.....	<b>18</b>
<b>Figura 2.</b> Placa do projeto Marcas da Memória na PFMP.....	<b>19</b>
<b>Figura 3.</b> Mapeamento inicial das ex-presas políticas a partir dos processos de indenização.....	<b>24</b>
<b>Figura 4.</b> Mapeamento final das ex-presas políticas.....	<b>26</b>
<b>Figura 5.</b> Fluxo de presas políticas na PFMP entre 1969 e 1979.....	<b>61</b>
<b>Figura 6.</b> Apresentação de Ignez Serpa à imprensa.....	<b>63</b>
<b>Figura 7.</b> Registro de entrada de Helena Lucia Rodolphi no DOPS/RS.....	<b>64</b>
<b>Figura 8.</b> Croqui das instalações da Penitenciária Feminina Madre Pelletier.....	<b>74</b>
<b>Figura 9.</b> Croqui das instalações da PFMP com identificação dos espaços.....	<b>74</b>
<b>Figura 10.</b> Espaço de encarceramento das presas políticas, 1971.....	<b>76</b>
<b>Figura 11.</b> Canil do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier, 2012.....	<b>77</b>
<b>Figura 12.</b> Visita de Ignez Serpa ao antigo espaço de encarceramento das presas políticas, 2014.....	<b>77</b>
<b>Figura 13.</b> Rotatividade de presas políticas na PFMP no ano de 1970.....	<b>78</b>
<b>Figura 14.</b> Trama de sujeitos em convivência no espaço prisional.....	<b>80</b>
<b>Figura 15.</b> Helena, Ignez e Vera.....	<b>97</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Informações sobre as entrevistas concedidas à autora.....	<b>28</b>
<b>Tabela 2.</b> Perfil das militantes encarceradas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier.....	<b>54</b>
<b>Tabela 3.</b> Denunciadas e enquadramento legal.....	<b>61</b>

## LISTA DE SIGLAS

- ADFG** – Ação Democrática Feminina Gaúcha
- AI-2** – Ato Institucional n. 2
- AI-5** – Ato Institucional n. 5
- AP** – Ação Popular
- APERS** - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
- CAMDE** – Campanha da Mulher pela Democracia
- CEV/RS** - Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul
- CPM** – Código Penal Militar
- DCI** – Divisão Central de Informações
- DL** - Decreto-Lei
- DOI-CODI** - Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
- DOPS** - Departamento de Ordem Político e Social
- DSN** - Doutrina de Segurança Nacional
- ESG** - Escola Superior de Guerra
- FBT** – Fração Bolchevique Trotskista
- IPM** - Inquéritos Policial Militar
- LSN** - Lei de Segurança Nacional
- M3G** – Marx, Mao Marighella e Guevara
- MJDH** - Movimento de Justiça e Direitos Humanos
- PBNM** - Projeto Brasil Nunca Mais
- PFMP** - Penitenciária Feminina Madre Pelletier
- PMPA** - Prefeitura Municipal de Porto Alegre
- POC** – Partido Operário Comunista
- TDE** - Terrorismo de Estado
- VAR-Palmares** - Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares
- VPR** - Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1 PRISÃO POLÍTICA, REPRESSÃO E ARBITRARIEDADE</b> .....	35
1.1 <i>Há perigo na esquina: anticomunismo, Doutrina de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado</i> .....	36
1.2 <i>Onde tudo nos quebra e emudece: as detenções como arma política</i> .....	41
<b>2 AS MULHERES MILITANTES DE ESQUERDA NO ALVO DA REPRESSÃO</b> .....	47
2.1 <i>Não temos tempo de temer a morte: ser mulher de esquerda na oposição à ditadura</i> .....	47
2.2 <i>Caminhadoras de resistência: Helena Lucia, Ignez Maria e Vera Lucia</i> .....	53
<b>3 O CÁRCERE POLÍTICO NA PENITENCIÁRIA FEMININA MADRE PELLETIER</b> .....	67
3.1 <i>Perdoai-lhes Senhor, porque eles sabem o que fazem: traçados sobre as origens do encarceramento feminino</i> .....	67
3.2 <i>O depósito das mulheres que incomodam: as dinâmicas do cárcere político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier</i> .....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	91
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	98

## INTRODUÇÃO

“A gente não pode esquecer da ditadura. A gente não pode deixar que a história seja reescrita de acordo com o que os nossos algozes querem que ela seja, quando você tem um homem do porão na presidência da República...”. A fala de Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão, jornalista aposentada, que durante a década de 1970 foi perseguida e encarcerada por se opor à ditadura civil-militar, vai ao encontro de um problema latente na contemporaneidade brasileira: o país atravessa um período em que o negacionismo e o revisionismo apologético<sup>1</sup> têm sido empregados como uma das principais armas políticas do governo<sup>2</sup>. A falsificação deliberada da História surge como prática ideológica, pautando-se em distorções e idealismos<sup>3</sup>, e assim procurando reabilitar o discurso oficial, a fim de legitimar o período ditatorial. Buscando a hegemonia das narrativas, a ação revisionista opera, para além da deturpação dos fatos, mobilizando estratégias de esquecimento<sup>4</sup> e, por conseguinte, impondo uma série de silenciamentos, para garantir a reescrita da História à seu modo. Instituindo *o que lembrar e como lembrar*, e sobretudo *o que não se deve saber*, a memória é operacionalizada em seus usos políticos.

As trajetórias dissidentes, entre as quais estão a de Vera e de todas as outras mulheres que, assim como ela, se opuseram ao regime e se tornaram presas políticas, são enquadradas na categoria do *para esquecer* - ou, ainda, do *para dizer que não foi assim que aconteceu*. Ao registrarmos seus caminhos por meio de uma pesquisa que segue rigores teórico-metodológicos, baseando-nos na análise de fontes e suas evidências, nos inserimos nos embates pela memória, procurando resistir à reescrita da história. Para tanto, elegemos como *problema de pesquisa* os modos de articulação da Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP), localizada em Porto Alegre, ao aparato repressivo do Estado ditatorial brasileiro, a partir do cárcere político de mulheres militantes de esquerda. Tal investigação foi iniciada sob o âmbito da iniciação científica, de modo que as reflexões aqui apresentadas sejam também resultado dessa trajetória de pesquisa iniciada no primeiro semestre de 2018.

---

<sup>1</sup> cf BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico?. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org). **Que história pública queremos?** Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2018, p. 197.

<sup>2</sup> NEHER, Clarissa. O negacionismo histórico como arma política. **Instituto Humanitas Unisinos**. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588090-o-negacionismo-historico-como-arma-politica>> Acesso em: 14 dez. 2019.

<sup>3</sup> BAUER, op. cit., p. 199.

<sup>4</sup> PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 31, n. 57, 2015. p. 895.



Este é o primeiro trabalho acadêmico que se detém especificamente na análise da prisão política na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Isso não significa que seja um tema inédito; ao contrário, insere-se em um debate iniciado a partir das ações do Comitê Carlos de Ré da Verdade e da Justiça e da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul (CEV/RS), responsáveis pela identificação da PFMP como um lugar de repressão na ditadura. Não fossem essas contribuições prévias, que demarcaram a presença de presas políticas na instituição à época da ditadura, essa pesquisa não seria possível. Desse modo, antes de avançarmos para as delimitações do nosso trabalho, é importante traçarmos um panorama sobre o que já foi escrito e divulgado sobre o tema. São contribuições difusas e esparsas; algumas vezes, também incompletas ou limitadas, considerando que seus objetivos principais não eram o de investigar exclusivamente a PFMP enquanto um lugar de repressão, como fazemos agora. Assim, nosso esforço é também no sentido de sistematizar e avaliar essas informações que circulam.

\*

Em 2012, o Comitê Carlos de Ré da Verdade e da Justiça apontou a vinculação da PFMP ao aparato repressivo a partir de testemunhos de mulheres que lá foram encarceradas. Dentro da agenda de identificação dos lugares de repressão e tortura na cidade de Porto Alegre, promoveu-se ato de identificação pública da Penitenciária no dia 23 de outubro<sup>5</sup>. Este foi o primeiro reconhecimento oficial por parte de entidades civis quanto às práticas violadoras de direitos humanos cometidas no local contra presas políticas. O ato rendeu relativa cobertura jornalística, que, para além de noticiarem o reconhecimento enquanto lugar de repressão, retomaram também a trajetória de militantes que participaram do evento. Reportagens foram veiculadas no portal eletrônico do jornal Sul21<sup>6</sup> e no *site* da SUSEPE<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> COMITÊ CARLOS DE RÉ. **Identificação do Presídio Feminino Madre Pelletier**. 2012. Disponível em: <<https://comitedaverdadeportoalegre.wordpress.com/2012/08/20/identificacao-do-presidio-feminino-madre-pelletier/>> Acesso em: 16 out. 2019

<sup>6</sup> DUARTE, Rachel. Depois de 40 anos, vítimas da ditadura voltam a local de tortura em Porto Alegre. **Sul21**. Porto Alegre, 23 out. 2012. Disponível em: < <https://www.sul21.com.br/noticias/2012/10/depois-de-40-anos-vitimas-da-ditadura-voltam-a-local-de-tortura-em-porto-alegre/>> Acesso em: 16. out. 2019

<sup>7</sup> MOTTA, Neiva. Susepe e comitê Carlos da Ré reúnem ex-presas políticas na Capital. **Susepe**. Porto Alegre, 24 out. 2012. Disponível em: <[http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_conteudo=1054&cod\\_menu=4](http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=1054&cod_menu=4)>. Acesso em: 16 out. 2019

**Figura 1.** Helena Lucia Rodolphi e Ignez Maria Serpa Ramminger no ato de identificação da PFMP promovido pelo Comitê Carlos de Ré, em 2012.



Fonte: Bernardo Jardim Ribeiro/Sul21.

O próximo ato de reconhecimento público da ligação entre PFMP enquanto lugar de repressão viria quatro anos depois dessa primeira iniciativa. Resultado de um convênio firmado em 2012 entre o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o Projeto Marcas da Memória teve como objetivo “tornar público todos os espaços que foram centros de detenção e tortura, bem como incentivar atividades culturais que propiciem o conhecimento e a reconstrução da memória histórica do período ditatorial e da resistência”<sup>8</sup>. Na PFMP, a placa foi instalada em frente à entrada principal do Presídio, em 4 de outubro de 2016. Antes, outros oito lugares haviam sido identificados. Diferentemente dos atos promovidos pelo Comitê Carlos de Ré, o descerramento da placa não contou com a presença de militantes e de ex-presas políticas; compareceram Jair Krischke, presidente do MJDH, e José Fortunati, então prefeito da cidade.

---

<sup>8</sup> MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Porto Alegre irá identificar locais de tortura na ditadura.** s/d. Disponível em: <[http://ong.portoweb.com.br/direitoshumanos/default.php?reg=103&p\\_secao=11](http://ong.portoweb.com.br/direitoshumanos/default.php?reg=103&p_secao=11)> Acesso em: 17 out. 2019.

**Figura 2.** Placa do projeto Marcas da Memória na PFMP.



Fonte: Joel Vargas/PMPA.

Essas ações de identificação conferiram visibilidade, ou ao menos reconhecimento, à existência da PFMP enquanto um lugar de repressão durante a ditadura, ensejando a abordagem em trabalhos acadêmicos. Jocyane Baretta, em dissertação intitulada *Arqueologia e construção de memórias materiais da ditadura militar em Porto Alegre/RS (1964-1985)*<sup>9</sup>, identifica espaços utilizados pelo aparato repressivo ditatorial na cidade. Apesar de se concentrar no Dopinha e na Ilha do Presídio, Baretta aponta a PFMP como um importante lugar de detenção em Porto Alegre à época da ditadura. Dedicou uma página e meia às suas reflexões sobre a PFMP, valendo-se sobretudo do relato de prisão escrito por Ignez Maria Serpa Ramminger, identificada sob o pseudônimo Maria. Ainda, menciona que, em levantamento realizado com base nos processos de indenização movidos por ex-presas políticas, localizou o total de oito mulheres que lá foram encarceradas<sup>10</sup>, propondo questões para se problematizar o porquê das fontes indicarem este número tão baixo.

<sup>9</sup> BARETTA, Jocyane Ricelly. **Arqueologia e construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964-1985)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2015.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 82.

Raul Ellwanger e Vinicius de Lara Ribas no texto *Lugares de repressão política em Porto Alegre (Rio Grande do Sul - Brasil)*<sup>11</sup>, em esforço semelhante ao de Baretta, sistematizaram lugares que foram cenário da violência política do terrorismo de Estado em Porto Alegre. O “Presídio Feminino Madre Pelletier” aparece no 26º item de uma lista composta por 46 lugares de repressão. As informações fornecidas têm como fonte os testemunhos dados à Comissão Estadual da Verdade por Ignez Serpa, Eliana Chaves, Maildes Cresqui (sic) e Marlova Canabarro, além de uma entrevista concedida diretamente aos autores por Vera Lúcia Durão. Em dez linhas, descrevem aquele lugar como um “depósito de presas comuns” que, ao ser “habilitado como prisão política”, teria abrigado aproximadamente 40 mulheres. A caracterização geral da PFMP é definida como “atividade de presídio comum com presas políticas, dobradiça do DOPS, ameaça judicial em sua ligação com a Auditoria, teve papel importante na função de quebrar pessoalmente as prisioneiras”<sup>12</sup>.

O Relatório Final da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, publicado em 2017, também reconhece a PFMP como um lugar de repressão. A subcomissão, que operou entre abril e agosto de 2015, tinha por objetivo “levantar informações sobre os delitos praticados no período da ditadura militar no Rio Grande do Sul”<sup>13</sup>. As informações referentes à identificação da PFMP foram obtidas a partir do testemunho de Ignez Maria Serpa Ramminger.

Ana Maria Colling, no livro *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*<sup>14</sup>, ao contrário dos trabalhos supracitados, não teve por objetivo identificar lugares de repressão, mas investigar a participação feminina nos grupos de oposição ao regime, a partir de memórias das militantes que foram presas e perseguidas durante o período. Entre as seis mulheres entrevistadas, estão Rosa, Simone e Olga, que passaram pela PFMP<sup>15</sup>. As condições de encarceramento são brevemente citadas em duas páginas.

---

<sup>11</sup> ELLWANGER, Raul; RIBAS, Vinicius de Lara. Lugares de repressão política em Porto Alegre (Rio Grande do Sul - Brasil). **IX Seminário Internacional Políticas de la Memoria**. Buenos Aires, 2016. Disponível em: <[http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2016/11/seminario/mesa\\_30/ellwanger\\_de\\_lara\\_mesa\\_30.pdf](http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2016/11/seminario/mesa_30/ellwanger_de_lara_mesa_30.pdf)> Acesso em: 16 out. 2019.

<sup>12</sup> ELLWANGER & RIBAS, op. cit., p. 16.

<sup>13</sup> RIO GRANDE DO SUL. **Relatório Final**. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça. Assembleia Legislativa: Porto Alegre, 2017. p. 8.

<sup>14</sup> COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

<sup>15</sup> No livro, a Penitenciária Feminina Madre Pelletier é identificada como Bom Pastor, sendo esse nome uma referência à Congregação responsável pela administração. Os nomes das militantes, por sua vez, são pseudônimos. Tratam-se, respectivamente, de Eliana Chaves, Vera Stringhini e Sonia Venâncio Cruz.

Débora Soares Karpowicz, em tese que analisou a trajetória da PFMP<sup>16</sup>, cita a existência de presas políticas na instituição durante a ditadura, sem, no entanto, propor maiores aprofundamentos na discussão. Sem se voltar às condições de cárcere das presas políticas, essas são referidas a partir de considerações das administradoras da Penitenciária, que eram freiras. Como Baretta, se vale dos processos de indenização para proceder ao levantamento de presas políticas encarceradas entre os anos de 1969 a 1974, chegando ao número total de doze mulheres<sup>17</sup>.

Entre outros trabalhos que tangenciam a presença das presas políticas na PFMP, sem ter a proposta de analisar a instituição enquanto um lugar de repressão da ditadura, podemos citar o livro jornalístico *Presos que menstruam*, de Nana Queiroz<sup>18</sup>. Em um breve parágrafo, aponta a importância do Comitê de Memória e Verdade do Rio Grande do Sul que, a partir de 2012, permitiu que viesse à tona o “fato descoberto” referente à presença de presas políticas na instituição. A partir de uma declaração de Ariane Leitão, apontada como “uma das fundadoras do comitê e então secretária de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul”, afirma que, além de ser uma prisão, o Madre Pelletier era também um “espaço de tortura”<sup>19</sup>.

Essa revisão bibliográfica nos leva a perceber como o estudo sobre a Penitenciária Madre Pelletier enquanto lugar de repressão durante a ditadura civil-militar se mostra ainda pouco explorado, incorrendo em imprecisões de fontes ou abordagens limitadas. O mesmo se observa ao analisar a produção historiográfica sobre as detenções políticas, que privilegiam as experiências traumáticas vividas em lugares de tortura<sup>20</sup>, em detrimento do cárcere em instituições de prisão.

Em levantamento realizado para esta pesquisa, localizamos treze produções, entre livros (3), monografias (2), dissertações (5) e teses (3), que se concentram especificamente em lugares de prisão<sup>21</sup>. Grosso modo, as abordagens não diferem muito: os trabalhos analisados são

---

<sup>16</sup> KARPOWICZ, Débora Soares. **Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D'Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981)**. 2017. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

<sup>17</sup> KARPOWICZ, 2017a, p. 219.

<sup>18</sup> QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

<sup>19</sup> Ibid., p. 132.

<sup>20</sup> Essa classificação, proposta por Jocyane Baretta, será melhor abordada no primeiro capítulo.

<sup>21</sup> FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J.A de Granville. **Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos**. 1997. Ed. Spicione. FARIA, Cátia. **Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura militar**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. SANTOS, Rodrigo Fonseca Vieira dos. **Memória e espaço prisional: a experiência das ex-presas políticas do Instituto Penal Talavera Bruce (1970-1979)**. 2006. Monografia (Graduação em História) - Unirio, Rio de Janeiro, 2006. FRANCHINI, Flávia Maria Ribeiro. **A subida do Monte Purgatório: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007. ANTUNES, Fernanda Prince.

unânicos<sup>22</sup> em pautar a análise na perspectiva da memória, recorrendo, para tanto, à metodologia da história oral, por meio de entrevistas anteriores, derivadas de projetos de terceiros, ou preparadas especialmente para as pesquisas. São estudos recentes, produzidos sobretudo a partir dos anos 2000, com maior concentração na última década, quando novos sujeitos passaram a figurar nos temas das pesquisas: nota-se uma descentralização no eixo geográfico, contemplando penitenciárias da Bahia, Recife e Ceará, e não mais exclusivamente as adjacências da região sudeste; ao mesmo tempo, o recorte de gênero começa a incidir nas produções, trazendo experiências de mulheres militantes encarceradas e de esposas de presos políticos.

Em um primeiro momento, a preocupação das pesquisas residiu em evidenciar o engajamento político dos presos em situação de cárcere em penitenciárias, quando se mobilizaram para manter a postura militante para além das imposições disciplinares das instituições. Nessa orientação estão o trabalho de Cátia Faria (2005), que ainda investigou o convívio entre os chamados presos comuns e presos políticos na Colônia Penal Cândido Mendes (Ilha Grande/RJ), além de se debruçar sobre a luta pelo reconhecimento do encarceramento político na ditadura; e o trabalho de Flávia Franchini (2007), que se preocupou em analisar as particularidades do cárcere masculino em uma instituição de reclusão, a Penitenciária Regional de Linhares. Também Janaína de Almeida Teles (2011), apesar de não se restringir à prisão política em penitenciárias específicas, investigou o que chama de “estratégias de sobrevivência” e “estratégias de memória” dos presos políticos, dando centralidade às questões em torno da memória, seus silêncios e seus esquecimentos.

---

**História e memória social: depoimentos de presos políticos - Presídio Tiradentes (1969-1973).** 2008. Monografia (Bacharelado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, 2008. BORGES, André. **A fuga: presos políticos fogem para participar da luta contra a ditadura.** 2008. Ed. Urbana. BETTO, Frei. **Diário de Fernando: nos cárceres da ditadura militar brasileira.** 2009. Ed. Rocco. TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil.** 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. SANTOS, Thayana de Oliveira. **As mulheres do Raio Leste: As presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967).** 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pernambuco, 2016. CAVALCANTE, Tatianne Ellen. **Memórias femininas no Bom Pastor - PE: gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).** 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, 2017. PINHEIRO, Clarice Costa. **Estar com ele, estar com ela: memórias das esposas dos presos políticos da Penitenciária Lemos Brito, Salvador anos de 1970.** 2017. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, 2017. BENEDITO, Vanessa Oliveira. **Percepções da prisão: presos políticos e presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional no Instituto Penal Cândido Mendes durante a ditadura militar.** 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. FARIAS, José Airton. **Pavilhão sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971-79).** 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.

<sup>22</sup> Excetuam-se os três livros e a monografia de Rodrigo F. V. dos Santos, aos quais não tivemos acesso no decorrer desta pesquisa.

As produções mais recentes passaram a privilegiar as potências afetivas da experiência de cárcere, deixando de se limitar às vivências traumáticas. Sem a intenção de positivar o encarceramento político na ditadura, o que se procura é evidenciar a recomposição pessoal das pessoas encarceradas, e a potencialidade dos laços afetivos enquanto mecanismo de sobrevivência e resistência. Para além das produções acadêmicas, entre as quais destacamos os trabalhos de Cavalcante (2017) e Farias (2018), o documentário *Torre das Donzelas* (2019), da documentarista Susanna Lira, é emblemático nesse sentido.

Divergindo desses blocos analíticos está a dissertação de Thayana de Oliveira Santos (2016), *As mulheres do Raio Leste: As presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967)*, na qual a experiência prisional não é o objeto de estudo mas, antes, um elemento aglutinador para subsidiar a análise de vivências individuais de militância. A autora investiga as operações repressivas e violentas incididas sobre as ações de mulheres militantes de esquerda no imediato pós-golpe, voltando-se especificamente àquelas que foram encarceradas na Casa de Detenção do Recife. Para tanto, se vale dos arquivos produzidos pela repressão, diferentemente das outras produções sobre encarceramento político em instituições de reclusão, que se pautaram na metodologia da história oral.

Apesar de alguns pontos de confluência nas análises, percebemos o quanto os estudos sobre prisão política em instituições prisionais se constituem como um campo ainda bastante difuso e, assim, profícuo para novos olhares. Ao investigarmos a Penitenciária Feminina Madre Pelletier enquanto um lugar de repressão da ditadura civil-militar brasileira, procuramos lançar luz a episódios e agentes ainda não contemplados amplamente pela historiografia.

\*

O contato com essas produções, especialmente aquelas referentes à PFMP, passou a definir os passos iniciais da pesquisa, levando-nos a delimitar como *fonte* os processos indenizatórios movidos sob o âmbito da Lei Estadual n. 11.042, que, como vimos, já haviam embasado outras análises. Promulgada no ano de 1997, essa lei reconheceu a responsabilidade do estado do Rio Grande do Sul pelas sevícias e maus tratos cometidos contra pessoas detidas, legal ou ilegalmente, por motivações políticas, entre os anos de 1961 e 1979. Ainda, instituiu indenização mínima de 5 mil reais e máxima de 30 mil, que seria avaliada de acordo com “a extensão e a gravidade das sequelas apresentadas pelo ex-presos ou ex-detido”, devendo-se comprovar a “existência de danos físicos ou psicológicos”<sup>23</sup> (art. 5º). Assim, ao solicitarem

---

<sup>23</sup> RIO GRANDE DO SUL. **Lei Ordinária nº 11.042, de 18 de novembro de 1997**. Reconhece a responsabilidade do estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizadas. Porto Alegre, RS: Governo do estado, 1997. Disponível em:

indenização, os e as requerentes precisaram reunir documentação que atestasse suas detenções e as violações sofridas.

No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), desde 2013, o Fundo Comissão Especial de Indenização disponibiliza para pesquisa 1704 processos indenizatórios movidos sob o âmbito da referida lei<sup>24</sup>. Em 2014, o APERS lançou o *Catálogo Resistência em Arquivo*<sup>25</sup>, com verbetes que sistematizaram as informações do acervo. Foi procedendo à busca por menções a termos referentes à Penitenciária Feminina Madre Pelletier - como Presídio de Mulheres, Bom Pastor, Madre Peletier - neste catálogo, que chegamos aos nomes das mulheres que citaram em seus processos terem sido encarceradas na instituição. A figura abaixo apresenta este levantamento quantitativo inicial:

**Figura 3.** Mapeamento inicial das ex-presas políticas a partir dos processos de indenização.



Fonte: Processos de indenização/Autoria própria.

É importante que não tomemos este mapeamento como absoluto. Sabendo que a análise dos processos indenizatórios foi orientada a partir de uma busca direcionada no Catálogo, este

<<http://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-11042-1997-rio-grande-do-sul-reconhece-a-responsabilidade-do-estado-do-rio-grande-do-sul-por-danos-fisicos-e-psicologicos-causados-a-pessoas-detidas-por-motivos-politicos-e-estabelece-normas-para-que-sejam-indenizadas>> Acesso em: 10 set. 2019.

<sup>24</sup> SILVA, Kelvin Emmanuel Pereira. **Policiais militares do RS: a prática de oposição à ditadura militar e a formação de redes de experiência (1964-1979)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. p. 11.

<sup>25</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil**. (Coordenação) BRANDO, Nôva Marques et al. Porto Alegre: CORAG, 2014.



resultado deve ser encarado como parcial. Isso porque, como aponta Débora Karpowicz, algumas ex-presas políticas podiam não ter clareza do seu local de confinamento, haja em vista as constantes realocações a que estavam sujeitas, podendo incorrer em uma possível confusão entre DOPS e PFMP<sup>26</sup>. Assim, seria mais prudente o exame detalhado de todos os processos de indenização movidos por mulheres que citam terem sido presas na cidade de Porto Alegre, o que possivelmente nos traria outro resultado. No entanto, na alçada deste trabalho nos limitamos a uma análise mais circunscrita.

A documentação que compõe os processos analisados abrange desde documentos oficiais - como certidões da Justiça Militar, relatórios da Divisão Central de Informações (DCI) do Rio Grande do Sul e alvarás de soltura -, quanto cópias de reportagens jornalísticas - nos quais foram noticiadas as detenções -, até declarações produzidas especialmente para o processo - que incluem pareceres psiquiátricos e relatos de prisão redigidos por advogados ou pelas próprias requerentes. Nestes, há um detalhamento da trajetória de militância e prisão das mulheres, sendo, portanto, o nosso objeto principal de análise dos processos.

Entre os treze processos consultados, nove incluem relatos de prisão. Nem todos foram estruturados da mesma forma, variando na extensão e nível da descrição. Mesmo assim, é possível assinalar alguns temas comuns, como informações referentes à atuação nas organizações de esquerda, aos motivos que levaram à detenção, ao período de aprisionamento, aos diferentes momentos do cárcere político, às condições de encarceramento no DOPS e na PFMP, e breves menções à rotina prisional. Por meio da análise dessa documentação, pode-se definir o período de encarceramento de presas políticas na PFMP, como sendo entre os anos de 1969 e 1979. Ainda, em modo de comprovar as violações sofridas, são citadas testemunhas oculares, dentre as quais estão as companheiras de prisão, que também foram detidas por motivos políticos. A partir desses novos nomes, pôde-se ampliar o mapeamento de presas políticas que foram encarceradas na PFMP:

---

<sup>26</sup> KARPOWICZ, op. cit., p. 220.

Figura 4. Mapeamento final das ex-presas políticas.



Fonte: Processos de indenização/Autoria própria.

Ainda que seja aqui indicado como um “mapeamento final”, ressaltamos novamente que não se trata de um número acabado, uma vez que o acesso a outras documentações pode expandi-lo. Há de se considerar que o número de pessoas que solicitaram indenização pelas violações sofridas não corresponde à totalidade dos que foram atingidos e atingidas pela ditadura. E, ainda, por se referir a um trâmite estadual, pessoas de outras localidades do país talvez não tenham procedido ao processo neste estado, ainda que aqui tenham sido presas. Além do mais, nem todos os processos movidos foram disponibilizados no APERS, tendo em vista a possibilidade dos requerentes solicitarem que o material não fosse disponibilizado à consulta pública<sup>27</sup>. Assim, a documentação utilizada como fonte abarca apenas uma parcela das mulheres que foram presas. Neste mapeamento final, inclusive, recorreremos a um outro grupo de fontes - os testemunhos coletados pela Comissão Estadual da Verdade<sup>28</sup> -, localizando o nome de Marlova Canabarro, que, embora tenha movido o processo de indenização, não tem em seu verbete no *Resistência em Arquivo* qualquer menção à PFMP. Chegamos, dessa forma, ao mais

<sup>27</sup> SILVA, op. cit., p. 29.

<sup>28</sup> Podem ser consultados virtualmente através do recurso de Consulta On Line de Documentos do sítio eletrônico do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=aap>> Acesso em: 18 dez. 2019.

completo levantamento quantitativo de mulheres que estiveram presas na Penitenciária enquanto presas políticas.

A lógica de elaboração documental dos processos indenizatórios esteve envolta em uma concepção de hierarquização do sofrimento, manifestando-se na perspectiva de monetização do trauma<sup>29</sup> e determinando a construção pessoal e o reconhecimento oficial dos atingidos e atingidas enquanto vítimas. A necessidade de comprovação das sevícias mobilizou “argumentos políticos de vitimização”<sup>30</sup>, que em muito se atrelaram às experiências de tortura, decorrendo em problemas psicológicos que persistiram mesmo findo o aprisionamento. Assim, as mulheres que foram vítimas dessas violações surgem como “uma categoria, então, subjetiva e psicologizada, calcada em argumentos morais que realçam uma imposição (pelos torturadores) de uma existência incompleta, não saudável, traumatizada”<sup>31</sup>. A experiência traumática é o que dá inteligibilidade ao sofrimento, legitimando as reivindicações morais, sociais e políticas das vítimas<sup>32</sup>. É o que percebemos na análise dos relatos de prisão, em que há maior ênfase às vivências de aprisionamento no DOPS, quando as ameaças físicas eram mais recorrentes, constituindo uma “fase de terror”<sup>33</sup>. Assim, a análise de apenas este aparato documental, ainda que com toda sua relevância e contribuições fundamentais para o delineamento da pesquisa, mostrou-se insuficiente para adentrarmos na investigação da experiência de cárcere político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

Com o interesse de nos aproximarmos mais do tema de pesquisa, e visando à uma nova ordem de produção documental, optou-se pela realização de entrevistas através da metodologia da História Oral, construindo um novo bloco de fontes. Para tanto, procedemos inicialmente à coleta de informações atualizadas sobre as ex-presas políticas, a fim de localizar suas cidades de moradia. Estabeleceram-se critérios de prioridade para realização das entrevistas, baseados na proximidade geográfica, na duração do cárcere na PFMP e na colaboração prévia com outras produções. Mesmo com essas delimitações, procurou-se, desde o início, contatar o maior número possível de ex-presas políticas, considerando a importância de registrar seus

---

<sup>29</sup> AYDOS, Valéria. **Vidas marcadas: experiências de tortura nas trajetórias de presos políticos no período da Ditadura Militar em Porto Alegre, Rio Grande do Sul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. p. 100-108.

<sup>30</sup> AYDOS, Valéria; FIGUEIREDO, César A. S. A reconstrução social das vítimas da ditadura militar e a sua ressignificação política. **Anais do 37º Encontro Nacional da ANPOCS**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Águas de Lindóia, 2013. p. 3.

<sup>31</sup> AYDOS & FIGUEIREDO, op. cit., p. 10.

<sup>32</sup> SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**. Salvador, v. 24, n. 61, 2011, p. 54, p. 56.

<sup>33</sup> BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 - 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 97.

testemunhos. A partir da criação de uma rede de contatos<sup>34</sup>, foram realizadas, até o momento de conclusão deste trabalho, cinco entrevistas, cujos detalhes podem ser observados na tabela abaixo:

**Tabela 1.** Informações sobre as entrevistas concedidas à autora.

<b>Entrevistada</b>	<b>Data</b>	<b>Cidade</b>	<b>Duração da entrevista</b>
Helena Lucia Rodolphi	26 ago. 2019	Porto Alegre	2h 03min 26s
Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão	13 set. 2019	Rio de Janeiro	1h 42min 26s
Ignez Maria Serpa Ramminger	20 set. 2019	Porto Alegre	1h 57min 56s
Leane de Almeida	27 set. 2019	São Paulo	2h 03min 07s
Vera Lucia Stringhini	03 out. 2019	Porto Alegre	2h 23min 02s

Fonte: Autoria própria.

Para a condução das entrevistas, partimos do entendimento da história oral enquanto “um processo de registro de experiências que se organizam em projetos que visam a formular um entendimento de determinada situação destacada da vida social”<sup>35</sup>. Sem se tratar da “preservação” ou “resgate da memória”, o que se projeta é a formulação de registros a partir de um processo dialógico e democrático<sup>36</sup>. A história oral foi empregada na sua interface entre prática, metodologia e teoria<sup>37</sup>, e, posteriormente, seus testemunhos foram apreendidos como fonte. Sendo balizada por um tema exterior, previamente definido - qual seja, o encarceramento político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier - foi mais apropriado o gênero da *história oral temática*, em que a estruturação da entrevista não se pauta em toda a trajetória de vida da pessoa entrevistada, voltando-se a um núcleo direcionado de discussão<sup>38</sup>. Mais do que isso, nos

<sup>34</sup> Destacamos aqui a importância da ajuda de Raul Ellwanger que, em contato com a orientadora dessa pesquisa, foi sempre muito solícito e intermediou o contato com parte significativa das ex-presas políticas.

<sup>35</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 64.

<sup>36</sup> MEIHY & HOLANDA, op. cit., p. 19, 20 e 73.

<sup>37</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 170.

<sup>38</sup> MEIHY & HOLANDA, op. cit., p. 39.

valemos da *história oral testemunhal*, uma vez que as entrevistadas estiveram expostas a questões traumáticas e situações-limite enquanto vítimas<sup>39</sup>.

Essa escolha - de fazer história oral testemunhal - envolve uma necessidade de sensibilidade ainda mais apurada do que aquela exigida em todo o processo de coleta de relatos orais. É necessário *aprender a ouvir*, como aponta Marta Rovai, construindo *mecanismos éticos de escuta*:

A prática da história oral testemunhal mantém olhos, ouvidos e espírito atentos ao relato do trauma, entendido aqui como ferida aberta na alma e no corpo por acontecimentos muitas vezes indizíveis, que encontram dificuldade para serem elaborados na forma de palavra. Sem nossa vontade de ouvir, não existe possibilidade do testemunho enquanto narrativa. Portanto, a prática da história oral se apresenta como uma das possibilidades de avaliar a experiência perturbadora que provocou o imobilismo psíquico e histórico frente à violência sofrida nos anos do regime militar. (...) Comprometer-se a ouvir as atrocidades sofridas implica não desviar o olhar, os ouvidos e a alma, abrindo espaço para a subjetividade na pesquisa e na reflexão acadêmica. É olhar em espelho: ter cumplicidade com a escuta e posicionar-se diante da omissão e da continuidade de violações em outros tempos. É também entender que o trauma de uma pessoa é o trauma de uma cultura.<sup>40</sup>

Há ainda de se considerar as particularidades no que tange à história oral testemunhal de mulheres. Essa categoria - *mulheres* - não é aqui apropriada enquanto uma identidade homogênea, universal e essencialista, sendo interpretada em face aos constructos sociais e culturais pelos quais é atravessada e constituída. Assim, nos voltamos mais à “atribuição arbitrária e contingente de papéis para corpos sexuados”<sup>41</sup>, que é entendida por Joan Scott como *gênero*, sendo esta uma forma primária de significar as relações de poder<sup>42</sup>. Partimos, portanto, de uma concepção da *memória gendrada*, assumindo que “se a memória é social e referenciada no coletivo, é também marcada por construções sociais: classe, gênero, raça/etnicidade, geração, e muitas outras categoriais sociais”<sup>43</sup>. Como apontado por Luisa Passerini, a

---

<sup>39</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: Entrevista. **Revista História Agora**. São Paulo, n. 9, 2010.

<sup>40</sup> ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **História Oral**, v. 16, n. 2, 2013. p. 134-135.

<sup>41</sup> SCOTT, J. W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 45, n. 45, 2012. p. 344. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/15018/11212>> Acesso em: 23 set. 2019.

<sup>42</sup> Idem. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 20, v. 2, 1995. p. 86

<sup>43</sup> WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria; GOMES, Janine. “Gendered” Memories: Women’s Narratives from the Southern Cone. In: BENMAYOR, R.; CARDENAL, M. E.; PRATS, P. D. **Memory, subjectivities, and representation. Approaches to Oral History in Latin America, Portugal and Spain**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2015. p. 59. Tradução nossa.

genderização da história oral constitui uma operação de redefinição das abordagens históricas<sup>44</sup>.

Assim, Rovai destaca que

No caso das mulheres, os relatos orais apresentam-se como caminhos para que elas possam colocar-se em cena na chamada “grande história”, numa luta contra outras memórias que, muitas vezes, as colocaram como criminosas (no caso político) ou coadjuvantes (...). Não se trata de “dar vozes” a elas ou de “trazê-las das margens para o centro da história”, uma vez que elas sempre foram donas de suas ideias, sempre discutiram em diferentes espaços as suas ações e as interpretaram; sempre estiveram ocupando seu lugar nos acontecimentos e vivendo os efeitos da violência - física ou simbólica - infligida pelo regime autoritário. (...) A memória feminina proibida, clandestina ou ignorada durante a ditadura militar, procura hoje conquistar o espaço público com suas reivindicações e cada vez mais assume a disputa com outros discurso que até então trataram de desqualificá-las.<sup>45</sup>

Adotamos aqui a *história oral híbrida*, uma vez que os relatos orais são entrecruzados com outros fundos documentais ao longo da análise<sup>46</sup>. Mesmo que tanto os relatos de prisão quanto os relatos orais se aproximem em seu caráter memorialístico testemunhal, estão circunscritos em lógicas distintas de produção, o que confere especificidades que não podem ser desconsideradas. Tratam-se, como assinala Elizabeth Jelin, de “diferentes maneiras de narrar, com distintos graus de controle do sujeito sobre sua própria palavra”<sup>47</sup>.

Por um lado, os relatos de prisão foram produzidos para comprovar e validar a experiência traumática, inserindo-se em um contexto de reparação e justiça, há mais de vinte anos. Os relatos orais, por sua vez, não partem dessa expectativa e estão mais sujeitos às manifestações de emoção e subjetividade, inscrevendo-se no imediatismo do tempo presente, mas pautando-se em experiências passadas. Em ambos os registros, a rememoração inscreveu-se em presentes específicos, manifestando, assim “uma multiplicidade de temporalidades involucradas”, que podem ser entendidas a partir do “tempo biográfico do conteúdo do que se relata; o tempo histórico em que ocorreram esses fatos; o tempo histórico-cultural do testemunho (mudanças no tempo, concessões e silêncios)”<sup>48</sup>.

\*

---

<sup>44</sup> PASSERINI, Luisa. Gênero ainda é uma categoria útil para a história oral? In: \_\_\_\_\_ **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 99.

<sup>45</sup> ROVAI, M. G. Memórias do afeto: Narrativas femininas sobre a luta contra a ditadura. In: NETO, Mário Danieli; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Narrativas sobre tempos sombrios: Ditadura civil-militar no Brasil**. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 230, p. 232.

<sup>46</sup> MEIHY & HOLANDA, op. cit., p. 128-130.

<sup>47</sup> JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017. [versão online - s/p] Tradução nossa.

<sup>48</sup> JELIN, op. cit. Tradução nossa.

Pela análise desses dois grupos documentais, pôde-se depreender a existência de especificidades no regime de encarceramento em períodos distintos, o que denominamos de *fases do aprisionamento político*. Essas diferentes etapas estiveram diretamente relacionadas a fatores externos; assim, no período de maior intensificação da perseguição às organizações de esquerda, mais mulheres foram presas na Penitenciária e estiveram submetidas a condições bastante restritivas. Sabendo que temos por objetivo situar a Penitenciária Feminina Madre Pelletier no mapa da repressão, o *recorte temporal* deste trabalho se direciona ao ano de 1970, por ser aquele que concentra as características mais representativas da repressão intensa e de uma primeira fase do aprisionamento. Para tanto, considerando as entrevistas já realizadas, nos debruçamos aqui sobre os testemunhos orais de Helena, Ignez e Vera, que foram encarceradas ao longo do ano em questão.

Ao tratar das trajetórias de militância e encarceramento dessas mulheres, devemos destacar que não estamos falando de percursos homogêneos e contínuos. Devido às limitações do trabalho, em muitos momentos acabamos aglutinando as suas experiências a partir de fatores em comum. Mesmo assim, há de se considerar que seus percursos não foram lineares, mas múltiplos e disformes, nem sempre coerentes, atravessados por escolhas e incertezas<sup>49</sup>. Lembrando ainda da impossibilidade de aplicar as experiências particulares a blocos rígidos e pré-definidos, as trajetórias dessas três ex-presas políticas não devem ser tomadas como uma generalização de outros percursos individuais.

Aqui, quando falamos de mulheres militantes de esquerda, estamos nos referindo a apenas uma das possíveis frentes de luta na oposição ao regime, qual seja, a atuação em organizações clandestinas de esquerda enquanto simpatizantes ou militantes. No entanto, há de se considerar que foram muitas as formas de resistência feminina para além do enfrentamento direto, como na criação de redes de ajuda, solidariedade e denúncia; nas agremiações de bairro; nos meios operário e sindical; e na luta pelo reconhecimento de seus entes desaparecidos.

\*

Feitas essas delimitações quanto ao problema, fonte, metodologia e recorte da pesquisa, conhecendo também o campo de estudos concernente ao tema, podemos avançar à estruturação do trabalho.

No primeiro capítulo, trabalhamos com fundamentos essenciais para situar os mecanismos do terrorismo de Estado (TDE) da ditadura civil-militar brasileira. Partindo de

---

<sup>49</sup> ver SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. op. cit. p. 187-205.

considerações sobre o projeto ideológico de sustentação do golpe e do regime, embasado na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), investigamos como a detenção foi empregada como um mecanismo de controle nos anos da ditadura, atentando para os usos da legislação do regime, sobretudo as Leis de Segurança Nacional (LSN), na punição aos opositores políticos, passando a configurar a prisão política. Ao tratarmos de formulações forjadas pelo próprio regime, é preciso que sejam analisadas a partir de sua intencionalidade de monumentalização, ou seja, resultado “do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias”<sup>50</sup>. Desse modo, mesmo que as leis escritas soem por demais repressivas, deve-se lembrar que estiveram sujeitas a muitos descumprimentos, arbitrariedades e práticas ilegais, resultando em ações práticas ainda mais severas.

No segundo capítulo, nos voltamos às especificidades das violações impingidas contra as mulheres que se puseram ao regime, entendendo como a hierarquia de gênero foi estruturante das experiências de militância e detenção. Avançamos, então, às trajetórias de Helena Lucia Rodolphi, Inez Maria Serpa Ramminger e Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão. Tratando da conjuntura de suas primeiras detenções, analisamos como se aproximaram da organização de esquerda a qual eram vinculadas - a Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares) -, quais foram suas atuações enquanto opositoras à ditadura e quais fatores explicam suas quedas. As considerações quanto às suas primeiras experiências de cárcere são ambientadas no Departamento de Ordem Político e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), espaço associado às constantes ameaças físicas e psicológicas.

Por fim, no terceiro e último capítulo, investigamos a constituição da Penitenciária Feminina Madre Pelletier enquanto lugar de prisão política. Para tanto, iniciamos com considerações sobre as lógicas que nortearam o aprisionamento feminino a partir do século XIX, quando um grupo religioso se espalhou por todo o globo incorporando a missão de “salvação das almas femininas”. Trata-se da Congregação da Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers, responsável pela administração da PMFP à época do encarceramento das presas políticas. Ao analisar as condições de cárcere dessas mulheres na Penitenciária, nos voltamos a características que permitem qualificá-la enquanto um lugar de repressão. Dessa maneira, investigamos especialmente as condições de confinamento, isolamento e os

---

<sup>50</sup> LE GOFF, Jacques. “Documento monumento”. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. 4 ed.. Campinas: SP Ed. UNICAMP, 1996. p. 548.



tensionamentos nas relações de poder que lá circulavam. Nesse ponto, nos apropriamos da interpretação foucaultiana de poder.

Antes, assumido os desafios de se utilizar das categorias *prisão política* e *presas políticas*, são imprescindíveis algumas considerações sobre o encarceramento no Brasil contemporâneo.

\*

O sistema carcerário brasileiro ocupa atualmente a terceira posição na população prisional mundial. Segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça, em julho deste ano, a população carcerária no país era de ao menos 812.564 pessoas<sup>51</sup>. Os dados mais recentes divulgados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) apontam que, em 2016, as mulheres privadas de liberdade eram 42 mil, face a uma realidade de então 665 mil presos. Sendo os homens a maioria das pessoas aprisionadas, o perfil é bem circunscrito: são negros, jovens e com baixa escolaridade<sup>52</sup> - o que coincide com o padrão do alvo prioritário de assassinatos no Brasil.

Casos como o de Rafael Braga<sup>53</sup>, Bárbara Querino<sup>54</sup>, Rennan da Penha<sup>55</sup> e Preta Ferreira<sup>56</sup>, que se projetaram publicamente graças à maior exposição midiática, impulsionada

---

<sup>51</sup> A este número, deve-se acrescentar a população prisional de estados cujos tribunais ainda não atualizaram as informações no Banco de Monitoramento de Prisões, que compila esses dados. Esta quantidade total refere-se às pessoas que cumprem pena em regime fechado, semiaberto e aberto, já condenados ou aguardando julgamento. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghtml>> Acesso em: 13 out. 2019.

<sup>52</sup> Este perfil se aplica também às mulheres. cf SANTOS, Thandara (org.) Levantamento Nacional de informações penitenciárias. **INFOPEN Mulheres**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017. Disponível em: <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf)> Acesso em: 13 out. 2019.

<sup>53</sup> Jovem negro, morador da periferia do Rio de Janeiro e catador de latinhas, Rafael Braga foi a única pessoa presa no âmbito das mobilizações populares de julho de 2013. Não possuindo qualquer vínculo com os protestos, sua prisão decorreu do porte de desinfetante e água sanitária, interpretados como artefatos para fabricação de explosivos. Após progressão do regime para semiaberto, é novamente preso em regime fechado em 2016, devido a um flagrante forjado. Seu caso é emblemático para se observar a seletividade do sistema penal brasileiro. Disponível em: <<https://www.liberdadepararafael.meurio.org.br/>> Acesso em: 18 nov. 2019.

<sup>54</sup> Jovem negra, moradora da periferia de São Paulo e dançarina, Bárbara Querino foi presa em janeiro de 2018 por acusação de roubo, devido à identificação racista realizada por vítimas brancas, sem que se apresentassem provas do crime. A arbitrariedade de sua prisão ganhou reconhecimento por meio da campanha “Todos por Babiy”, iniciada no Facebook. Foi libertada em setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/tiraram-quase-dois-anos-de-mim-diz-barbara-querino/>> Acesso em: 18 nov. 2019.

<sup>55</sup> O conhecido DJ do Baile da Gaiola, que ocorre na Penha, periferia do Rio de Janeiro, foi condenado em segunda instância por associação ao tráfico de drogas, também com escassez de provas, em março de 2019. Também jovem e negro, o caso de Rennan da Penha, além de evidenciar mais uma vez o racismo da justiça brasileira, serve para expor a criminalização que sofre o funk. Disponível em: <<https://ponte.org/dj-rennan-trafico-de-drogas/>> Acesso em: 18 nov. 2019.

<sup>56</sup> Militante do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), Preta Ferreira esteve presa entre junho e outubro de 2019 em São Paulo, sob acusação de extorsão, também com provas insuficientes. Reivindicou o reconhecimento de seu encarceramento enquanto prisão política, apontando que exemplifica a criminalização dos movimentos sociais no

sobretudo nas redes sociais, contribuíram para trazer à tona discussões sobre o caráter racista e classista que determina o aprisionamento no Brasil, indo ao encontro de debates sobre o abolicionismo penal<sup>57</sup>. Neste cenário se retoma a afirmação de que “todo preso é um preso político”, encabeçada pelo Movimento Negro Unificado (MNU) já na década de 1970<sup>58</sup>. Essas asserções, sem necessariamente se referirem às atividades políticas empenhadas por essas pessoas como sendo uma das motivações de suas prisões, consideram os entes políticos que fundamentam os aprisionamentos, em muito intencionais e seletivos. No estado de exceção da ditadura, quando pessoas eram presas por seu envolvimento com atividades políticas, a noção de “inimigos internos” procurava abranger indiscriminadamente todos os opositores políticos sem, a priori, se pautar na classe social ou raça; mesmo assim, a estruturação da violência policial incidiu na produção de alvos prioritários, de modo que alguns inimigos internos, por serem negros e pobres, eram mais inimigos do que outros.

Essa colocação é fundamental neste ponto inicial do trabalho, a fim de situar a discussão que seguirá. Trataremos da prisão política durante a ditadura civil-militar brasileira - e falar de prisão política é diferente de falar do evidente e indiscutível caráter político que perpassa todo o sistema judicial. Aqui, o emprego das categorias de “prisão política” e “presas políticas” procura salientar as especificidades de ser encarcerada por uma oposição direta e deliberada contra o governo, e não destituir a relevância política e social do encarceramento das chamadas “presas comuns”. Por isso, entendemos que não cabe utilizar a identificação de “presas não-políticas” como uma distinção, podendo daí decorrer algum tipo de hierarquização equivocada. Ao mesmo tempo, assumir a trivialidade de seus aprisionamentos, o que se denota na nomenclatura “presas comuns”, implica entendê-las como parte de uma criminalização total, inerente e homogênea. Trata-se de um dilema complexo que, fugindo da nossa proposta, não poderá ser exaustivamente discutido, mas que deve ser considerado na leitura de todo o trabalho.

---

Brasil. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/07/24/preta-ferreira-denuncia-prisao-politica-estou-presa-porque-briguei-por-direitos/>> Acesso em: 18 nov. 2019.

<sup>57</sup> cf. DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018; \_\_\_\_\_. **A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura.** Rio de Janeiro: Difel, 2019; BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

<sup>58</sup> Quando da participação nos Congressos do Comitê Brasileiro pela Anistia, os militantes do MNU defenderam a ampliação da categoria de presos políticos, passando a incorporar os negros que foram aprisionados por crime contra a propriedade, delito entendido como uma resposta política às elites. A reivindicação se pautou também nas torturas sofridas na prisão pelos “negros comuns”, discutindo-se que este só passou a ser um tema de preocupação pública quando atingiu os jovens militantes brancos de classe média. In: SANTOS, Natália Neris da. **A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos.** 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015. p. 48-49.

## 1 PRISÃO POLÍTICA, REPRESSÃO E ARBITRARIEDADE

A quantidade de pessoas presas por motivações políticas nos anos da ditadura civil-militar instaurada em 1964 é ainda inestimável. Segundo o *Projeto Brasil: Nunca Mais* (PBNM), que analisou processos políticos da Justiça Militar, no mínimo 5.681 pessoas foram encarceradas no período<sup>59</sup>. Levantamos mais recentes, com base em documentação diplomática, atentam para as detenções massivas realizadas já nos primeiros dias do golpe, que teriam resultado em cinco mil detenções<sup>60</sup>, estimativa que atualmente já se multiplicou para vinte mil, a partir de um ofício analisado por reportagem do *The Intercept Brasil*<sup>61</sup>. Sem qualquer reconhecimento oficial por parte do Estado ditatorial da quantidade de opositores políticos que foram presos, o levantamento de dados ficou a cargo de estudos que se valeram das mais diversas documentações, resultando nessa incongruência de informações, já que os registros são imprecisos e esparsos, com muitas fontes a ainda serem descobertas ou analisadas sob outros enfoques. Aos casos já registrados e analisados, se deve considerar ainda a subnotificação do número de detenções, fruto da ilegalidade das ações repressivas.

Neste capítulo, nos propomos a investigar a utilização da detenção como um mecanismo de controle político nos anos da ditadura civil-militar. Para tanto, remontamos às bases ideológicas que deram sustentação ao golpe, a fim de entender como a perseguição política dos opositores se tornou a ordem do dia. Analisando a legislação concernente à segurança nacional, busca-se evidenciar como o regime constituiu a noção de crime político. Por fim, entendendo a estrutura repressiva montada pelo Estado, nos voltamos ao aprisionamento político e suas diferentes instâncias, com ênfase às instituições de reclusão. Essas discussões preliminares são fundamentais para os próximos capítulos.

\*

---

<sup>59</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil: Nunca Mais. Tomo IV: As Leis Repressivas.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985. p. 5, p. 88.

<sup>60</sup> BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** Parte II - As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos. Cap. III - Contexto Histórico das graves violações entre 1946 e 1988. Brasília: CNV, 2014. p. 98.

<sup>61</sup> CESAR, Janaina; CAVASSA, Caroline. Documento inédito mostra que número de presos nos primeiros dias do golpe militar de 64 pode ser quatro vezes maior. **The Intercept Brasil**, 30 mar. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/03/30/documento-inedito-mostra-que-numero-de-presos-nos-primeiros-dias-do-golpe-militar-de-64-pode-ser-quatro-vezes-maior/>> Acesso em: 27 nov. 2019.

### 1.1 Há perigo na esquina<sup>62</sup>: anticomunismo, Doutrina de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado

A perseguição aos opositores políticos esteve no cerne da ditadura civil-militar brasileira, o que já vinha desde a sua justificação, que em muito se pautou na defesa da pátria frente às ameaças do “perigo vermelho” que se alastrava pelo globo mundial. Entre as variáveis explicativas no que tange às especificidades que impulsionaram o golpe<sup>63</sup>, Rodrigo Patto de Sá Motta é pioneiro em enfatizar a centralidade do anticomunismo, assinalando que “no decorrer do século XX, o conflito opondo comunismo e anticomunismo ocupou posição central, colocando-se como elemento destacado na dinâmica política, cultural e nas relações internacionais”<sup>64</sup>.

Segundo o autor, a tradição anticomunista começou a se engendrar no Brasil em reação à criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo na “Intentona Comunista” de 1935 o ponto chave de sua disseminação. A partir de então, manteve-se como elemento constante nas lutas políticas, intensificando-se em conjunturas históricas específicas, como no início da Guerra Fria (1946-1950) e na crise democrática de 1961 a 1964. Desse modo, “a ‘ameaça comunista’ foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda”<sup>65</sup>. A oposição aos comunistas se fez em duas dimensões: como uma corrente de pensamento, constituindo discurso e representações próprias, e como um movimento político, por meio da ação de grupos organizados<sup>66</sup>.

No golpe de Estado de 1964, o anticomunismo e sua potência degeneradora foi utilizado como argumento central para arregimentar a adesão popular anti janguista. Em torno dessa ameaça, outros conceitos foram mobilizados, a partir da apropriação de valores sociais, que se tornaram objeto de salvaguarda. Nesse sentido, Maria José de Rezende destaca a proteção da instituição família e de seus valores inerentes como um dos objetivos principais dos discursos

---

<sup>62</sup> Trecho da canção “Como nossos pais”, de Belchior (1976).

<sup>63</sup> Balanços historiográficos sobre as variáveis explicativas do golpe de 1964 podem ser encontrados em JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018; KONRAD, Diorge Alceno & LAMEIRA, Rafael Fantinel. O Golpe Civil-Militar de 1964 e o Rio Grande do Sul: historiografia e história. In: BATISTELLA, Alessandro (org.). **O Golpe Civil-Militar de 1964 no Sul do Brasil**. Chapecó: Argos, 2014; MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 55, 2008; MELO, Demien Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: \_\_\_\_\_ (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

<sup>64</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 5-6.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 11.

golpistas que, agindo no nível desses valores subjetivos, buscavam legitimidade no campo psicossocial<sup>67</sup>. O redimensionamento dos perigos apresentados pela ameaça vermelha foi fundamental para garantir o apoio da população, conforme aponta Motta:

A manipulação maior, sem dúvida, foi passar para a população a versão de que haveria risco de uma revolução comunista iminente, quando na verdade os grupos conservadores bem informados consideravam a hipótese de um possível golpe presidencial com apoio comunista, cujos desdobramentos ninguém tinha condições de prever com exatidão. A derrubada de Goulart foi uma ação preventiva para evitar um processo de radicalização esquerdista, o qual, eventualmente, poderia beneficiar os comunistas. Entretanto, foi apresentado um quadro bem mais dramático à sociedade, para facilitar a mobilização. Os líderes do golpe tinham uma avaliação imprecisa da extensão da “ameaça comunista”, apesar de acreditarem nela. Ainda assim, se esforçaram para convencer o público de que os “bárbaros estavam à porta”.<sup>68</sup>

Ao inculcar todos os males no comunismo, os líderes das mobilizações pelo fim do governo janguista traziam uma promessa pretensamente revolucionária, com fins de assegurar o retorno da verdadeira “democracia”<sup>69</sup>, que se via ameaçada pelas ações do presidente. Sobretudo a partir da proposta das reformas de base, o perigo vermelho passou a ser diretamente associado a João Goulart, o que serviu de justificativa para proceder às movimentações em prol de sua deposição. No entanto, entendemos que, no golpe de Estado deflagrado por forças militares com o apoio civil, por trás de um discurso pautado em refrear o perigo vermelho, o que se mirava eram as ações democráticas - e não comunistas - conduzidas por Jango em seu governo<sup>70</sup>.

Conforme aponta Maria Helena Moreira Alves, as chamadas “classes clientelísticas” se sentiram diretamente afetadas pelas medidas de Jango, que visavam ao fortalecimento da economia nacional em detrimento da penetração do capital internacional, bem como à participação política de setores sociais antes marginalizados, produzindo assim uma situação de “interesses irreconciliáveis”<sup>71</sup>. O que se vislumbrava nas mobilizações opositoras não era

---

<sup>67</sup> REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade. 1964-1984**. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2013. p. 48.

<sup>68</sup> MOTTA, op. cit., p. 340.

<sup>69</sup> Para aprofundamento na questão sobre a pretensão de legitimidade democrática do governo ditatorial, ver REZENDE, op. cit. Também Daniel Sanways aborda a discussão em SANWAYS, D. T. Ditadura em nome da democracia: as utilizações da democracia por regimes ditatoriais. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**. Morrinhos, v. 2, n. 1, 2011.

<sup>70</sup> Neste ponto, nos afastamos da tese de Motta, que defende que o anticomunismo não foi uma fachada para mascarar outros interesses, sendo um medo efetivo que cimentou a mobilização anti janguista (cf. MOTTA, 2000, p. 339).

<sup>71</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984. p. 21-23

estritamente a salvação da pátria contra os perigos comunistas, mas sim a manutenção de determinados privilégios e interesses. Conforme aponta Bauer, o golpe de Estado de 1964

foi um golpe dado contra o avanço das classes populares em questões reivindicativas, contra as desigualdades que passaram ser fortemente questionadas, contra o avanço da participação política e da militância partidária e contra o acesso das camadas mais baixas da população à educação e a condições básicas de existência.<sup>72</sup>

Nessa mesma direção, Marcos Napolitano<sup>73</sup> enxerga na rejeição à incorporação das massas no cenário político outro fator unificador dos grupos militares que tomaram o poder. O golpe e a ditadura, portanto, possuíam um caráter de classe bem definido, o que faz com que alguns estudiosos, a partir da proposta de Dreifuss, tenham passado a identificá-la como uma ditadura empresarial-militar<sup>74</sup>.

Para Alves<sup>75</sup>, as classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, contaram com um instrumento para fazerem valer seus interesses não-democráticos - interesses que, segundo Padrós, buscavam interromper “as tendências de questionamento local e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares”<sup>76</sup>. Tal instrumento se trata da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que estruturou não apenas a ditadura brasileira, mas também os demais regimes ditatoriais que tomaram a América Latina entre as décadas de 1960 e 1980. Aqui, a DSN foi gestada na Escola Superior de Guerra (ESG), instituição altamente especializada, fundada no ano de 1949 sob inspiração da estadunidense *National War College*, de 1946, tendo como objetivo principal o treinamento da elite comprometida direta ou indiretamente com a segurança nacional, sejam militares ou civis. Na conjuntura da Guerra Fria, a ESG representou o alinhamento ao posicionamento dos Estados Unidos e, por conseguinte, a oposição ao bloco soviético comunista. Nesse sentido, Padrós aponta que

A DSN associou diretamente, o “subversivo”, portador de tensões e “contaminado” por ideias e influências “estranhas” (externas), com o comunismo, sendo este tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente. Extrapolando a leitura da Guerra Fria, a América Latina, durante os anos 60 e 70, foi vista como cenário da expansão da influência soviética, o que justificou o virulento anticomunismo existente nos setores dominantes

---

<sup>72</sup> BAUER, op. cit., p. 262.

<sup>73</sup> NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. **Revista Contemporânea**, Uruguai, v. 2, 2011, p. 210.

<sup>74</sup> Para uma discussão a partir da obra de Dreifuss, ver MELO, D. B; HOVELER, R. C. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 18, 2014.

<sup>75</sup> ALVES, op. cit., p. 23

<sup>76</sup> PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. Tomo I. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 16.

locais. Associando o comunismo à tirania, à opressão e à barbárie, procurou-se desenvolver, junto à população latino-americana, a ideia de que socialismo e democracia eram incompatíveis. Outra associação identificou as organizações revolucionárias e os partidos políticos de esquerda com o fenômeno terrorista.<sup>77</sup>

A Doutrina de Segurança Nacional teve como projeto ideológico a contenção do comunismo e da subversão<sup>78</sup>, partindo de uma estratégia preventiva. Os conceitos elaborados pela DSN foram disseminados nos países do Cone Sul por mecanismos de transmissão nos quais se incluíam as Escolas de Guerra e sua doutrinação militar<sup>79</sup>. Desse modo, os golpes latino-americanos iniciados a partir da década de 1960 foram fundamentados ideologicamente pela DSN. Entre as noções fundamentais mobilizadas pela teorização doutrinária, merece destaque no presente trabalho a de “inimigos internos”.

A construção do pânico diante dos inimigos internos tem como origem uma noção de guerra revolucionária, em que forças externas comunistas estariam aliando a população dos países-alvo, para que então combatessem ao seu lado<sup>80</sup>. Os inimigos e inimigas internos foram assim definidos por aqueles que os perseguiram - ou seja, os militares que, ao se incumbirem do papel de lutar contra o mal da sociedade, pretendiam ser lidos como os “salvadores da pátria”. Nesse binarismo, ou se está do lado do Estado, ou se está contra ele, incorrendo daí a possibilidade de se tornar suspeito<sup>81</sup>.

Ainda que existissem alguns inimigos “prioritários” - como os desordeiros, os trabalhadores, os militantes estudantis e os participantes de organizações de esquerda<sup>82</sup> -, sob a lógica da suspeição generalizada, o inimigo poderia ser qualquer um e estar em qualquer lugar. Essa imprecisão é intencional para justificar o sistema de constante vigilância e combate às pretensas ameaças. Como consequência, se ataca diretamente a dimensão psicológica da sociedade, que se vê imersa em uma “cultura do medo”. Sob esta égide se justifica a estruturação do aparato repressivo do Estado; disseminar o discurso de combate aos inimigos internos é a base de sustentação das práticas repressivas de Segurança Nacional, de modo que

---

<sup>77</sup> PADRÓS, op. cit., p. 55.

<sup>78</sup> STEPHAN, Cláudia. A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969). *Conjuntura Global*, Curitiba, v. 5, n. 3, 2016, p. 538.

<sup>79</sup> PADRÓS, op. cit., p. 20.

<sup>80</sup> ALVES, op. cit., p. 38.

<sup>81</sup> PADRÓS, op. cit., p. 100.

<sup>82</sup> CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Terrorismo de Estado e violência sexual na ditadura brasileira (1964-1985)**. 2015. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. p. 18.

esses nunca possam deixar de existir para que o sistema continue a se justificar<sup>83</sup>. Como sistematiza Maria Helena Moreira Alves,

Quando é impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou intoleráveis, já não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação. Mesmo que sejam mantidos na Constituição, tais direitos formais só existem, na prática, segundo o arbítrio do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional.<sup>84</sup>

Entendemos, assim, a partir de onde se estruturou o aparato repressivo do Estado. Não se tratou de uma estruturação reativa, incorporada para coibir ações já efetivadas, como se a repressão fosse uma resposta às ações de oposição. Ao contrário, há uma montagem fixa, um maquinário repressivo que dissemina uma doutrina criada para justificar sua existência. Tudo se pauta na arbitrariedade. Pela defesa da “ordem”, da proteção contra o comunismo, da estabilidade política e social, a Doutrina de Segurança Nacional legitimou a repressão preventiva baseada no Terrorismo de Estado<sup>85</sup>.

As práticas do Terrorismo de Estado (TDE) se pautaram na coerção física, psicológica e econômica da população<sup>86</sup>, o que se deu não apenas por meio da repressão violenta direta, mas também a partir de um projeto pedagógico voltado para as mais diversas esferas da sociedade. Assim, o terror se implementou como uma ferramenta de dominação política e social<sup>87</sup>. Na estratégia de implementação do TDE no Brasil, segundo Bauer<sup>88</sup>, esteve a estruturação de uma rede de informações, representada pelo Sistema Nacional de Informações (SNI), organizado em 1964, associado à espionagem e à perseguição; a promulgação dos atos institucionais, as reformulações da Constituição Nacional e as leis de segurança nacional, pautando-se então na DSN; bem como a montagem do aparelho repressivo institucionalizado.

Executando práticas legalmente proibidas, como os desaparecimentos, as torturas, os sequestros e a violência sexual<sup>89</sup>, o Terrorismo de Estado se perpetuou fundamentalmente por meio de ações estatais clandestinas, que eram executadas concomitantemente ao aparato legal. A omissão de tais ações implica um quadro de sonegação completa de informações e de

---

<sup>83</sup> PADRÓS, op. cit., p. 101.

<sup>84</sup> ALVES, op. cit., p. 40.

<sup>85</sup> PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História & Luta de Classes**, v. 4, 2007, p. 49.

<sup>86</sup> Ibid., p. 49.

<sup>87</sup> BAUER, op. cit., p. 22.

<sup>88</sup> Ibid., p. 34-35.

<sup>89</sup> Sobre a utilização da violência sexual como um mecanismo do Estado terrorista durante a ditadura civil-militar brasileira, ver CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Corpo de mulher, um campo de batalha: Terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.



garantias legais dos cidadãos. Como consequência, há um total desamparo da população, que não mais pode recorrer ao Estado, sendo este o responsável pelas violações dos direitos humanos<sup>90</sup>.

### *1.2 Onde tudo nos quebra e emudece<sup>91</sup>: as detenções como arma política*

A conjugação da Doutrina de Segurança Nacional à ação terrorista do Estado é percebida através das Leis de Segurança Nacional (LSN). Com origens que remontam ao governo varguista<sup>92</sup>, foram instauradas cinco versões diferentes da LSN durante a ditadura civil-militar. No período que concerne ao recorte temporal desta pesquisa, estiveram vigentes três versões.

A primeira delas foi promulgada em 1967, pelo Decreto-Lei n. 314<sup>93</sup>. Este foi o dispositivo legal responsável por assentar as medidas coercitivas do Estado frente às ameaças contra a segurança nacional e a ordem política e social, incorporando os preceitos da Doutrina e, assim, passando a criminalizar a oposição política. Com fins de assegurar a segurança externa e interna, por meio da “prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva” (art. 3º), foram definidos 38 crimes e suas penas de reclusão. Ainda, previa-se que, em caso de crime cometido por civis, estes seriam submetidos ao fôro militar (art. 44), aplicando-se o Código da Justiça Militar quando necessário (art. 56). Ao responsabilizar todos os cidadãos pela garantia da segurança interna (art. 1º), a qual se via ameaçada pelos opositores ao governo, a perseguição aos inimigos internos, além de se tornar lei, constituía uma espécie de dever social<sup>94</sup>.

Dois anos mais tarde, a primeira LSN da ditadura de 1964 teve alguns de seus artigos editados pelo Decreto-Lei n. 510, de março de 1969<sup>95</sup>. Entre as alterações, se destaca a prisão de até trinta dias prorrogáveis durante o processo de investigação, além da possibilidade de

---

<sup>90</sup> PADRÓS, 2005, p. 85-86, 88-89.

<sup>91</sup> Trecho de poema de Sophia de Mello Breyner Andresen.

<sup>92</sup> A primeira Lei de Segurança Nacional foi promulgada em 1953. Para saber mais sobre as LSN em vigor durante a Era Vargas, ver FARIA, Cátia. **Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura militar**. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. p 16-18.

<sup>93</sup> BRASIL. **Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 19 dez. 2019.

<sup>94</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, op. cit., p. 5.

<sup>95</sup> BRASIL. **Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969**. Altera dispositivos do decreto-lei nº 314 de 13 de março de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-510-20-marco-1969-376778-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 19 dez. 2019.

incomunicabilidade da pessoa detida por dez dias, caso “a medida se torne necessária às averiguações policiais militares” (art. 47, § 1º). Ainda, se estendeu a duração das penas de reclusão para alguns crimes, dentre os quais passaram a figurar assalto e “ato de terrorismo” contra estabelecimentos financeiros (art. 25).

Entretanto, foi em setembro do mesmo ano que as modificações passariam a valer de forma muito mais recrudescida, a partir das reformulações da LSN instituídas pelo Decreto-Lei 898 (DL 898/69)<sup>96</sup>. Além de ampliar o leque dos crimes tipificados, a chamada “nova Lei de Segurança Nacional” instituiu como pena a prisão perpétua e a morte para quinze das infrações previstas. Outra alteração a se destacar é que os delitos de assalto, roubo ou depredação de estabelecimentos bancários, quaisquer que fossem suas motivações, também passaram a ser considerados crimes contra a segurança nacional, com o grau máximo de punição<sup>97</sup>. Isso significa que não apenas as ações com inspiração de enfrentamento ao regime eram consideradas como de ameaça à segurança nacional; expropriações com fins revolucionários e assaltos a banco foram alinhados, sem quaisquer distinções. Desse modo, a lei passou a abarcar também os chamados “presos comuns”. Conforme aponta Cátia Faria, ao não diferenciar crimes com fins políticos de crimes cometidos com outras motivações, o governo negava a existência de presos políticos no Brasil e, ao mesmo tempo, da luta armada e da contestação ao regime, criando assim uma aparência de legitimidade e de mascaramento da ditadura<sup>98</sup>. Contraditoriamente ao esperado pelo governo, essa legislação marca a geração de presos políticos que lutará pelo reconhecimento público da existência da prisão política no Brasil<sup>99</sup>.

Muito mais rígida do que as LSN anteriores, a nova Lei de Segurança Nacional deu a sustentação legal para as arbitrariedades do governo em perseguir os opositores políticos, estabelecendo a aplicação prática de toda a base doutrinária que norteava o regime e, com isso, se constituindo enquanto o principal instrumento formal de repressão política<sup>100</sup>. Conforme aponta Souto Alves com base nas análises do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, essa foi a LSN com

---

<sup>96</sup> BRASIL. **Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, 1969. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 set. 2019.

<sup>97</sup> FARIA, op. cit., p. 23.

<sup>98</sup> FARIA, op. cit., p. 12-24.

<sup>99</sup> Ibid., p. 47.

<sup>100</sup> ALVES, op. cit., p. 158-159.

o maior número de pessoas processadas<sup>101</sup>, tornando-se um marco na criminalização da oposição política.

Antes do DL 898/69, outros instrumentos legais já haviam instituído as bases legais de cerceamento das ações de oposição. Dentre as alterações na então vigente Constituição de 1946, o Ato Institucional n. 2 (AI-2), promulgado em outubro de 1965, estendeu o foro militar a civis, no caso de “crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares” (art 8º). Com isso, aqueles e aquelas civis envolvidos em ações interpretadas como de ameaça à segurança interna passariam a ser julgados pela Justiça Militar, uma instância diversa daquela responsável pela apreciação de crimes com outras motivações. Esse monopólio dos processos e julgamentos dos crimes políticos pela Justiça Militar representou a ampliação de seu controle sobre as atividades da população civil.<sup>102</sup>

O Ato Institucional n. 5 (AI-5), em dezembro de 1968, ao suspender o *habeas corpus* em caso de “crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular” (art. 10), impediu o recurso que possibilitava que os processos de crimes políticos fossem cumpridos em liberdade. Foi também decisiva a promulgação do Código Penal Militar (CPM) em 1969, pelo Decreto-Lei n. 1001, determinando que a pena privativa de liberdade dos civis julgados pela Justiça Militar seria cumprida em penitenciária civil, ou em seção especial de prisão comum (art. 62). Vale ressaltar ainda o Código de Processo Penal Militar (DL 1001/69), que, dentre outras tratativas, regulou o andamento dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

\*

Todas essas formulações legais tiveram como base a arbitrariedade da perseguição aos inimigos internos, pautando-se nas premissas da Doutrina de Segurança Nacional e executando-se por meio de práticas terroristas do Estado, dentre as quais figuram as detenções políticas.

Segundo a definição da Comissão Nacional da Verdade (CNV), as detenções são entendidas como “qualquer forma de privação da liberdade dos indivíduos, mesmo que por um breve período de tempo”<sup>103</sup>, não necessariamente contemplando as etapas de restrição

---

<sup>101</sup> ALVES, Taiara Souto. **Dos quartéis aos tribunais: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 88.

<sup>102</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, op. cit., p. 170.

<sup>103</sup> BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Volume I, Parte III - Métodos e práticas nas graves violações de direitos humanos e suas vítimas. Brasília: CNV, 2014. p. 280.

compreendidas pela prisão e pela reclusão<sup>104</sup>. As principais ações repressivas diretas por parte do Estado implicaram em detenção; sistematicamente ocorrendo na forma de sequestro<sup>105</sup> - sem que houvesse mandado judicial, nem notificação oficial sobre o aprisionamento ou as causas da prisão -, as detenções constituíram-se como porta de entrada para o aparato repressivo. A partir delas, poderiam se suceder os desaparecimentos, as sessões de tortura, a elaboração do inquérito policial-militar e o encarceramento.

As detenções por motivações políticas foram demarcadas pelo aspecto ilegal e arbitrário, o que leva a Comissão Nacional da Verdade a entendê-las como uma grave violação dos direitos humanos<sup>106</sup>. Enquanto a *ilegalidade* decorre do descumprimento de normas constitucionais e de medidas legislativas dos Estados, assim como da realização da prisão sem ordem de autoridade em situação que não seja de flagrante delito, a *arbitrariedade* se dá quando direitos e garantias legais são violados por meio da utilização de procedimentos ilegais, desproporcionais ou desnecessários, ainda que exista previsão legal da detenção<sup>107</sup>.

É importante que saibamos diferenciar detenção de aprisionamento, uma vez que este poderia ser uma das consequências possíveis da primeira, mas não seu o destino obrigatório. Em regra, as detenções operaram em primeiro nível na fase policial<sup>108</sup>. Esta etapa correspondia à elaboração do inquérito policial-militar, que tinha fins informativos para posteriormente embasar a denúncia do crime, passando dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) à alçada das Auditorias Militares. Para tanto, eram realizados interrogatórios, marcados pela extrema coação física e psicológica dos depoentes, na forma de torturas. Pautadas na clandestinidade e arbitrariedade das ações dos agentes de segurança, essas investigações poderiam ser consideradas inválidas do ponto de vista legal, o que implicaria no questionamento da legitimidade das fases subsequentes<sup>109</sup>. Na prática, não foi isso que ocorreu, e a exceção das leis - mesmo aquelas marcadamente repressivas - foi o que configurou a lógica ditatorial.

---

<sup>104</sup> Isso significa que não apenas aqueles e aquelas que estiveram detidos prolongadamente são considerados presos políticos, mas todos e todas que estiveram sob custódia do Estado, mesmo que provisoriamente, e por isso tiveram sua liberdade cerceada.

<sup>105</sup> cf. BAUER, op. cit., p. 117-118.

<sup>106</sup> Quando, em novembro de 2011, a Lei Federal nº 12.528 definiu a atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o fim de “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”, legislou-se que a CNV seria responsável pelo exame e esclarecimento de graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura civil-militar brasileira. Como graves violações, a Lei citava os casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres (BRASIL, 2011, art. 3º). No entanto, o relatório final da CNV, na parte em que são tratadas essas violações, abre espaço para outras modalidades não mencionadas na Lei: as prisões ilegais e arbitrárias e a violência sexual.

<sup>107</sup> BRASIL, op. cit., p. 302.

<sup>108</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, op. cit., p. 173-175.

<sup>109</sup> Ibid., p. 174.

À essa etapa inicial de detenção, demarcada pela incomunicabilidade e a constante exposição a torturas, sendo identificada por Bauer como uma “fase de terror”<sup>110</sup>, sucedia-se a fase de judicialização. Com o reconhecimento oficial da detenção, esta passava a figurar enquanto pena na forma de prisão, mesmo sem a sentença judicial; foi recorrente que, antes da decisão do juiz militar, os perseguidos políticos fossem encarcerados em prisão preventiva inconstitucional, uma vez que não se pautava em provas dos delitos e apresentava insuficiência de indícios de autoria, além de estender a incomunicabilidade da pessoa detida e impedir o contato com advogados<sup>111</sup>. Neste ínterim entre a detenção para interrogatórios e a processualização da pena, muitas vidas se perderam.

Em consonância com essa classificação, Jacob Gorender propõe a divisão dos espaços de prisão política em dois tipos de instituição<sup>112</sup>: em um primeiro momento, o local de detenção seria nas “instituições de interrogatório e formalização dos processos da fase policial”, correspondente à primeira etapa do cárcere, passando então às “instituições de reclusão”, quando o reconhecimento legal da situação jurídica garantiria certa proteção judicial e, supostamente, distanciamento das situações de abuso. Na mesma perspectiva, Jocysane Baretta classifica os “lugares de tortura”, “lugares de prisão” e “lugares de prisão e tortura”<sup>113</sup>. Pensando o caso de Porto Alegre, a historiadora identifica o Morro da Polícia como parte do primeiro, sendo utilizado unicamente para torturas; o Presídio Central de Porto Alegre e a Penitenciária Feminina Madre Pelletier como parte dos segundos, com uso único de prisão; e o DOPS/RS, DOI-CODI e alguns quartéis como representantes dos terceiros, em que se mesclavam as duas modalidades.

Entender essas divisões é fundamental para que possamos compreender como as experiências do cárcere político foram definidas pelo lugar de detenção. Em termos políticos e pessoais, estar confinado em um *lugar de prisão e tortura* era muito diferente do que estar preso em um *lugar de prisão*. Ao chegar a essa etapa, o preso ou presa possivelmente já carregava experiências traumáticas, precisando adaptar-se a uma nova lógica de encarceramento, dessa vez em um ambiente prisional, supostamente mais sujeito a regras e rotinas instituídas. Ainda assim, há de se considerar que as barreiras entre essas etapas de encarceramento não eram

---

<sup>110</sup> BAUER, op. cit., p. 97.

<sup>111</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, op. cit., p. 178-181.

<sup>112</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Editora Ática, 1987. p. 220.

<sup>113</sup> BARETTA, op. cit., p. 76-77. No que se refere a espaços de privação de liberdade, a classificação da autora contempla, ainda, os “lugares utilizados para atendimento médico”, “lugar de tortura”, “lugares de traslado” e “centro clandestino de detenção e tortura”.

definidas rigidamente: mesmo com a transferência para uma penitenciária, continuava-se à mercê das arbitrariedades dos agentes de segurança do governo. Nenhum lugar era um lugar seguro para presos e presas políticas.

## 2 AS MULHERES MILITANTES DE ESQUERDA NO ALVO DA REPRESSÃO

Após essa recapitulação sobre a engrenagem repressiva na ditadura civil-militar brasileira, nos voltemos agora a um dos principais agentes da resistência ao regime, que atuou em diversas frentes de luta: as mulheres. Aqui, tomamos como parâmetro a atuação das mulheres nas organizações clandestinas de esquerda, que aderiram ou não ao enfrentamento armado. É importante salientar, como já discutido na introdução, que essa não foi a única opção de engajamento das mulheres de esquerda, no entanto, sendo aquela que se relaciona diretamente ao presente trabalho, será a frente de luta mais abordada aqui. Assim, é importante conhecermos quais eram as motivações e a configuração social das mulheres que adotaram esse projeto político. Para além de entender a particularidade de suas experiências face às ações repressivas, também é importante analisar como o gênero estruturou suas inserções dentro das próprias organizações de esquerda.

Feitos os delineamentos iniciais, passaremos então a conhecer a trajetória de três mulheres, que tiveram envolvimento com uma organização atuante no Rio Grande do Sul, e que foram encarceradas como presas políticas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Com base nos testemunhos coletados no âmbito da pesquisa e nos processos de indenização analisados, apresentaremos o percurso político de Helena Lucia Rudolphi Carneiro, Ignez Maria Serpa Ramminger e Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão, até chegarem à prisão na instituição de reclusão.

### *2.1 Não temos tempo de temer a morte<sup>114</sup>: ser mulher de esquerda na oposição à ditadura*

Segundo Denise Rollemberg<sup>115</sup>, o início da década de 1960 marcou um dos períodos de maior participação política da sociedade brasileira, quando diferentes grupos sociais passaram a se articular em prol da defesa de seus interesses políticos. Nesse contexto, a mulher surge enquanto agente político, tomando a esfera pública, *locus* simbólico de poder, prestígio e exercício da cidadania - e, portanto, estritamente masculino<sup>116</sup>. O engajamento político feminino derivou tanto das mobilizações de esquerda, quanto das de direita.

---

<sup>114</sup> Trecho da canção “Divino, Maravilhoso”, de Caetano Veloso (1968).

<sup>115</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. **Taller (Segunda Epoca). Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina**, v. 1, n. 1, 2012. p. 202.

<sup>116</sup> GIANARDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeide Araujo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 41.

Janaína Cordeiro aponta o papel central de mulheres de elite e classe média como apoiadoras ativas do golpe e legitimadoras do regime civil-militar<sup>117</sup>. Articulando-se em entidades como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) no Rio de Janeiro e, no Rio Grande do Sul, a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), essas mulheres se apresentavam como mães, esposas e donas-de-casa, se definindo publicamente enquanto seres privados<sup>118</sup>. Ao se colocarem como as defensoras dos valores morais, da família, da religião e da pátria, as mulheres de direita reivindicavam, com uma retórica anticomunista e conservadora, a manutenção do *status quo* e das hierarquias de gênero. Desse modo, a ação política das militantes de direita representou uma transgressão pontual e limitada, uma vez que tomaram o espaço público com reivindicações voltadas ao privado e à perpetuação da ordem.

As mulheres militantes de esquerda, por sua vez, eram opositoras diretas do código de poder vigente. Diferentemente dos anteriores movimentos de mulheres<sup>119</sup>, que se pautavam na inserção política feminina, essas mulheres tinham como orientação um projeto político coletivo, pautado na luta pela justiça social, pela transformação das estruturas de autoridade e pelo fim do regime militar. Mesmo que não tenham ingressado nas fileiras das organizações de esquerda partindo de uma concepção libertária enquanto gênero, essa foi uma consequência de suas atuações. Como indica Ridenti, “a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino”<sup>120</sup>. Nesse sentido, Elizabeth Ferreira identifica as mulheres militantes de esquerda como duplamente transgressoras, por, ao mesmo tempo, romperem com os papéis de gênero e insurgirem ativamente contra a norma dominante<sup>121</sup>.

O engajamento das mulheres na oposição ao regime atrelou-se a uma profunda alteração nos papéis de gênero, o que se explica também por transformações socioeconômicas que passaram a redimensionar a atuação feminina na sociedade, no que pese o ingresso no mercado

---

<sup>117</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). *Gênero*, Niterói, v. 8, n. 2, 2008. p. 177.

<sup>118</sup> *Ibid.*, p. 179, p. 188.

<sup>119</sup> Para uma síntese sobre as primeiras mobilizações femininas com fins políticos no Brasil, ver PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

<sup>120</sup> RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, 1990. p. 114.

<sup>121</sup> FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 152. Essa formulação de Ferreira se consagrou e foi apropriada por muitos trabalhos posteriores (cf. COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013; GIANARDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeide Araujo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. op. cit., 2012.)



de trabalho e, sobretudo, o acesso ao nível superior. O ambiente universitário representou o passo inicial para a saída ao espaço público e tomada da arena política. Gianordoli-Nascimento aponta que a entrada na universidade foi, ao mesmo tempo,

Produto e produtora de mudanças nos comportamentos e nos códigos mais gerais da sociabilidade, o que fez com que fossem modificadas também as expectativas familiares e coletivas a respeito do lugar social a ser ocupado pela mulher<sup>122</sup>.

Sendo um importante espaço de socialização, foi no meio acadêmico que se gestou parte substancial da oposição radical ao regime militar, com a aproximação das mulheres aos debates marxistas, ao engajamento no movimento estudantil e com o estabelecimento de contatos que foram a porta de entrada para as organizações clandestinas. Para Wolff, a geração da militância da década de 1960 foi marcada pela juventude universitária, com a característica fundamental da adesão das mulheres estudantes<sup>123</sup>.

No entanto, vale ressaltar que este ambiente era restrito a uma classe social específica, que pôde ascender intelectualmente em muito devido ao poder aquisitivo de ingressar e permanecer nas universidades. A análise de Marcelo Ridenti, com base na documentação sistematizada pelo PBNM, evidencia o entrelaçamento entre gênero e classe na militância, ao destacar que 73% das mulheres integravam as chamadas “camadas médias intelectualizadas”<sup>124</sup>. Segundo o historiador, “a esmagadora maioria das denunciadas das esquerdas compunha-se de estudantes, de professoras, ou de outras profissionais com formação superior”<sup>125</sup>. Entender o lugar social de onde partiu o maior contingente da militância feminina é fundamental para que possamos refletir sobre os silêncios que daí derivam, uma vez que a memória construída em torno da resistência à ditadura, por vezes, homogeniza as experiências e privilegia a narrativa de uma classe social, em detrimento das outras diversas matizes sociais que também se opuseram ao regime.

A dupla transgressão das mulheres engajadas na derrubada da ditadura repercutiu em efeitos redobrados por parte do aparato repressivo. Para Mariana Joffily, as militantes de esquerda foram “duplamente afetadas pela violência militar por atentarem contra a segurança nacional e por não se submeterem aos padrões normativos dos papéis femininos”<sup>126</sup>. Assim,

---

<sup>122</sup> GIANORDOLI-NASCIMENTO et. al, op. cit., p. 39-40.

<sup>123</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: \_\_\_\_\_; PEDRO, Joana Maria (org). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 149.

<sup>124</sup> RIDENTI, op. cit., p. 115.

<sup>125</sup> Ibid., p. 115.

<sup>126</sup> JOFFILY, Mariana Memória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111-135, jan./jun. 2010. p. 112.

quando em situação de tortura, as mulheres enfrentaram uma dupla relação de poder, conforme aponta Olivia Joffily: “a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero - o não ser possível admitir que a mulher possa ter uma postura de igual para igual, a utilização de mecanismos de humilhação usando os atributos de gênero”<sup>127</sup>.

Para além de desqualificá-las enquanto sujeitos políticos, os agentes repressivos atacaram as mulheres militantes em sua condição de gênero. O discurso que sustentou as ações repressivas contra as mulheres enquadrou-as em duas categorias desviantes: taxadas de “putas comunistas”, representavam, ao mesmo tempo, o desvio comportamental-sexual e o desvio político contra a norma social, conforme observa Ana Maria Colling<sup>128</sup>. Por meio dessa concepção, os agentes de segurança criavam uma sensação de afastamento de suas inimigas, como é apontado por Olivia Joffily:

A militante de esquerda, no seu sistema de referências, não está associada à figura mais próxima da mãe, esposa, filha ou irmã, ela ocupa um lugar que se encontra na margem oposta, o de puta, vaca, vadia. Daquela que não se contenta com o espaço privado que lhe cabe de direito, e quer ocupar aquele destinado ao seus pares, os homens. A condição de mulher das oponentes é tomada como um dado a mais a aumentar o fosso que os separa; e utilizada como ferramenta de humilhação e de destruição da auto-estima do outro.<sup>129</sup>

Segundo Colling, a tortura foi o momento de se fazer valer, simbólica e efetivamente, essa destruição e desqualificação da mulher enquanto desviante. Nesse sentido, aponta que “docilizar o corpo da mulher para sujeitá-lo, fragiliza-lo, para que ela entendesse sua posição de inferioridade absoluta ao poder instituído, são os objetivos fundamentais da tortura”<sup>130</sup>. Cabe ressaltar, no entanto, que a tortura foi sistematicamente utilizada com o objetivo de diminuição de todas as vítimas, e não apenas das mulheres. Contra elas, o agravante da sujeição esteve nos abusos sexuais.

Mariana Joffily salienta que, ao passo em que a violência sexual é entendida como qualquer violação dirigida aos órgãos sexuais, sejam masculinos ou femininos, o abuso sexual se atrela ao prazer masculino - no contexto em questão, o prazer dos torturadores<sup>131</sup>. Mais do que o prazer físico e sexual, o que está em jogo é o prazer psicológico. Desse modo, enquanto

---

<sup>127</sup> JOFFILY, Olívia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

<sup>128</sup> Longe de ser uma formulação retórica exclusiva do aparato repressivo, essa atribuição de desvio era apreendida das normas de socialização dispersas em todo o seio social. cf. COLLING, Ana Maria. op. cit., p. 105, p. 112.

<sup>129</sup> JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 127.

<sup>130</sup> JOFFILY, O., op. cit., p. 80.

<sup>131</sup> JOFFILY, M., op. cit., p. 124.

a violência sexual contra homens foi mais uma das modalidades brutais das torturas, o abuso sexual sofrido pelas mulheres militantes colocou em jogo a “representação dos papéis sociais de gênero, no qual se misturam uma pretensa possibilidade de seleção do macho pela fêmea e a certeza de que seria violada e submetida por quem quer que ‘escolhesse’”<sup>132</sup>. Assim, como aponta a antropóloga Rita Segato, o que se estabelece no estupro é uma relação de dominação física e moral, pautada na subordinação psicológica, em que se mira a aniquilação do espaço-corpo da vítima<sup>133</sup> – neste caso, da presa política. Nessa perspectiva, se pode afirmar, como propõe Janaína Contreiras, que os abusos sexuais infligidos contra as mulheres militantes simbolizavam o poder, a dominação e a soberania masculina<sup>134</sup>.

No entanto, não foi apenas na tortura que o gênero estruturou a experiência e as relações de poder e de dominação. Também a militância foi interpelada pelas diferenciações social e culturalmente impostas às mulheres<sup>135</sup>. Apesar de representarem cerca de 18% do quadro total das organizações de esquerda - um número bastante significativo, haja vista os entraves para a saída das mulheres ao espaço público -, poucas chegavam aos postos de comando, decorrendo em uma participação assimétrica<sup>136</sup>. A análise de Goldenberg indica que, no interior das organizações, as mulheres eram recorrentemente incumbidas de tarefas menores, tipicamente domésticas e de alçada privada, como a limpeza, organização e secretariado<sup>137</sup>. Essa secundarização da participação feminina é indicada pela autora no par militância masculina x ingresso feminino<sup>138</sup>, numa concepção em que as mulheres se tornaram participantes de um mundo que não era seu a priori. O acesso à militância só seria possibilitado pelo intermédio de algum homem, que seria seu mentor político:

As mulheres ocuparam uma posição percebida como secundária ou inferior no interior das organizações, sendo "escondidas" com o rótulo de "mulher de", "companheira de" ou "filha de". Com isto, quero enfatizar que foram seus maridos, companheiros ou pais que ocuparam posições dominantes no interior

---

<sup>132</sup> JOFFILY, M., op. cit., p. 125.

<sup>133</sup> SEGATO, Rita. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 13, v. 2, 2005. p. 270.

<sup>134</sup> CONTREIRAS, 2018, op cit., p. 63.

<sup>135</sup> Uma vez que os papéis de gênero estavam difundidos pelo corpo social, as diferenciações que serão elencadas a seguir foram muitas vezes percebidas como naturais, e não como uma questão a ser problematizada. As observações se pautam em estudos realizados a partir de testemunhos de mulheres que resistiram à ditadura, e não de constatações críticas necessariamente feitas pelas próprias. Ainda, vale ressaltar que as colocações que seguem não pretendem diminuir ou questionar a relevância da atuação feminina nos grupos; ao contrário, nos propomos apenas a ressaltar mais um aspecto em que se depararam com as ressonâncias da hierarquia de gênero, analisando criticamente a estruturação das organizações clandestinas de esquerda.

<sup>136</sup> GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F.; TRINDADE, Z. A & SANTOS, M. F. S. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. **Revista Interamericana de Psicologia**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, 2007. p. 360.

<sup>137</sup> GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militantes. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 2, 1997. p. 6.

<sup>138</sup> Ibid., p. 5.

destes organismos, sendo considerados "importantes", "famosos", "figuras históricas", "lideranças políticas". A história da esquerda brasileira foi, e é até hoje, escrita em torno das trajetórias destes "grandes homens". As mulheres aparecem como meras coadjuvantes. Aos homens cabem as decisões políticas (o mundo das ideias) e as ações práticas (o mundo público). Às mulheres, o suporte familiar e caseiro (o mundo doméstico) para que estes homens possam continuar realizando suas "nobres" atividades políticos.<sup>139</sup>

A ocupação de posições elevadas e a valorização entre os pares dependeria de um capital cultural, político e social prévio, que fosse parte da formação crítica das militantes já no momento de ingresso nos grupos. Sendo as características de boa militância associadas a posturas tidas como inerentemente masculinas - como uma boa oratória, a dureza, a impessoalidade e o domínio da disputa - as mulheres precisavam se descaracterizar para serem reconhecidas enquanto militantes<sup>140</sup>. A busca por igualdade de gênero dentro das organizações, portanto, passava pela negação dos atributos interpretados como femininos, superando "as marcas determinadas por sua posição na estrutura de gênero"<sup>141</sup>. Adequando-se aos modelos masculinos da militância, as mulheres precisavam se dessexualizar para se transformarem apenas em militantes<sup>142</sup>. Tornar-se militante significava deixar de ser mulher. Ao mesmo tempo, os atributos físicos femininos eram aproveitados nas ações em que as mulheres tomavam a linha de frente, como um método de sedução para angariar informações ou distrair os guardas<sup>143</sup>.

Essas posturas, em muito arraigadas nos ditames tradicionais de gênero, se confrontavam com as tendências liberalizantes da moral e dos costumes. Com isso, ao mesmo tempo em que as militantes eram impelidas por uma série de códigos ligados à estruturação das organizações, também rompiam premissas morais no nível mais amplo da sociedade ao incorporarem a autonomia afetiva e sexual então negada às mulheres<sup>144</sup>. As relações amorosas prescindiam a obrigatoriedade da conjugalidade e da monogamia, os métodos contraceptivos eram aceitos e o aborto era uma prática recorrente, embora não correspondesse necessariamente à escolha individual da mulher, fazendo parte da estratégia das organizações. Assim, cabe ressaltar que, ainda que as práticas sexuais dentro dos grupos de esquerda fossem despidas de

---

<sup>139</sup> GOLDENBERG, op. cit., p. 4.

<sup>140</sup> Ibid., p. 6.

<sup>141</sup> FERREIRA, op. cit., p. 137.

<sup>142</sup> ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: "Não imagine que precise ser triste para ser militante"**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013. p. 43.

<sup>143</sup> MARTINS, Larissa Pinto. A Atuação Política de Mulheres na Ditadura Civil-Militar Brasileira. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, 2018. p. 6.

<sup>144</sup> FERREIRA, op. cit., p. 139.

grande parte dos tabus sociais, a liberdade das militantes nem sempre era acolhida pelos companheiros, e o preconceito contra lésbicas e gays ainda persistia<sup>145</sup>.

Ser mulher militante de esquerda durante a ditadura civil-militar brasileira se tratou de uma vivência complexa, repleta de contradições e nuances. Ao se envolverem em um projeto coletivo de transformação social, essas mulheres adentraram uma esfera que até então lhes era negada, de serem agentes políticas ativas. O engajamento político significou não apenas o enfrentamento ao regime - e assim encarar as duplas violações desferidas pelos órgãos repressivos do Estado, que as miravam tanto pela condição de gênero, quanto pela orientação ideológica -, mas também a condução de uma profunda mudança no papel social da mulher. Fazer política contrariava todas as expectativas que lhe haviam sido imputadas, levando ao questionamento do molde de feminilidade que atrelava as mulheres ao privado. Assim, a militância feminina à esquerda redefiniu e reelaborou os códigos identitários das mulheres.

## 2.2. *Caminhadoras de resistência*<sup>146</sup>: *Helena Lucia, Ignez Maria e Vera Lucia*

As mulheres que resistiram à ditadura participando de grupos de esquerda viveram na pele muitas dessas situações que foram anteriormente discutidas, em formulações que podem ter soado por demais abstratas e genéricas. Ao se inserirem no projeto político de esquerda por transformação social e pelo fim da ditadura civil-militar, suas trajetórias, com particularidades e tracejados próprios, tiveram muitos níveis de intersecção. É o que podemos observar na tabela abaixo, que foi construída com base em informações coletadas nos processos indenizatórios disponíveis no APERS e movidos pelas mulheres que mencionaram terem sido presas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Foram sistematizados os dados referentes às suas ocupações profissionais ou estudantis no momento de início da militância em grupos organizados, a idade em que foram presas, bem como as organizações nas quais atuavam no momento da prisão e a cidade onde foram detidas. Por meio da leitura deste quadro, podemos elucidar o lugar social de onde partiram as militantes, bem como a distribuição nos grupos de esquerda:

---

<sup>145</sup> ver GREEN, James. “Who is this macho who wants to kill me?”: Male Homosexuality, Revolutionary Masculinity, and the Brazilian Armed Struggle of the 1960s and 70s. **Hispanic American Historical Review**, v. 92, n. 3, 2012.

<sup>146</sup> A palavra “caminhadoras” é um neologismo empregado por Gilberto Gil na canção “Drão” (1982), podendo ser uma referência aos árduos caminhos da vida.

**Tabela 2.** Perfil das militantes encarceradas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

<b>Militante</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Idade</b>	<b>Organização</b> 147	<b>Cidade de detenção</b>
Eliana Lorentz Chaves	Estudante universitária (Economia - PUCRS)	18 anos	VAR-Palmares	Porto Alegre
Helena Lucia Rodolphi Carneiro	Estudante universitária (Filosofia - UCS)	22 anos	VAR-Palmares	Porto Alegre
Ignez Maria Serpa Ramminger	Estudante universitária (Medicina Veterinária – UFRGS)	21 anos	VAR-Palmares	Porto Alegre
Leane Ferreira de Almeida	Bancária	23 anos	POC	São Paulo
Leia Schacher Abramovich	Estudante universitária (História - UFRGS)	22 anos	POC	São Paulo
Mailde Cresqui	Secretária da Federação dos Bancários	26 anos	VPR	Porto Alegre
Maria Celeste Martins	Funcionária do IBRA <sup>148</sup>	28 anos	VAR-Palmares	São Paulo
Nara Helena Naumann Machado	Estudante universitária (Arquitetura e Urbanismo - UFRGS)	24 anos	FBT	Porto Alegre
Sandra Helena Machado	Professora do estado	22 anos	FBT	Porto Alegre
Sonia Venancio Cruz	Operária	25 anos	VAR-Palmares	Porto Alegre
Terezinha de Jesus Pereira Burmeister	Estudante universitária (Direito - UFRGS/ Filosofia - UCS)	22 anos	AP	Porto Alegre
Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão	Estudante universitária (Jornalismo - UFMG)	25 anos	VAR-Palmares	Porto Alegre
Vera Lucia Stringhini	Estudante universitária (Medicina - UFRGS)	27 anos	FBT	Recife

Fonte: Processos de indenização/Autoria própria.

<sup>147</sup> Na tabela, as organizações foram identificadas por suas siglas, que, respectivamente, correspondem à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Partido Operário Comunista (POC), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Fração Bolchevique Trotskista (FBT) e Ação Popular (AP).

<sup>148</sup> Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Mesmo sem necessariamente se conhecerem ao longo da militância, essas mulheres partilharam muitos traços em comum. Com a média de 22 anos no momento da primeira detenção e em sua maioria estudantes universitárias antes de passarem à clandestinidade, coincidem com o perfil traçado por Marcelo Ridenti, segundo o qual as organizações urbanas eram majoritariamente compostas por jovens de classes médias intelectualizadas<sup>149</sup>. Podemos perceber, ainda, que a maior parte das mulheres que se tornaram presas políticas na PFMP advinham de grupos que aderiram à luta armada, como a VAR-Palmares, que concentrou 6 das 13 militantes. Esse aspecto também vai ao encontro das proposições de Ridenti, que observou maior porcentagem de participação feminina nos grupos armados urbanos.<sup>150</sup>

Pensando nesses pontos de intersecção é que selecionamos as três mulheres cujas caminhaduras serão aqui analisadas. Helena Lucia Rodolphi Carneiro, Ignez Maria Serpa Ramminger e Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão, além de compartilharem a origem universitária e a proximidade de idades quando do momento da detenção, foram todas presas, torturadas e enviadas para uma instituição penitenciária - no caso de Vera, mais de uma. Além disso, possuíam vínculo com a mesma organização clandestina, fizeram suas andanças por Porto Alegre e foram encarceradas no mesmo ano, em 1970, porém em períodos diferentes: ao passo em que Helena e Ignez compartilharam os momentos de cárcere na Penitenciária, Vera só chegaria quando Ignez já estava sozinha.

A organização com a qual se envolveram foi a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares). Essa organização surgiu em meados de 1969, como uma estratégia de união de forças de grupos que já se viam desarticulados pela repressão. Em sua configuração inicial, a VAR-Palmares foi resultado de uma fusão da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e de remanescentes de outros grupos, como o Comando da Libertação Nacional (COLINA), os operários e estudantes liderados por Carlos Franklin de Araújo no Rio Grande do Sul, e outros militantes independentes da Guanabara, Goiás, Pernambuco e Bahia<sup>151</sup>.

Essa junção, no entanto, foi efêmera, e tão logo se efetivou a primeira ação coletiva<sup>152</sup>, o grupo já se desfez. Três meses após a fundação da VAR, incompatibilidades estratégicas

---

<sup>149</sup> Ver p. 46.

<sup>150</sup> RIDENTI, op. cit., p. 114.

<sup>151</sup> DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. O Terrorismo de Estado (TDE) no Rio Grande do Sul: a repressão aos militantes da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) em 1970. **Anais do XII Encontro Estadual de História da Anpuh/RS**. São Leopoldo, Unisinos, 2014. p. 3.

<sup>152</sup> Essa ação se tratou do roubo de mais de dois milhões de dólares do cofre do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Ver mais em GORENDER, op. cit., p. 136.

levaram ao racha<sup>153</sup> em que grande parte dos militantes oriundos da VPR reconstituíram seu grupo de origem, defendendo a imersão total na luta armada urbana e na guerrilha rural<sup>154</sup>. Aqueles e aquelas que deram continuidade às ações da VAR-Palmares investiram em um projeto revolucionário que combinava o foco guerrilheiro no campo ao trabalho político na cidade<sup>155</sup>. Assim, ao contrário do que é sugerido pelo nome que leva a organização, o grupo não se concentrava nas ações armadas; sem abandoná-las, foi proposto um recuo inicial para que se dedicassem à mobilização do operariado e de estudantes<sup>156</sup>.

No Rio Grande do Sul, a VAR arregimentou quadros expressivos, uma vez que a inserção do grupo liderado por Carlos Franklin de Araújo tinha um contingente de militantes bastante significativo<sup>157</sup>. A estruturação da organização no estado se baseou no Comando Regional de Porto Alegre, que era responsável também por Santa Catarina e Paraná; internamente, os Comandos Territoriais foram criados em Caxias do Sul e Tapes, além da capital<sup>158</sup>. Com o objetivo de arregimentar efetivos e realizar a conscientização das massas, as frentes não armadas de luta da VAR-Palmares no estado incluíram a politização por meio da propaganda, difundida pelo Setor de Imprensa, e a penetração em fábricas, para organização dos operários e operárias, comandada pelo Setor Operário<sup>159</sup>. A frente armada, por sua vez, ficou a cargo do Setor de Operações<sup>160</sup>. A composição heterogênea do grupo ressoou na distribuição das ações; como é observado por Cristiane Ávila Dias, ao passo em que os operários ficaram incumbidos de tarefas mais pontuais, como a distribuição de panfletos em seus locais de trabalho, os postos mais elevados de comando e coordenação foram ocupados por militantes intelectualizados<sup>161</sup>.

Helena Lucia Rudolphi se aproximou da VAR quando era estudante de Filosofia na Universidade de Caxias do Sul, na qual ingressou no ano de 1968. No seu relato oral, destaca a

---

<sup>153</sup> “Racha” é o nome dado às dissensões internas das organizações, que levam à sua divisão. O episódio de divisão da VAR-Palmares ficou conhecido como Racha de Teresópolis, ocorrido em setembro de 1969, no congresso em que se reuniram delegados e encarregados dos serviços de logística, responsáveis pela representação das organizações congregadas na VAR. GORENDER, op. cit., p. 136.

<sup>154</sup> DIAS, C. M. A. O Terrorismo de Estado (TDE) e a luta armada no Rio Grande do Sul: 1970. **Estudios Históricos**, n. 13, 2014. p. 6; GORENDER, op. cit., p. 137.

<sup>155</sup> GORENDER, op. cit., p. 137.

<sup>156</sup> COLLING, op. cit., p. 148.

<sup>157</sup> CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. **A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70**. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p. 235.

<sup>158</sup> *Ibid.*, p. 236-237.

<sup>159</sup> *Ibid.*, p. 238.

<sup>160</sup> *Ibid.*, p. 239.

<sup>161</sup> DIAS, op. cit., p. 4.



importância de Paulo de Tarso Carneiro, que mais tarde viria a ser seu marido e pai de seus filhos, para a sua aproximação à organização:

Eu morava em Caxias do Sul, né, eu sou de lá, e estudava na Faculdade de Filosofia de Caxias, lá onde eu conheci o Paulo. O Paulo já militava, já tinha uma história de esquerda, e a gente tinha um grupo de estudos pra fazer os trabalhos, pra fazer a faculdade, né, e ali eu conheci... O Paulo falava da militância, da VAR-Palmares (...). A gente discutia, ele volta e meia trazia gente de Porto Alegre, reunia com a gente lá, discutia a situação do Brasil, mas era tudo assim, ainda sem compromisso nenhum. E aí em 69 eu comecei a discutir uns papéis da “Ó Pontinho”, porque eu não sabia que Ó, que organização era, e a gente discutia o que pretendia a Ó Pontinho e tinha um documento de tática, estratégia e tal, e eu comecei a discutir com um grupo de operários em Caxias, esses documentos que a gente recebia. (...) [O contato com a VAR] Tinha sido em Caxias, e assim, aquela coisa, de ir discutir documento e tal, não, não sabia o nome da organização. (...) Eu tava no estágio de só “namoro”, de simpatia. (...) Eu tinha que passar por uma fase, eu não era considerada militante, não era militância ainda. (...) [Os companheiros conhecidos] Era o Paulo, e o resto eu conheci lá. E o resto eu fiquei sabendo lá [no DOPS].<sup>162</sup>

Helena interpreta a sua atuação como indissociável da de Paulo: foi por meio dele que se aproximou da “Ó Pontinho”, participando de discussões teóricas isoladas, sem ser incorporada ao quadro de militância da organização, e, por isso, se constituindo como uma simpatizante. Conforme veremos adiante, mesmo com essa aproximação bem circunscrita e passageira, Helena não escapou da violência repressiva, que a atingiu na mesma medida em que militantes ativos foram atingidos.

Ignez Maria Serpa Ramminger se encaixa nessa categoria de “militantes ativas”. Sua trajetória de conscientização política iniciou já na adolescência, sob forte influência de um tio comunista, o Ulisses Villar. Foi ele quem a introduziu os primeiros livros marxistas e a incentivou a aprender russo para cursar o ensino médio na União Soviética, o que não se concretizou devido ao golpe de 1964. Com o exílio do tio no Uruguai, Ignez passou a atuar como pombo-correio<sup>163</sup> nas suas férias escolares, entre anos de 1965 e 1966. E foi também por instrução dele, de que deveria se preparar intelectualmente, que ela decidiu não se dedicar à militância secundarista. Foi quando chegou à universidade, em 1968, no curso de Medicina Veterinária e Agronomia da UFRGS, que se aproximou do movimento estudantil, atuando no Movimento Universidade Crítica (MUC) do Partido Operário Comunista (POC). Nas eleições do DCE livre, a chapa na qual ocupava a vice-presidência foi eleita. E foi nesse cenário que passou a se aproximar da VAR-Palmares:

---

<sup>162</sup> Entrevista concedida à autora, em 26 de agosto de 2019, na cidade de Porto Alegre.

<sup>163</sup> Os chamados “pombos-correio” eram os responsáveis pela troca de informações e correspondências com os exilados e exiladas.

Eu entrei na época dos documentos assinados pelo Ó Pontinho, que vinha com essa discussão de, tá, nós vamos fazer ação armada, mas queremos criar uma organização de militantes, então tem que ter formação de quadros, é uma organização de quadros, dentro de uma estrutura assim mais de partido, sabe, e não simplesmente um grupo de guerrilha urbana. (...) E eu fui pro Comando de Operários, pra trabalhar junto às fábricas, embora eu fosse estudante. E a gente fez muita inter-relação de estudantes com operariado nesse movimento que a gente fazia. Então eu fui pra fortalecer o movimento operário na parte de formação. E aí, eu estava nesse processo, quando houve uma decisão a nível nacional, de que nós, aqui na região, deveríamos começar a nos preparar pra fazer ações armadas. Aí, como eu era paraquedista, eu tinha um bom preparo físico, eu ainda continuava saltando e tal, porque eu levava a minha vida legal, eu morava na casa da minha família, eu ia na faculdade, eu fazia o meu esporte, mas eu também ia fazer a minha política. Então os companheiros me convidaram, um companheiro do Comando Regional me convidou, se eu não queria fazer parte do Comando de Operações que tava sendo montado. Aí eu acabei aceitando, sabendo dos riscos, mas eu disse: eu vou ter que ser treinada, porque eu não sei nem pegar numa arma. E se tu vai pro Comando de Operações, tu tem que aprender até dar tiro, eu não sei nada de arma, eu nunca atirei na minha vida. (...) Aí nós fizemos treinamento de sobrevivência na selva, fizemos treinamento de tiro né, com revólver, com metralhadora, tinha uma metralhadora pequenininha, que chamava-se Ina. Ela era pequena, mas era horrível aquilo ali, eu nem queria usar, porque eu era muito magrinha, eu nem tinha força pra aquilo ali, eu caía com o sopetão que ela dava, eu não posso usar isso aqui. Eu usava um 38....<sup>164</sup>

Ignez, portanto, foi destacada como um dos quadros principais da organização a qual pertencia, sendo a única mulher a compor o Comando de Operações. A sua trajetória de militância, tendo influência familiar, na figura do tio, foi autônoma e paulatina: possuindo uma sólida formação intelectual, foi escalada por diferentes grupos e subiu na hierarquia interna da organização, até tomar a linha de frente no planejamento e execução de uma ação armada, na expropriação da agência do Banco do Brasil em Viamão, em 1970.

Por sua vez, Vera, que cresceu em Manhuaçu, uma cidade do interior de Minas Gerais, não teve contato com debates políticos no âmbito familiar, nem durante a formação secundarista: estudou em um internato de freiras por oito anos, até ser expulsa por dizer que não acreditava em Deus - essa foi a primeira vez que se sentiu realmente subversiva. A imersão na subversão veio com a sua entrada na militância, que ocorreu no seio universitário. Foi cursando a faculdade de jornalismo, a partir de 1966, que começou a perceber a realidade ditatorial, principalmente no que lhe atingia pessoalmente: com a censura e a perseguição no ambiente acadêmico, as dificuldades para exercer o jornalismo eram muitas, e, além disso, a recessão econômica também se fez sentir na sua família:

---

<sup>164</sup> Entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2019, na cidade de Porto Alegre.

Eu comecei a ficar meio puta com essa situação. E aí, na faculdade, entrei em contato com as pessoas de determinadas organizações, que eu nem sabia na época que existia, e comecei a conversar com um, com outro. Tinha um colega de banco também. (...) E aí eu comecei a me envolver, e acabei entrando pra POLOP, e comecei a trabalhar, primeiro no Movimento Estudantil. (...) Depois eu fui deslocada pra fazer movimento operário. (...). Houve um racha na POLOP, porque saiu aquele livro do Debray, *Revolução na Revolução*, que enaltecia a Revolução Cubana, que era mais ou menos uma estratégia meio chinesa também: você tinha que criar um foco revolucionário no campo, e de lá baixar pra cidade, pra tomar o poder, derrubar a ditadura, e com o tempo colocar a ditadura do proletariado. E em função disso, dessa divergência estratégica, acabamos rompendo com a POLOP. E o pessoal que saiu da POLOP, como eu saí, a Dilma [Rousseff] saiu, o Herbert [Daniel] e outras pessoas, criamos a COLINA, que era o Comando de Libertação Nacional. Então passei a militar na COLINA. A gente já pensava no foco, então começamos a tentar criar um braço armado, pra poder criar recursos pra começar o foco e começar a fazer alguma política mais consistente. (...) Eu não era do braço armado, eu continuava militando no movimento operário... Eu achava que não tinha nenhuma vocação pro braço armado, quer dizer, morria de medo de foguete, imagina se eu fosse dar um tiro, né.<sup>165</sup>

Com a queda de grande parte dos quadros após uma ação do braço armado, a militância da COLINA em Minas Gerais se viu obrigada a sair do estado, face aos riscos que corriam com o acirramento das perseguições aos militantes aliados àqueles e àquelas que haviam sido presos. Vera passou a militar clandestinamente no Rio de Janeiro, e de lá foi deslocada para o Rio Grande do Sul, já compondo a VAR:

Um tio meu que foi fiador de um apartamento pra mim, o apartamento caiu, e a gente teve que sair correndo, e tinha o contrato de aluguel, com a fiança do meu tio, que tava dentro do apartamento, e o meu tio foi preso. Coitado, ele não acreditava, eu falava pra ele: tio, a tortura... Foi parar na Ilha das Flores, ficou um mês lá. (...) Com o negócio da prisão do meu tio a minha situação se agravou, aí o pessoal resolveu que eu tinha que sair do Rio. Aí fui pra Porto Alegre, com outro militante, e lá eu ficava fazendo movimento operário no Vale dos Sinos, com aqueles operários do [setor] calçadista. Eu ia lá, a gente se reunia, e isso foi, vamos dizer, em novembro de 69, que eu fui pro Rio Grande do Sul. (...) A organização tinha um jornalzinho - já era VAR-Palmares nessa época, que a Colina fundiu com outros movimentos, e aí a gente acabou virando VAR-Palmares. A gente fazia também denúncia de torturas, pra mandar pro exterior.<sup>166</sup>

Entendemos, assim, como foi efervescente o caminho de Vera na militância: com a chegada à Belo Horizonte e o ingresso na universidade, partiu de um completo afastamento das discussões políticas, passando a integrar três organizações, entre dissensões e fusões, com ações voltadas ao operariado e à imprensa, vivendo a clandestinidade e todas as fragilidades que daí

---

<sup>165</sup> Entrevista concedida à autora no dia 13 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>166</sup> Entrevista concedida à autora em 13 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro.

decorriam. A sua mudança para o Rio Grande do Sul, em novembro de 1969, coincidiu com uma decisão tática de transferência do Setor de Imprensa da VAR-Palmares, uma vez que a repressão estava assolando os quadros no sudeste <sup>167</sup>.

O Rio Grande do Sul, no entanto, não estava livre do aparato repressivo; ao contrário, o estado esteve inserido na mesma dinâmica repressiva que incidiu sobre as demais localidades do país<sup>168</sup>. Além disso, contava com uma particularidade que o diferenciava dos outros estados: seu território fronteiriço era estratégico tanto para os opositores políticos, quanto para os agentes de segurança<sup>169</sup>. Assim, enquanto aos militantes a fronteira interessava para as rotas de exílio e conexão entre os exilados e o quadro interno, a repressão aproveitava a região para tecer vínculos de colaboração com as ditaduras do Cone Sul, além de estabelecer o monitoramento daqueles que deixaram - ou planejavam deixar - o Brasil<sup>170</sup>.

Mesmo com essa montagem constante da engrenagem repressiva no estado, acirrada sobretudo pelas estratégias em torno do território fronteiriço, houve momentos de maior mobilização da perseguição, tendo em vista a necessidade de refrear os avanços opositores. Nesse sentido, podemos incluir entre os episódios que agudizaram a atenção repressiva no Rio Grande do Sul, dentro do período de recorte dessa pesquisa: a descoberta dos “esquemas de fronteira”<sup>171</sup>, que articulavam a saída de militantes ao exílio com passagem pelo estado, em 1969; a expropriação da agência do Banco do Brasil em Viamão, em março de 1970, por uma ação conjunta da VAR-Palmares e M3G; e a tentativa de sequestro do cônsul estadunidense pela VPR, em abril de 1970.

As ações de polícia política ficaram a cargo dos órgãos de informação e repressão, dentre os quais se destaca o Departamento de Ordem Político e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS)<sup>172</sup>. Criado em 1937, durante o governo Vargas, foi após 1964 que o DOPS/RS passou a incorporar os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. Desse modo, se

---

<sup>167</sup> DIAS, op. cit., p. 4.

<sup>168</sup> PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014. p. 33-34.

<sup>169</sup> FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 125-126.

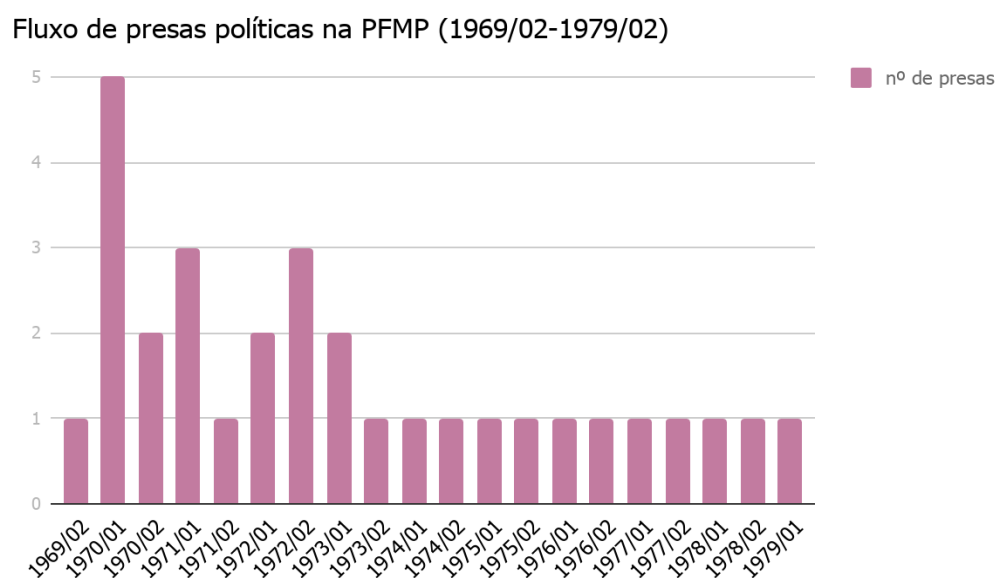
<sup>170</sup> Ibid., p. 94-94, 125-126.

<sup>171</sup> Ibid, p. 97. Ver também BETTO, Frei. **Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

<sup>172</sup> FERNANDES, op. cit., p. 243.

fundamentou no combate aos inimigos e inimigas internos, por meio da investigação, da perseguição e da repressão<sup>173</sup>. Foi no DOPS/RS que se gestaram as iniciativas de desmantelamento das organizações de esquerda que atuavam no Rio Grande do Sul, desencadeando, sobretudo a partir de 1969, uma sequência de sequestros, prisões arbitrárias e interrogatórios conduzidos à base de torturas. Neste mesmo ano, segundo as fontes consultadas, a primeira presa política foi encarcerada na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. O gráfico<sup>174</sup> abaixo nos ajuda a perceber como os ciclos repressivos determinaram os ciclos de aprisionamento, no que se nota a maior incidência de presas em 1970:

**Figura 5.** Fluxo de presas políticas na PFMP entre 1969 e 1979.



Fonte: Processos de indenização/Autoria própria.

Segundo a análise de Souto Alves<sup>175</sup>, o ano de 1970 concentrou o maior número de processos da Auditoria Militar de Porto Alegre: foram 33 processos, com 215 pessoas denunciadas, o que corresponde a 40% do total de pessoas denunciadas na capital por ações políticas ao longo de todos os anos da ditadura. Helena, Ignez e Vera estiveram entre as mulheres que foram presas e denunciadas ao longo de 1970, como resultado do avanço

<sup>173</sup> PADRÓS & FERNANDES, op. cit., p. 36.

<sup>174</sup> Desenvolvido pela autora apenas com base nas informações contidas nos processos de indenização analisados. Assim, excetuam-se os dados das mulheres que foram encarceradas na PFMP e que não moveram processo no Rio Grande do Sul - como é o caso daquelas citadas como companheiras de prisão, que são de outros estados - de modo que os números reais sejam maiores do que esses apresentados.

<sup>175</sup> SOUTO ALVES, op. cit., p. 66.

repressivo sobre as ações das organizações de esquerda. Todas foram enquadradas em artigos do DL 898/69, conforme podemos observar na tabela abaixo:

**Tabela 3.** Denunciadas e enquadramento legal.

Nome da denunciada e artigos de denúncia <sup>176</sup> (DL 898/69)	Descrição dos artigos <sup>177</sup>
Helena Lucia Rodolphi art. 14, 23 e 25	<p><b>Art. 14.</b> Formar, filiar-se ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional;</p> <p><b>Art. 23.</b> Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo;</p> <p><b>Art. 25.</b> Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva.</p>
Ignez Maria Serpa Ramminger art. 14, 23, 25, 27 e 46	<p><b>Art. 27.</b> Assaltar, roubar ou depredar estabelecimento de crédito ou financiamento, qualquer que seja a sua motivação;</p> <p><b>Art. 46.</b> Importar, fabricar, ter em depósito ou sob sua guarda, comprar, vender, doar ou ceder, transportar ou trazer consigo armas de fogo ou engenhos privativos das Forças Armadas ou quaisquer instrumentos de destruição ou terror, sem permissão da autoridade competente.</p>
Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão art. 14, 23, 25, 34, 36, 39, 42 e 45.	<p><b>Art. 34.</b> Ofender moralmente quem exerça autoridade, por motivos de facciosismo ou inconformismo político-social;</p> <p><b>Art. 36.</b> Ofender a honra ou a dignidade do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, de Ministros de Estado, de Governadores de Estado ou Territórios e do Prefeito do Distrito Federal;</p> <p><b>Art. 39.</b> Incitar: I - A guerra ou à subversão da ordem político-social; II - A desobediência coletiva às leis; III - A animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis; IV - A luta pela violência entre as classes sociais; V - A paralisação de serviços públicos, ou atividades essenciais; VI - Ao ódio ou à discriminação racial;</p> <p><b>Art. 42.</b> Constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa.</p> <p><b>Art. 45.</b> Fazer propaganda subversiva: I - Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva; II - Aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino; III - Realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata; IV - Realizando greve proibida; V - Injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública ou</p>

<sup>176</sup> Com base em informações contidas nos processos indenizatórios n. 6350-1200/98-1, n. 6847-1200/98-1 e n. 5012-1200/98-8, do Fundo Comissão Especial de Indenização (APERS).

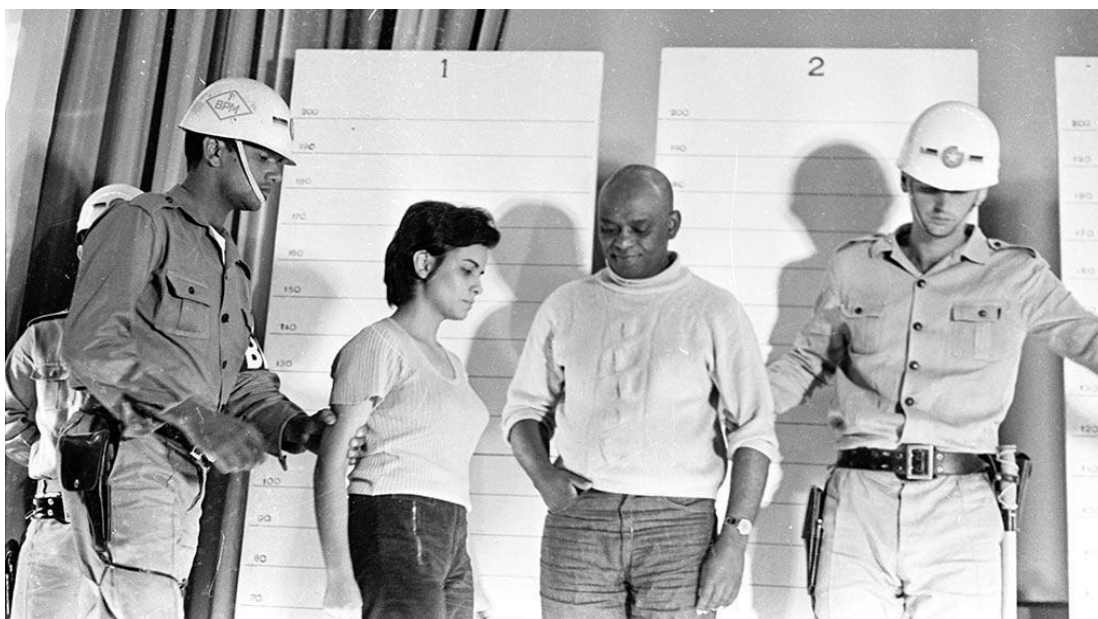
<sup>177</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 04 dez. 2019.

	funcionário, em razão de suas atribuições; VI - Manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores:
--	--

Fonte: Processos de indenização/Autoria própria.

Ignez Maria foi a primeira a ser detida: estava no apartamento de sua família, se despedindo da sua mãe antes de partir para a clandestinidade, quando os agentes do DOPS chegaram, num domingo de abril. Conforme relatou, a sua ida à casa foi um descumprimento de uma regra imposta pela organização, porque, na conjuntura do fracasso do sequestro do cônsul - que, segundo Ignez, tinha como objetivo final a negociação para libertação de Gustavo Buarque Schiller, o Bicho, militante da VAR -, a queda era iminente.

**Figura 6.** Apresentação de Ignez Serpa à imprensa.



Fonte: Galênio e Armênio/Centro de documentação e imagem do jornal Zero Hora. Disponível em: <[http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/zh\\_golpe50anos/index.html](http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/zh_golpe50anos/index.html)> Acesso em: set. 2018.

Por sua vez, Helena Lucia, que também foi presa em abril, estava afastada das atividades políticas no momento da detenção, desconhecendo a ação da VPR e as repercussões repressivas. Foi pega de surpresa no seu local de trabalho, em Porto Alegre, por “Pedro Seelig e uma turma de soldados da brigada”<sup>178</sup>. Atribuiu a causa de sua prisão a uma carta enviada à Paulo, que fora encontrada com ele quando de sua detenção na cidade de Garibaldi.

<sup>178</sup> Trecho de entrevista concedida à autora, em 26 de agosto de 2019, na cidade de Porto Alegre.

**Figura 7.** Registro de entrada de Helena Lucia Rodolphi no DOPS/RS.



Fonte: Fotografia desconhecida. Disponível no processo de indenização n. 6350-1200/98-1, Fundo Comissão Especial de Indenização, APERS.

Quando Vera Ligia foi presa, já era junho de 1970, e o cerco pelo desmembramento das organizações de esquerda, acentuado a partir de abril, estava ficando cada vez mais acirrado. Assim como Ignez, havia sido instruída da ordem de fuga, caso o seu companheiro, que havia ido cobrir um ponto<sup>179</sup>, não retornasse ao aparelho<sup>180</sup>. Mas não foi o que fez:

Um belo dia, o Jorge, meu marido, na época ele chamava Hugo... O Hugo saiu pra fazer um ponto, e caiu. Isso no dia trinta de junho. E ele falou assim: “você vai até às três horas, você fica aqui, se não aparecer, você vai embora”. Mas eu não sei o que me deu nesse dia (...). O nosso isolamento aumentava a cada dia, os nossos companheiros caindo aqui no Rio, São Paulo, então a gente tava se sentindo num verdadeiro cerco quando a gente caiu... E aí eu fiquei tão desanimada... Esse dia eu tinha ido fazer um ponto também, com umas mulheres, umas meninas lá, até uma era filha de um coronel, ela já tava entrando na organização... Voltei pra casa, tipo umas três e meia, quatro horas, nenhum sinal do meu marido. Ainda não era meu marido, não era meu companheiro ainda. Aí eu fiquei meio desconfiada... Falei ah, mas vou dar um tempo... Aí resolvi, sabe o que? Fui ao supermercado e resolvi fazer uma faxina na casa. Olha que cabeça. É porque eu não queria, eu já tava de saco cheio, eu queria que acontecesse alguma coisa, sei lá, uma loucura, né?<sup>181</sup>

Nos episódios de detenção, as três foram igualmente capturadas ostensivamente pelos agentes de segurança, vivenciando o sequestro e sendo coercitivamente confinadas nas

<sup>179</sup> Expressão utilizada pelas organizações de esquerda para se referir ao encontro previamente agendado com outros militantes ou simpatizantes.

<sup>180</sup> Casas ou apartamentos utilizados na clandestinidade para moradia de militantes, reuniões e guarda de materiais.

<sup>181</sup> Entrevista concedida à autora, em 13 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro.



dependências do DOPS/RS. Quaisquer que fossem suas atuações e relações com a organização, o protocolo repressivo era o mesmo. Foram mantidas incomunicáveis, sem contato com a família e sem direito de defesa. Sob o pretexto de coleta de informações sobre seus vínculos com a organização e sobre a localização de terceiros, foram submetidas a sessões de tortura, tendo entre os torturadores figuras como Pedro Seelig - delegado do DOPS/RS, Major Átila Rohrsetzer - do Centro de Informações do Exército (CIE), e Paulo Malhões - agente do CIE do Rio de Janeiro. Os excertos a seguir foram retirados dos relatos de prisão, escritos respectivamente por Helena e Ignez, e anexados aos seus processos de indenização. Já o relato de Vera é um trecho da entrevista de história oral testemunhal realizada para a pesquisa:

O major Átila vinha várias vezes até esta sala [no Palácio da Polícia] com papel e caneta na mão, mandando-me escrever sobre minha vida. Mas ao ler o que havia escrito, rasgava o papel e ameaçava entregar-me ao DOPS, para ser estuprada e morta com choques elétricos, caso não “entregasse” nomes, pontos, endereços, o que ele chamava de “verdadeira história”. (...) Em um certo dia, apavorada e vendada, aos empurrões, tapas, palavrões e ameaças, fui levada ao DOPS, colocaram-me fios elétricos em minhas mãos e aplicaram choques elétricos.<sup>182</sup> (HELENA)

Eles colocaram um capuz preto na minha cabeça que não permitia enxergar nada. Um deles pegou-me pelo braço e levou-me para outro local; desci uma escada aos tropeços. Quando me tiraram o capuz percebi que estava em uma sala pequena e escura e ligaram uma luz forte que dava direto nos meus olhos e me deixava quase cega, não conseguia ver quem estava ali. Colocaram fios nos dedos das minhas mãos e me deram várias descargas elétricas - choques que percorriam meu corpo. A dor era terrível! Depois foram mudando os fios de lugar e os colocaram em várias partes do meu corpo (pés, genitais, seios), e quando colocaram em minhas orelhas, o choque me fez ver estrelas e desmaiei. Quando acordei estava com a língua toda machucada pelos meus dentes. (...) Mais de uma vez urinei durante a sessão de choques, principalmente quando levava choques nos órgãos genitais. (...) O que mais me chocava era que, alguns destes torturadores demonstravam claramente que sentiam prazer em torturar. Um deles, oficial do exército, carioca, conhecido pelo codinome de Malhões, chegou a ejacular nas sessões e ria. Ele também era mestre em apertar certos pontos do corpo que produziam uma dor muito forte e gabava-se disso. Ele dava aulas de tortura para os outros colegas.<sup>183</sup> (IGNEZ)

Cheguei no DOPS e eles me mandaram, eu vendada, eles me mandaram sentar numa cadeira. Me sentaram numa cadeira, nem sabia onde eu tava, não fazia ideia de onde eu estava. Aí me ofereceram sanduíche, imagina se eu ia comer, eu sabia que eu ia ser torturada né... Eu fui a última a cair esse dia, foram quinze pessoas da VAR que caíram. (...) Aí daqui a pouco eu estou assim, sentada, veio uma pessoa e me puxou e me arrastou, umas escadas assim, arrastada, até que eles me jogaram numa sala... Um cara que começou a me

---

<sup>182</sup> CARNEIRO, Helena Lucia Rudolphi. **Relato da prisão**. 18 de agosto de 1998. In: Processo de indenização n. 6350-1200/98-1, Fundo Comissão Especial de Indenização, APERS, fl. 8.

<sup>183</sup> RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. **Relato de minha prisão**. Agosto de 1998. In: Processo de indenização n. 6847-1200/98-0, Fundo Comissão Especial de Indenização, APERS, fl. 10-16.

dar porrada, de tudo quanto é lado, eu voava, imagina, eu tinha uns 45 kg na época, hoje tenho 51... Pequeninha do jeito que eu sou né... Mandou tirar roupa. E o cara não parava, ele não me fazia uma pergunta... Porque, eu acho que como eles já tinham prendido todo mundo, eu acho que ele nem sabia o que que ele ia me perguntar. Só dando porrada, ele voava nas minhas pernas e me jogava de um lado pro outro. (...) Ele me jogou, nos “finalmente” da coisa, ele me jogou num troço, que eu acho que tinha uma mesa de vidro, e a minha cabeça bateu nessa ponta dessa mesa. E aí eu caí assim e começou a sair sangue. (...) Minha blusa - que eu fiquei pelada, mas eu não tirei a blusa, porque eu acho que ele falou que não precisava tirar a blusa -, essa blusa ficou toda preta, de sangue, e acho que ele ficou meio apavorado quando ele viu aquilo. Porque ele parou e me mandou tirar a blusa, enrolou a minha cabeça e mandou eu lavar a blusa. (...) E aí eles me levaram de volta pra cela. E isso aí, outros dias... Aí o Pedro Seelig pegava a gente, levava, dava choque, não sei o que...<sup>184</sup> (VERA)

Quando não estavam passando pelas sessões de tortura, eram constantemente vigiadas e ameaçadas. Assim, as experiências da detenção no DOPS demarcaram um período de terror, tornando-se o parâmetro dos maiores excessos, das mais graves e contínuas violações e vulnerabilidades. O que mais esperavam era se verem livres daquele ambiente e daquelas vivências. A transferência poderia chegar como um alívio.

---

<sup>184</sup> Entrevista concedida à autora no dia 13 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro.

### 3 O CÁRCERE POLÍTICO NA PENITENCIÁRIA FEMININA MADRE PELLETIER

Após analisar as faces do terrorismo de Estado da ditadura civil-militar nas violações contra as mulheres e conhecer as trajetórias de militância de Helena Lucia, Ignez Maria e Vera Ligia, procederemos agora à investigação do período de cárcere político dessas mulheres na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP). Para tanto, na primeira parte deste capítulo, nos voltamos às lógicas que nortearam a origem do encarceramento feminino, quando eram instituições religiosas que assumiam a administração de casas prisionais, a exemplo da Congregação Bom Pastor da Nossa Senhora da Caridade de Angers, responsável pela gestão da PFMP. Neste ponto, exploramos como os papéis de gênero ditaram as expectativas de ressocialização das mulheres criminosas, entendendo como essas concepções atravessaram a estruturação do primeiro cárcere feminino no Brasil.

Avançamos, então, ao estudo do cárcere político de mulheres militantes de esquerda na PFMP. A fim de investigar o regime de encarceramento a que estiveram submetidas, construímos nossos argumentos a partir da análise dos grupos de fontes que compõem este trabalho: os processos indenizatórios e, em maior medida, os testemunhos orais. Busca-se evidenciar as condições de aprisionamento dessas mulheres incursas na DL 898/69, bem como lançar luz às relações de poder que circulavam nesse cenário, procurando perceber as especificidades de seus confinamentos enquanto presas políticas.

#### *3.1 Perdoai-lhes Senhor, porque eles sabem o que fazem<sup>185</sup>: traçados sobre as origens do encarceramento feminino*

A mulher infratora sempre representou um não-ser e ocupou um não-lugar. Em um padrão de socialização que atribuiu a feminilidade à maternidade, à submissão conjugal, à restrição ao espaço privado e a determinados temperamentos emocionais, a criminalidade feminina, ao negar essas prescrições, se constituiu enquanto um desvio<sup>186</sup>. Opondo-se ao sistema comportamental esperado das mulheres, as criminosas foram desclassificadas dos papéis de gênero associados ao seu sexo, afinal, o crime pertencia a um universo masculino e, ao adentrarem essa esfera, estariam contrariando as leis “naturais”: não eram mulheres, mas criminosas. Nessa lógica, passaram a figurar como infradoras dos códigos sociais todas aquelas que contrariavam os ditames tidos como inerentemente femininos; eram criminalizadas as

---

<sup>185</sup> Trecho do poema “As pessoas sensíveis”, de Sophia de Mello Breyner Andresen.

<sup>186</sup> ANGOTTI, Bruna. **Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus. O surgimento dos presídios femininos no Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011. p. 108.

prostitutas, as lésbicas, as mães solteiras, as aborteiras, as histéricas, instituindo assim um modelo a não ser seguido<sup>187</sup>. Com isso, a dicotomia criada entre mulheres honestas *versus* mulheres desviantes passou a delimitar a classificação da delinquência feminina<sup>188</sup>.

É importante entender, como é ressaltado por Angela Davis, que as prisões não foram concebidas para abrigar mulheres: uma vez que a expectativa de gênero presumia ações infratoras apenas por parte dos homens, e a criminalidade feminina era percebida como uma anormalidade, os cárceres foram planejados especialmente para recebê-los, constituindo-se enquanto uma instituição marcadamente masculina<sup>189</sup>. Toda a estrutura carcerária se engendrou a partir dessa concepção<sup>190</sup>. Assim, as mulheres foram inicialmente confinadas juntamente aos homens, sem a preparação de um ambiente específico para aprisioná-las. Para que as criminosas fossem realinhadas ao seu lugar de mulher, foi necessário criar instituições penitenciárias femininas, o que se deu pela separação dos detentos de acordo com o sexo, evitando os perigos que derivavam desse convívio coletivo, o que servia apenas para reforçar os desvios das mulheres, sem corrigi-los<sup>191</sup>.

Essas instituições surgem inicialmente na França, em 1820, nos Estados Unidos, em 1835, e na Inglaterra, em 1850<sup>192</sup>. No Brasil, é com o Código Penal de 1940 (Decreto-Lei n. 2848), ao se instituir as regras comuns às penas privativas de liberdade, que passa a se legislar sobre o cumprimento de pena das mulheres infratoras em estabelecimentos especiais ou em seção adequada dentro da penitenciária comum (art. 29 § 2º). Com isso, suscitou-se o desafio de desenvolver uma nova lógica de encarceramento, adequada às especificidades do trato com as mulheres criminosas, o que exigia um tratamento distinto daquele oferecido aos homens, uma vez que as expectativas de ressocialização abarcavam, agora, aspectos ligados ao resgate da moral e da feminilidade<sup>193</sup>. Para tanto, delegou-se a gerência das casas prisionais femininas a um grupo condizente com o cumprimento desses objetivos: as freiras da Congregação Bom Pastor da Nossa Senhora da Caridade de Angers. Conforme aponta Angotti,

Não havia no Brasil, naquele momento, outro grupo de mulheres capaz de se dedicar ao trabalho com as presas, uma vez que eram ainda poucas as mulheres no mercado de trabalho e raras as funcionárias públicas, alocadas, em geral,

---

<sup>187</sup> ANGOTTI, op. cit., p. 110.

<sup>188</sup> Ibid., p. 49.

<sup>189</sup> DAVIS, Angela. Como o gênero estrutura o sistema prisional. In: \_\_\_\_\_. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018. p. 71, 75.

<sup>190</sup> Há de se ressaltar que a interpretação das instituições prisionais enquanto ambientes masculinos está presente na maior parte das obras que são referências sobre o tema, a exemplo de *Vigiar e Punir* de Michel Foucault, que universaliza a experiência da pena-prisão a partir do homem, sem se atentar para o recorte de gênero.

<sup>191</sup> ANGOTTI, op. cit., p. 191-192.

<sup>192</sup> Ibid., p. 23.

<sup>193</sup> Ibid., p. 22.

em setores mais “femininos”, como os escritórios. Conseguir um grupo de mulheres laicas dispostas a trabalhar com aquelas que se desviaram do seu papel social, consideradas por vezes perigosas, violentas, perdidas e/ou degeneradas seria uma tarefa das mais complexas. Ainda, o lugar ocupado pela mulher delinquente, como ressaltado anteriormente, era o do desvio dos papéis do feminino, dos excessos, da falta de recato, das rupturas morais, soando a proposta das Irmãs de salvação moral e educação para uma ética cristã a mais adequada para o trato com essas mulheres desviantes.<sup>194</sup>

Fundada por Maria de Santa Eufrásia Pelletier em 1835, na cidade de Angers, na França, a Congregação desde os primórdios se pautou no assistencialismo, com vistas ao acolhimento e reabilitação das mulheres em situação de risco e marginalidade social<sup>195</sup>. A missão dessas irmãs estava na “salvação das almas” e na “cura moral” dessas moças<sup>196</sup>. Neste ponto, se percebe o alinhamento com as tendências punitivas instauradas a partir da reforma penal europeia do século XVIII, que, deixando de se embasar no suplício, passavam a agir em uma “realidade incorpórea”<sup>197</sup>. Desvendando os novos direcionamentos do poder nesse nível mais abstrato e profundo, Foucault escreveu que

Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. (...) A alma, ilusão dos teólogos, não foi substituída por um homem real, objeto de saber, de reflexão filosófica ou de intervenção técnica. O homem de que nos falamos e que nos convidamos a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma “alma” o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo.<sup>198</sup>

A recuperação das almas desviadas justificou o trabalho de docilização dos corpos, pregando a valorização da vida cristã e o retorno aos papéis femininos. Foi essa premissa que orientou as ações da Congregação em suas diversas frentes de atuação que, para além do cárcere, incluíam também a gestão de escolas, orfanatos, reformatórios e asilos<sup>199</sup> - instituições que, segundo Foucault, funcionam na mesma lógica. Para as irmãs do Bom Pastor, era o zelo e o cuidado que deveriam orientar o trato com as mulheres, criando um ambiente amoroso e maternal<sup>200</sup>. Nas instituições carcerárias, que foram seu principal meio de atuação, atuaram no

---

<sup>194</sup> ANGOTTI., op. cit., p. 212-213.

<sup>195</sup> KARPOWICZ, op. cit., p. 67 e 70.

<sup>196</sup> ANGOTTI, op. cit., p. 198.

<sup>197</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 21.

<sup>198</sup> Ibid., p. 32-33.

<sup>199</sup> KARPOWICZ, op. cit., p. 70.

<sup>200</sup> AGUIRRE, Carlos. Cárcel y sociedad en América Latina: 1800-1940. In: GARCÉS, Eduardo Kingman. **Historia social urbana. Espacios y flujos**. Quito: FLACSO, 2009. p. 225.

molde de casa-convento<sup>201</sup>, instituindo uma rotina religiosa e atribuindo tarefas domésticas - vistas como propriamente femininas - às detentas, e assim criando para si uma imagem de acolhimento, que em muito se distanciava das noções associadas ao cárcere<sup>202</sup>.

A potencialidade desse discurso garantiu a rápida expansão da congregação, que, tão logo se internacionalizou em outros países da Europa, atravessou continentes e chegou à América na década de 1840, instalando-se primeiro nos Estados Unidos em 1842 e, nos anos seguintes, no Canadá<sup>203</sup>. A primeira casa da América Latina se localizou no Chile, na década de 1850<sup>204</sup>, espalhando-se, rumo ao sul, para o Uruguai e Argentina. No Brasil, as irmãs do Bom Pastor se assentaram em 1891, com a criação de uma casa correcional para meninas infratoras na cidade do Rio de Janeiro<sup>205</sup>.

No entanto, foi apenas em 1937, com a abertura do Reformatório de Mulheres de Porto Alegre, que a Congregação passou a administrar um espaço prisional no país. O acordo firmado com o estado Rio Grande do Sul em 1936, transferindo às religiosas a responsabilidade pelas detentas da casa correcional de Porto Alegre, representou a primeira iniciativa de institucionalização da separação de presos e presas de acordo com o sexo no Brasil, criando-se, pela primeira vez, uma instituição penitenciária feminina. O adiantamento à legislação, antes de se tratar de um pioneirismo vanguardista do governo estadual, deve ser interpretado em face aos debates em voga sobre o aprisionamento feminino, que se alastrava entre os penitenciaristas<sup>206</sup>. Como demonstra Karpowicz, foi uma decisão estratégica: com a concessão de verbas e incentivos, além do estímulo para que a sociedade civil, sobretudo as damas de elite, realizassem doações para a congregação, o estado se isentava de sua responsabilidade, delegando às religiosas o cuidado com essa parcela marginalizada da sociedade<sup>207</sup>. Na leitura de Angotti, é possível perceber traços da hierarquia de gênero nessa divisão: enquanto “às Irmãs cabia a recuperação moral das detentas, o trabalho cotidiano de educar, bem como de economizar, tarefas que, em um lar, geralmente são femininas”, o Estado de responsabilizava pela “lei, com o castigo e com as questões práticas do mundo público, tarefas geralmente masculinas”<sup>208</sup>.

---

<sup>201</sup> ANGOTTI, op. cit., p. 219-220.

<sup>202</sup> Ibid., p. 200.

<sup>203</sup> ARTUR, Angela. **Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e freiras**. 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. p. 129.

<sup>204</sup> Ibid., p. 131.

<sup>205</sup> KARPOWICZ, op. cit., p. 74.

<sup>206</sup> ver ANGOTTI, op. cit, **Capítulo Três: Classificando a mulher delinquente**, p. 151-186.

<sup>207</sup> KARPOWICZ, op. cit., p. 73 e 77.

<sup>208</sup> ANGOTTI, op. cit., p. 217.

A atuação institucional do Bom Pastor na administração carcerária em Porto Alegre pode ser dividida em diferentes fases<sup>209</sup>. A primeira delas foi a da Escola de Reforma, que operou entre 1936 e 1939, sucedida pelo Reformatório de Mulheres Criminosas, de 1939 a 1950, seguindo ao Instituto Feminino de Readaptação Social, entre 1950 e 1970, e chegando, por fim, à Penitenciária Feminina Madre Pelletier, que funcionou até 1981, quando a administração passou a ser estatal. Mesmo com as nuances e particularidades de cada período, toda a trajetória institucional esteve permeada pela premissa que norteava a administração das irmãs: “a regeneração e a conversão das moças desviadas dos caminhos da virtude”<sup>210</sup>.

No que tange ao recorte temporal dessa pesquisa, nos interessa a fase da Penitenciária, quando a instituição vivia a sua última fase sob gerência da Congregação. Segundo Karpowicz, foi neste período que o cárcere se sobrepôs ao convento<sup>211</sup>, devido a mudanças estruturais que, gradualmente, foram reorientando a ação das irmãs até que se retirassem da administração. Com a alteração do nome para Penitenciária Feminina Madre Pelletier, perderam-se as atribuições prévias de Instituto, reduzindo as diversas frentes de atuação<sup>212</sup> - que incluíam a ressocialização de meninas enviadas pelo Juizado de Menores ou por suas famílias e tutores, um pensionato de idosas da alta sociedade, uma escola com ensino primário e ginásial, no regime de internato e externato, e um convento de formação de freiras - ao acolhimento de mulheres em julgamento ou condenadas judicialmente.

A penetração da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) descentraliza a administração da instituição, sendo responsável pela preparação das irmãs para os desafios dessa nova etapa, uma vez que a supressão das outras sessões implicava no aumento do número de presas e na adaptação para um molde estritamente carcerário<sup>213</sup>. Assim, as freiras passam a participar de cursos de formação sobre o Sistema Penitenciário, investem em segurança e pregam a impessoalidade das relações entre as administradoras, as funcionárias e as apenadas, instituindo o rodízio de trabalho para evitar apegos<sup>214</sup>. Na análise de Karpowicz, mesmo transfigurado em cárcere, o ambiente provido pelas irmãs ainda possuía um caráter humanizador<sup>215</sup>. Foi neste cenário que as presas políticas enquadradas no DL 898/69 passaram a ser encarceradas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

---

<sup>209</sup> A divisão é proposta por Débora Karpowicz em sua tese de doutorado (2017).

<sup>210</sup> Trecho de correspondência particular da Madre Provincial sobre proposta da fundação da casa de Porto Alegre. In: KARPOWICZ, op. cit., p. 82.

<sup>211</sup> KARPOWICZ, op. cit., p. 282.

<sup>212</sup> Ibid., p. 227.

<sup>213</sup> KARPOWICZ, op. cit., p. 283.

<sup>214</sup> Ibid, p. 283-286.

<sup>215</sup> KARPOWICZ, op. cit., p. 309.

### 3.2 O depósito das mulheres que incomodam<sup>216</sup>: as dinâmicas do cárcere político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier

A mesma Congregação que acreditava que “uma pessoa vale mais que o mundo”<sup>217</sup>, voltando-se para a regeneração moral e educação cristã das mulheres desvalidas, se fez alheia aos desmandos sofridos pelas mulheres militantes de esquerda encarceradas sob seu teto. Em detrimento das premissas de acolhimento, cuidado e resgate das almas, a presença das presas políticas esteve apartada das orientações centrais da instituição. O indício primeiro e mais explícito dessa separação esteve no local de encarceramento: as presas políticas não foram confinadas no prédio central, mas em um espaço à parte.

Para Helena, o único momento de acesso à edificação sede da Penitenciária foi no momento de chegada. Era uma noite no final do mês de abril de 1970 quando, após cerca de um mês de detenção nas dependências do DOPS, Helena, Ignez, Iara Areias Prado e Maria Aparecida Donda Falcão - duas paulistas que também estavam lá confinadas - foram transferidas para um novo local de aprisionamento, sem comunicação de qual seria o seu destino. Chegando à Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Helena, Iara e Maria Aparecida foram recebidas pelas freiras e encaminhadas para um dormitório, localizado no prédio central, onde passaram a noite<sup>218</sup>. Já Ignez não foi desembarcada da *kombi* na qual tinham sido transportadas, conforme relatou na entrevista:

Eles tiraram as gurias de dentro da kombi, e me deixaram na kombi, e deram umas voltas... Acho que ficaram circulando, e depois me levaram, entraram, me largaram no portão de ferro lá. Eles fizeram assim pra mim ficar desorientada. Eu não sabia pra onde é que tavam me levando, se tavam me levando pro mesmo lugar que as gurias tavam, se não tavam, eu fiquei sem saber (...). Eles abriram um portão de ferro, aí me passaram pra um outro portão, aí veio uma mulher, nunca vou esquecer... Uma mulher gordona assim, uma agente penitenciária... Me fazer revista íntima. Magina, eu saio do DOPS, isso é tipo pra te humilhar, sabe? Aí vem a mulher meter os dedos na minha vagina, no meu ânus, pra ver se eu tinha alguma coisa dentro. E ela fez aquilo, te machucava, porque fazia pra doer mesmo, de pessoa maldosa assim, sabe, e ela se achando poderosa ali (...). Ela não ficou trabalhando conosco. Depois fiquei sabendo que todas as presas detestavam ela, que ela maltratava as presas (...). A cara gostava de judiar, ela era sádica, sabe. Uma coisa horrível aquela mulher. Foi uma das piores pessoas que eu encontrei. Lá dentro do presídio, foi a pior pessoa que eu encontrei.<sup>219</sup>

---

<sup>216</sup> Trecho do poema “uma canção popular (séc. XIX-XX)”, de Angélica Freitas. In: FREITAS, Angélica. **Um útero é do tamanho de um punho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

<sup>217</sup> Frase de Madre Maria Eufrásia Pelletier, que ilustrou um folhetim de comemoração de seus 200 anos de nascimento. Disponível em KARPOWICZ, op. cit., p. 69.

<sup>218</sup> Informação concedida à autora por Helena Lucia Rodolphi Carneiro, em entrevista realizada no dia 26 de agosto de 2019, na cidade de Porto Alegre.

<sup>219</sup> Entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2019, na cidade de Porto Alegre.



A experiência de Ignez Serpa na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, portanto, iniciou-se com particularidades que destoavam do tratamento dispensado às outras presas políticas encaminhadas na mesma ocasião. Foi imediatamente imersa no terror psicológico, manifestado pela desorientação com as voltas na *kombi*, e nas violações físicas, impingidas pelas ações da agente carcerária. Sem ser encaminhada para o prédio central da Penitenciária, foi enviada para as celas de confinamento, espaço onde foi violentada com a revista vexatória. Esses episódios, que não se configuraram enquanto uma regra no tratamento destinado às presas políticas na instituição, podem ser interpretados em face à relevância da figura de Ignez para a repressão, tendo em vista a sua atuação no Comando de Operações da VAR. Conforme veremos, ao longo de seu período de encarceramento nessa instituição de reclusão, Ignez nunca esteve ileso das ações terroristas do Estado.

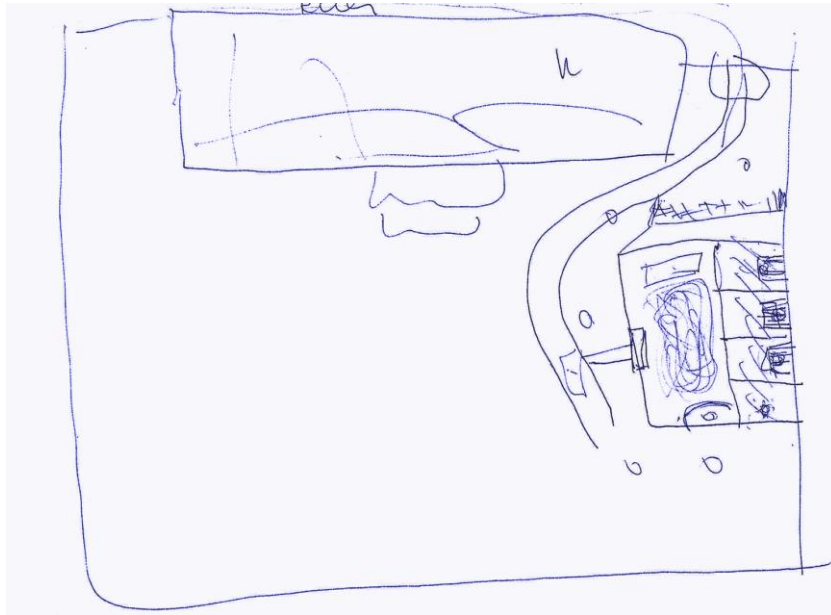
Vera, assim como Ignez, foi encaminhada diretamente para o espaço de encarceramento das presas políticas. Quando ela e Mara Alvarenga foram transferidas do DOPS, em julho de 1970, lhes foi informado o local de destino: “você vão para um presídio, chamado Madre Pelletier, que é um presídio administrado por freiras”<sup>220</sup>. Essa notícia soou reconfortante: frente às constantes violações sofridas no DOPS, era um alívio pensar que iriam para um presídio com direção mais humanitária, onde - imaginavam - não mais seriam expostas a condições tão degradantes. A chegada, no entanto, foi decepcionante: “Eu levei um choque com aquilo ali, porque eu imaginava que eu ia ficar numa cela, num presídio, e a gente tava, sei lá, num *bunkerzinho*, uma coisa esquisita.”<sup>221</sup> O croqui abaixo foi elaborado por Vera durante o momento da entrevista, e nos auxilia a ilustrar a distribuição do espaço da Penitenciária, principalmente a segmentação em que as presas políticas foram encarceradas:

---

<sup>220</sup> Entrevista concedida à autora em 13 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>221</sup> Entrevista concedida à autora em 13 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro.

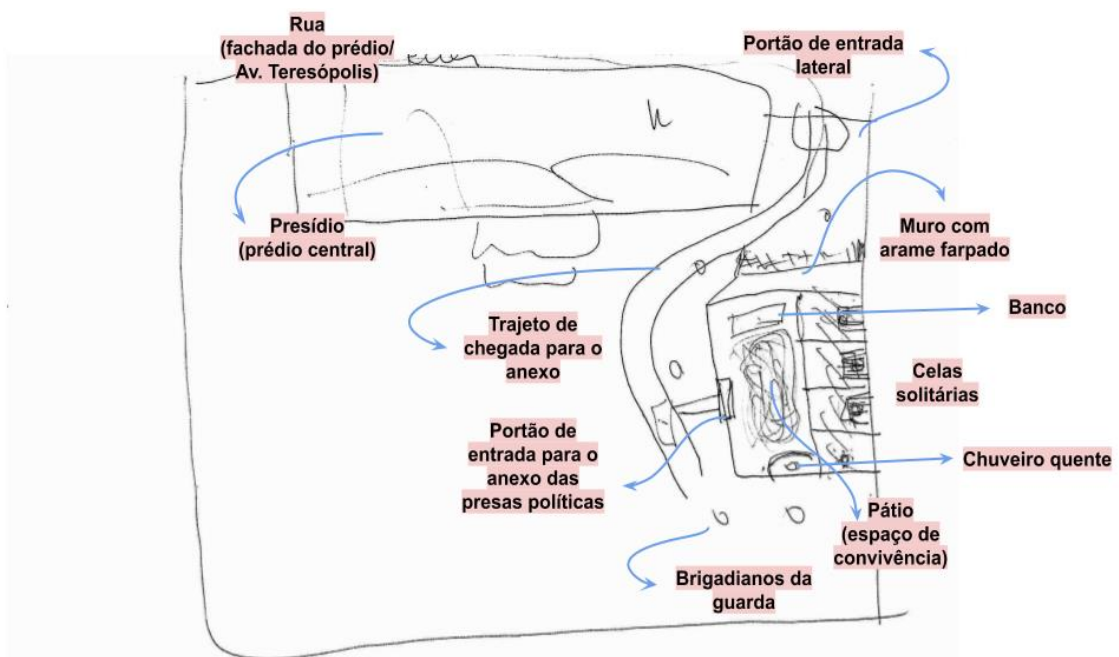
**Figura 8.** Croqui das instalações da Penitenciária Feminina Madre Pelletier.



Fonte: Vera Durão/Acervo pessoal.

Na próxima ilustração, realizamos intervenções no desenho de Vera, identificando os elementos por ela citados e melhor elucidando a dinâmica das instalações da Penitenciária:

**Figura 9.** Croqui das instalações da PFMP com identificação dos espaços.



Fonte: Vera Durão/Autoria própria.

Todas as ex-presas políticas identificadas na feitura deste trabalho, que foram encarceradas ao longo do ano de 1970, foram confinadas neste espaço anexo. Antes da chegada de Helena, Ignez, Iara Prado e Maria Aparecida Donda Falcão - que foram as primeiras presas políticas da década a serem aprisionadas na PFMP, a partir do final de abril - temos registro de apenas uma mulher que foi encarcerada por enquadramento na Lei de Segurança Nacional, por motivações políticas, no ano de 1969, e em cujo processo não consta relato de prisão indicando o espaço de confinamento. Considerando ainda o testemunho de uma ex-presas política que assinala ter sido transferida para a sede central ao longo dos quatro anos em que ficou detida na instituição<sup>222</sup>, não podemos afirmar que houve um único espaço de encarceramento onde foram alocadas estas mulheres. Mesmo assim, tendo por base a documentação analisada, podemos concluir que, nessa primeira fase do encarceramento na PFMP, o espaço anexo era o local prioritário de detenção das presas políticas.

Em todos os relatos de prisão<sup>223</sup>, as ex-presas unanimemente afirmaram que o ambiente de detenção era anteriormente utilizado para o isolamento e castigo daquelas que chamam de “presas comuns”. Tratava-se de um espaço anexo, inserido nas imediações da Penitenciária, mas afastado do prédio central, encimado por um muro com arame farpado e um portão de ferro para entrada. O interior era composto por uma área aberta, por uma salinha onde foi instalado um chuveiro quente após demanda das presas políticas<sup>224</sup>, e por quatro celas solitárias. Sobre estas, os relatos orais enfatizam as limitações das dimensões - “a largura era o comprimento de uma cama de solteiro”<sup>225</sup> - e os elementos que compunham o minúsculo ambiente: uma porta de ferro, com uma abertura por onde se passava o alimento e através da qual eram vigiadas; grades localizadas no alto, para entrada de luz e circulação de ar; uma cama; um chuveiro com água fria; e uma privada no chão.

As fotografias abaixo são registros raros do espaço de detenção das presas políticas. Foram feitas durante um dia de visita do filho de Vera Stringhini, presa política que foi encarcerada na instituição no ano de 1971, e provavelmente são os únicos registros do espaço de aprisionamento. Ainda que não contemplem o recorte cronológico abrangido nessa pesquisa,

---

<sup>222</sup> Ver COLLING, op. cit., p. 56. A ex-presas, identificada no livro sob o pseudônimo de Olga, foi identificada por nós, através do cruzamento de fontes, como sendo Sonia Venancio Cruz, que esteve encarcerada na instituição por 10 meses durante o ano de 1974 e, posteriormente, de janeiro de 1975 a 1979. O encarceramento na sede central teria sido, segundo consta no livro, no segundo período de detenção. A análise dos processos indicou que Sonia era a única presa política da instituição durante esses anos, o que talvez possa explicar o motivo de seu deslocamento para outro espaço.

<sup>223</sup> Dentre os treze processos analisados, somente quatro não possuem relatos de prisão.

<sup>224</sup> De acordo com o relato de Ignez Serpa, em entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2019.

<sup>225</sup> Ignez Serpa, em entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2019.

essas imagens ilustram o mesmo ambiente em que as presas de 1970 foram confinadas, e por isso nos são de suma importância:

**Figura 10.** Espaço de encarceramento das presas políticas, 1971.



Fonte: Vera Stringhini/Acervo pessoal.

As próximas imagens datam de 2012 e 2014, respectivamente, quando o Comitê Carlos de Ré de Verdade e da Justiça fez o reconhecimento do espaço, e quando uma reportagem da TVCOM revisitou o local com a presença de Ignez Serpa. À época, as celas eram utilizadas como canil para os cães da guarda do Presídio. O canil foi posteriormente desativado, por ser considerado um ambiente inóspito para os animais:

**Figura 11.** Canil do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier, 2012.



Fonte: Bernardo Jardim Ribeiro/Sul21.

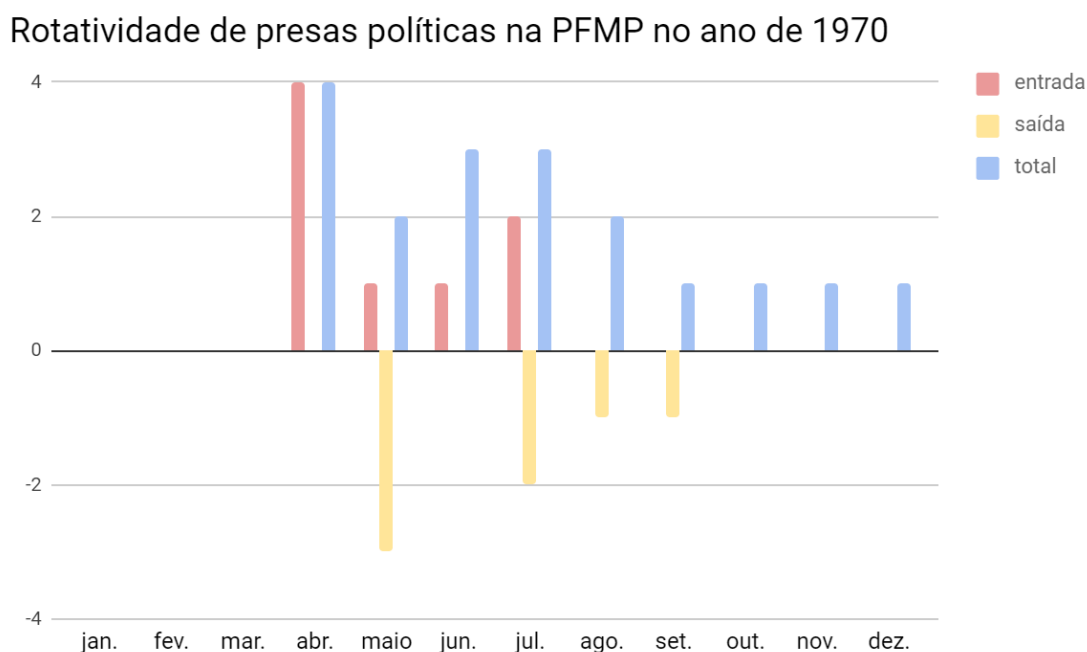
**Figura 12.** Visita de Ignez Serpa ao antigo espaço de encarceramento das presas políticas, 2014.



Fonte: *Printscreen* do vídeo “Porto Alegre: O mapa da repressão - Episódio I: Martinha”/TVCOM.

Considerando a necessidade de manter as presas isoladas, cada cela nunca abrigou mais de uma mulher ao mesmo tempo. Isso influenciou no fluxo de presas políticas, de modo que o número limite de mulheres encarceradas durante o mesmo período não ultrapassasse quatro, haja vista a quantidade de celas disponíveis no espaço. Um olhar mais apurado para as idas e vindas das presas ao longo do ano de 1970 evidencia essa rotatividade:

**Figura 13.** Rotatividade de presas políticas na PFMP no ano de 1970.



Fonte: Processos de indenização<sup>226</sup>/Autoria própria.

Às limitações do espaço de confinamento, acresce-se ainda o aspecto da insalubridade, que foi recorrentemente destacado nos relatos de prisão. Nos relatos orais, Helena e Ignez compartilharam que, ao se depararem com um espaço imundo no momento de sua chegada, foram elas as responsáveis pela limpeza de suas celas. Ignez Maria ressalta ainda os mofos que se formavam com a umidade: “As celas, elas eram insalubres, úmidas, formavam uma umidade na parede. A minha cela eu fiz vários desenhos nos mofo, então a minha parede era cheia de

<sup>226</sup> O gráfico foi desenvolvido com base nas informações disponíveis nos processos de indenização analisados, que foram movidos por cinco das oito mulheres que, segundo o nosso levantamento, foram encarceradas no ano de 1970. Assim, os dados referentes à entrada e saída das três cujos processos não foram acessados, decorrem de informações presentes nos relatos de suas companheiras de prisão, o que pode resultar em imprecisão de datas.

figuras fantasmagóricas”<sup>227</sup>. Presa no período do inverno rigoroso do Rio Grande do Sul, Vera Durão chamou atenção, por sua vez, para o frio que passavam dentro das celas geladas.

Mesmo que não seja uma das nossas interlocutoras principais, extrapolando o recorte deste trabalho, trazemos também um excerto do relato de prisão de Mailde Cresqui, que dá conta de exemplificar o grau de insalubridade a que as presas políticas estiveram expostas. Mailde era militante da VPR e esteve encarcerada na PFMP entre fevereiro e julho de 1971, compartilhando um período de detenção com Ignez Serpa. Em certa feita, contraiu uma infecção grave em decorrência da inospitalidade do local de encarceramento e negligência da administração:

As moscas azuis e pretas invadiam a minha cela. Uma manhã comecei a ter fortes dores de cabeça, meu nariz estava inchado, com uma coriza sanguinolenta e malcheirosa. As freiras foram avisadas. Madre Beth veio verme e disse que era uma espinha infeccionada. Eu já estava com febre. Fui levada para o hospital da Brigada Militar e foram tirados dois enormes *bernes* do meu nariz. Quem me atendeu foi um capitão-médico, ficou apavorado, disse que não imaginava que as presas políticas do R.G Sul ficavam isoladas numa solitária expostas a tudo.<sup>228</sup>

Ao serem ressaltadas as condições precárias do encarceramento tanto nos relatos escritos quanto nos orais, evidencia-se como esses fatores foram decisivos na construção da memória dessas militantes sobre a experiência do cárcere. Isso nos leva a entender que, provavelmente, a exposição a condições de insalubridade foi uma vivência inédita em suas trajetórias anteriores, o que se corrobora ao considerar o lugar social de onde partiam. Assim, ao tratarmos desses fatores tidos como insalubres, devemos tomar cuidado para que determinadas situações não sejam elevadas ao grau de violações e consideradas alarmantes apenas quando atingem um determinado segmento da sociedade. Longe de se constituir como uma particularidade, a precariedade das instalações e a negligência para com as pessoas detidas sempre foi a tônica do sistema prisional brasileiro. O mesmo se aplica à revista vexatória, que foi vivenciada por Ignez, e é uma prática recorrente ainda nos dias de hoje. Assim, longe de procurar relativizar a gravidade das situações vivenciadas pelas presas políticas, é importante que saibamos quais eram os parâmetros que balizaram seus traumas.

\*

O alocamento das mulheres incursas na Lei de Segurança Nacional em um ambiente distinto daquele destinado ao aprisionamento das outras presas foi produto e produtor de uma

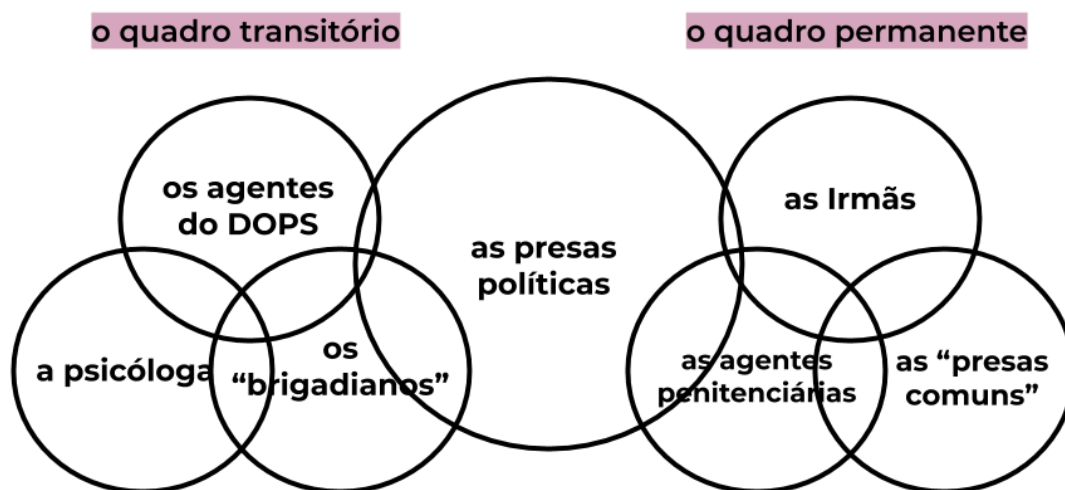
---

<sup>227</sup> Entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2019, na cidade de Porto Alegre.

<sup>228</sup> CRESQUI, Mailde. **Relato referente à prisão política ocorrida em 1970 a 1971, em Porto Alegre-RS**. In: Processo de indenização n. 3127-1200/98-7. Fundo Comissão Especial de Indenização, APERS, fl. 46-47, grifos da autora.

lógica específica de encarceramento. As presas políticas foram discriminadas do funcionamento habitual da instituição, figurando como corpos estranhos, alheias à experiência de detenção vivenciada pelas presas do prédio central. A separação física das presas políticas se constituiu enquanto fator primeiro de diferenciação, que, combinado a outros elementos, é indício para a compreensão de que essas mulheres estiveram subjugadas a um regime específico de encarceramento, mais vinculado ao DOPS - e portanto ao Estado -, e distante daquele oferecido pelas freiras. Assim, a lógica de aprisionamento dessas mulheres na Penitenciária Feminina Madre Pelletier foi povoada por uma trama de sujeitos múltiplos, envoltos em um emaranhado de complexidades, paradoxos e tensionamentos. O esquema abaixo foi elaborado com base nas informações coletadas tanto nos processos indenizatórios quanto nos testemunhos orais, e busca sistematizar essa teia de interrelações:

**Figura 14.** Trama de sujeitos em convivência no espaço prisional.



Fonte: Processos de indenização/Autoria própria.

Estes quadros, que assim foram esquematizados à título de ilustração, não devem ser interpretados como antagônicos; ao contrário, fazem parte de um mesmo cenário e têm seus limites muito tênues e pouco definidos. Por quadro permanente, entende-se aquele vinculado ao corpo institucional da Penitenciária, com composição pouco mutável e atuação restrita ao ambiente interno; já o quadro transitório se refere àqueles sujeitos que não pertenciam à composição de funcionários ou detentas da instituição, não estando assim assujeitados a uma presença fixa e contínua. Pode-se afirmar que se tratam de duas jurisdições distintas. Fazendo



o elo entre os dois blocos, no ponto de eclosão entre todos os tensionamentos, estão as presas políticas.

O esquema foi construído nessa estrutura para que se possa pensar a circularidade das relações de poder no espaço em questão. Nas palavras de Foucault,

O poder (...) não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (...) Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu.<sup>229</sup>

Sendo a situação de cárcere entendida como a manifestação mais pura do poder<sup>230</sup> - por coercitivamente furtar os indivíduos de suas liberdades individuais, submetendo-os a um regime de constante vigilância e controle dos corpos -, a experiência de aprisionamento deve ser analisada à luz dessas relações contínuas, que não partiam de único foco irradiador, sendo exercidas em rede. As constatações que seguem, ao analisar brevemente a atuação de cada um dos sujeitos na Penitenciária, partem de uma concepção foucaultiana do poder, em que esse é observado “em sua forma capilar de existir”<sup>231</sup>. Assim, sabendo que “o indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças”<sup>232</sup>, entendemos que todos os indivíduos em convivência no espaço prisional estiveram imersos em relações de poder. Exercendo-se não apenas em formas rígidas, mas também - e principalmente - por meio de sutilezas e ambiguidades, o poder não pode ser atribuído como posse de um único grupo dos sujeitos destes quadros traçados, mas sim interpretado em seus atravessamentos em cada um dos indivíduos.

A ambiguidade nas relações de poder é localizada na oposição presas políticas *versus* presas do prédio central. Ao mesmo tempo em que as primeiras se enxergavam em posição subalterna, alvo de constantes incidências de poder, também se projetavam em uma escala

---

<sup>229</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. p. 284-285.

<sup>230</sup> *Ibid.*, p. 134.

<sup>231</sup> *Ibid.*, p. 215.

<sup>232</sup> *Ibid.*, p. 257.

hierárquica, mesmo que de modo não deliberado. É o que depreendemos a partir das colocações de Ignez Serpa, que foi a única entre as três a ter contato com as mulheres aprisionadas “do lado de lá” da Penitenciária:

Elas [as presas] tinham muita curiosidade de me conhecer, e elas tinham uma admiração por mim, que elas me diziam isso. Então, pra me conhecer, elas faziam alguma, porque lá era castigo pra elas, né, então elas faziam qualquer coisa lá dentro pra poder vir pra solitária, pra poder falar comigo, e me conhecer. E aí assim eu conheci mais de uma.<sup>233</sup>

No contato com essas mulheres, Ignez ocupava um papel superior. O espaço que, pelas presas políticas, era enxergado como inóspito, se tornou uma oportunidade para que as outras presas tivessem acesso a novas vivências, aproximando-se de um mundo que lhes era estranho: o das mulheres que tomavam a ação política. Quando em convivência com Ignez, presentearam-na com lembranças para que não esquecesse dessas mulheres anônimas. Uma delas compartilhou até mesmo uma rota de fuga: “era uma cara que tinha sido presa por tráfico (...), e ela me deu uma rota de fuga pra mim chegar no Chile, me dando contatos do tráfico, cidades, pessoas, endereço...”<sup>234</sup>. No contato entre essas mulheres, compunham-se relações de confiança e afetividade que reformulavam as relações hierárquicas: vista com adoração, Ignez deixava de ser um foco do poder, tornando-se seu centro de transmissão.

A distinção entre presas políticas *versus* presas do prédio central pode ser percebida na produção documental das administradoras da Penitenciária. Débora Karpowicz, ao analisar as atas das reuniões das gestoras, observou que as religiosas, nas poucas menções feitas às presas políticas, se referiam a elas como “as presas do DOPS”<sup>235</sup>. A historiadora afirma, embasada na observação participante realizada com um grupo de irmãs, que as freiras atribuíram aos “impedimentos feitos pela ditadura civil-militar e o duro tratamento dado às presas políticas” as razões que teriam motivado a saída da Congregação da administração da Penitenciária<sup>236</sup>. Ainda destacando uma angústia das freiras em relação às condições oferecidas às presas políticas, Karpowicz aponta que

as Irmãs do Bom Pastor, apesar de compactuar com o regime, ao ponto de mencionarem uma secção especial e separada para as “presas do DOPS” - pois não tinham outra opção -, buscavam dar a estas mulheres um tratamento o mais humanizado possível, dentro das condições existentes e da permissão dada pelo governo.<sup>237</sup>

---

<sup>233</sup> Entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2019, na cidade de Porto Alegre.

<sup>234</sup> Ibid.

<sup>235</sup> KARPOWICZ, op. cit., p. 219.

<sup>236</sup> Ibid., p. 219.

<sup>237</sup> Ibid., p. 220.

Essa linha de interpretação dá pouca relevância ao alinhamento das freiras ao regime ditatorial, colocando essa compactuação como uma imposição e não tanto quanto um posicionamento político deliberado, em modo de atenuar quaisquer possíveis colaborações com o governo. Ao contrário, o que se destaca é a preocupação das freiras para com as violações impingidas contra as presas políticas, levando-as a mover esforços para romper as condições unilateralmente impostas, em prol de um tratamento mais digno e humanizado. O que se infere, portanto, é que, longe de deixarem as presas políticas completamente desassistidas, houve uma tentativa de aproximação e acolhimento por parte das administradoras da Penitenciária.

Tal hipótese, no entanto, é posta em xeque ao ser confrontada com os relatos das ex-presas políticas. A partir da documentação analisada nesta pesquisa, pôde-se concluir que, durante a primeira fase de encarceramento, as freiras se fizeram alheias à presença das presas políticas. Sem tentativas congruentes de reconversão moral e cristã, essas mulheres não foram incluídas nas premissas católicas e caridosas da casa prisional. Percebemos, desse modo, que as motivações do governo em alocá-las nessa instituição não partiram de uma orientação religiosa. A clausura foi implementada como um método de restrição às atividades políticas, obrigando as militantes ao confinamento, sem que houvesse a proposta de ressocializá-las nos moldes cristãos e de feminilidade - o que era inatingível para essas “putas comunistas”.

Segundo os testemunhos orais coletados, o contato com as freiras foi pontual. Helena, que esteve encarcerada na instituição entre final de abril e início de julho, para além do momento de chegada, quando passou a noite em um dormitório “no prédio das freiras”, destacou a convivência com uma única freira que costumava visitá-la usualmente e que, em determinada ocasião, solicitou que passasse a limpo um livro de receitas:

Ela gostava da minha letra porque ela já tinha visto a minha letra, não me lembro em que. Aí ela trouxe um caderno de receitas. E ela pediu, trouxe um em branco, pediu pra eu organizar todo ele de novo, porque tinha rasura, tinha acrescentado a mão e coisa... (...). E era um livro, um caderno grosso assim, eu fiquei ocupada bastante tempo com aquele negócio, passar a limpo. Ela ficou encantada depois: “a tua letra é muito bonita...”. Normalista, né, bem redondinha. Ela vinha seguido. (...) Além disso, quando terminou o caderno, ela me trouxe um livro de um filósofo francês, da Idade Média, Jacques Maritain, e conversou muito comigo conforme eu lia. [A freira] Gostava de ir lá pra conversar sobre o livro, e ela gostava muito do tal de filósofo.<sup>238</sup>

---

<sup>238</sup> Entrevista concedida à autora em 26 de agosto de 2019, na cidade de Porto Alegre.

Ao introduzir Helena na leitura de um filósofo<sup>239</sup> católico, que mesclou em sua produção intelectual questões referentes ao cristianismo e ao pluralismo democrático<sup>240</sup>, tendo inclusive contribuído com a escrita da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>241</sup>, podemos perceber uma iniciativa da freira em guiá-la para a educação cristã, alinhada a uma tendência teológica não tradicional, o que poderia ser mais proveitoso, tendo em vista a orientação política de Helena. Contudo, essa prática de doutrinação cristã das presas políticas não foi sistemática, manifestando-se apenas nesse caso isolado, o que nos leva a concluir que se tratou de uma ação individual e fugidia, sem articulação a um projeto mais consistente e permanente.

Vera, que esteve encarcerada na PFMP depois da liberação de Helena, entre julho e setembro, ressaltou o completo afastamento das irmãs de caridade, sem nunca ter sequer as visto. Em sua concepção, isso reforçava o sentimento de isolamento, uma vez que, para além de estarem confinadas em um espaço totalmente alheio à Penitenciária, eram também alheias ao contato com as gestoras e com as premissas supostamente humanizadoras da Congregação:

A gente era totalmente discriminada ali, não tinha nenhum contato, nunca uma freira chegou lá pra nos visitar, apesar de elas dizerem que são religiosas, tementes a deus, só fazem caridade (...). Nós éramos totalmente ignoradas pelas freiras, porque elas é que tomavam conta do presídio, elas nunca chegaram a dar as caras ali. A gente era tratada como um corpo estranho ao presídio, tanto que a gente tava num lugar que era cercado de muro e de arame farpado.<sup>242</sup>

O relato de Ignez, assim como o de Helena, também indica uma convivência ocasional com as freiras. No entanto, o seu tempo estendido de permanência na instituição - de abril de 1970 a janeiro de 1971 - resultou em mais oportunidades de contato com as Irmãs, dando um novo tom à interação. É o que se percebe na declaração de uma das freiras, que contou à Ignez sobre a relação de parentesco entre a diretora da Penitenciária - à época, a Madre Superiora Irmã Maria Elizabeth dos Santos - e o Major Átila<sup>243</sup>; e também na ocasião em que outra das religiosas revelou estar ciente das violações sofridas pela presa política:

---

<sup>239</sup> Ao contrário do que é sugerido por Helena em sua fala, Jacques Maritain não foi um filósofo medieval, mas sim contemporâneo, que viveu de 1882 a 1973.

<sup>240</sup> MONTEIRO, Lorena Madruga; DRUMOND, André. A democracia na obra de Jacques Maritain e sua recepção pelos católicos brasileiros. **Tomo - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão, n. 18, 2011, p. 45.

<sup>241</sup> INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. A influência de Jacques Maritain para a Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Instituto Humanitas Unisinos**. 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578001-a-influencia-de-jacques-maritain-para-a-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> Acesso em: 11 dez. 2019.

<sup>242</sup> Entrevista concedida à autora em 13 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>243</sup> Essa Irmã foi definida por Débora Karpowicz como sendo “muito aceita pelas demais e também pelas autoridades do governo”. No ano de 1977, a Madre Superiora protagonizou um episódio atípico e inesperado, ao solicitar demissão de seu cargo, o que teria provocado uma crise na comunidade congregacional. Até a conclusão

Uma bem novinha assim, nunca vou me esquecer dela. Aquela disse pra mim, que havia um boato muito grande, muito forte, de que eu estava condenada à morte. (...) Ela disse que cada vez que eles [os agentes de segurança do DOPS] me levavam, ela ia pra capela rezar pra que eu voltasse íntegra.<sup>244</sup>

Esse trecho expõe as ambiguidades da relação das Irmãs com as presas políticas, evidenciando como o sentimento de preocupação se mesclou à impotência e à permissividade. Ocupando uma posição hierárquica que pode, à primeira vista, ser interpretada como de detenção do poder, as administradoras também estiveram imersas e submetidas às manifestações dessas relações circulares e complexas: ao mesmo tempo em que sofriam as incidências do poder vindo do DOPS, o que lhes inculcava um certo imobilismo, igualmente exerciam-no sobre as presas, ao desassistí-las e não interferirem nas violações a que estavam constantemente expostas.

A ausência das freiras enquanto representantes do corpo institucional da Penitenciária era suprida pela atuação das agentes penitenciárias. As atribuições dessas funcionárias envolviam os cuidados básicos para com as presas, sendo responsáveis por levá-las alimentação e acompanhá-las durante o horário de convivência fora das celas, o que as mantinha em contato diário. Os relatos orais indicam que a rotatividade das funcionárias era baixa, delegando-se o cuidado das presas políticas à mesma agente por um período prolongado.

Durante o ano de 1970, a agente penitenciária que mais tempo foi responsável pelo trato com as presas políticas chamava-se Iria. Para Vera Durão, ela “tentava amenizar um pouco aquela situação que a gente vivia”, em gestos de cuidado e atenção, como quando levou garrafas com água quente em uma noite fria para que pudessem se aquecer nas celas. Mesmo assinalando que Iria nunca teve interesse em saber de seus envolvimento políticos, Vera não tem clareza sobre qual era, de fato, a intencionalidade na presença contínua da funcionária: “eu não sei qual era essa da Iria, não sei se ela também não era uma espiã ali, pra saber o que a gente tava falando, o que a gente não tava...”<sup>245</sup>. É sob esta perspectiva que Ignez avalia o contato com a agente penitenciária:

Essa Iria, era alguém que a gente tinha tomar cuidado, não era qualquer coisa que tu podia falar na frente dela, não. Eu não confiava nela, sabe. Porque ela era muito chegada à diretora, e a diretora era prima do Átila. Então eu achava assim, a Iria, ela queria fazer amizade com a gente pra ver se tirava coisa, sabe. Ela era tipo leva e traz. Mas nos tratava super bem. Era muito simpática, muito

---

desse trabalho, não localizamos outros documentos, para além dos relatos orais, que tenham apontado indícios do possível parentesco mencionado por algumas das ex-presas políticas.

<sup>244</sup> Entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2019, na cidade de Porto Alegre.

<sup>245</sup> Entrevista concedida à autora em 13 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro.

querida, mas eu tinha um pé atrás com ela. Eu media as palavra que eu falava perto dela...<sup>246</sup>

Essa situação exemplifica como os papéis desempenhados pelos sujeitos tinham seus limites pouco definidos, não tão arraigados a uma estrutura rígida e maniqueísta. É o que se pode perceber em relação aos chamados “brigadianos”, que eram os responsáveis pela guarda do espaço das presas políticas. Nos testemunhos orais, a quantidade do efetivo diverge: enquanto Helena aponta que havia “um pelotão inteiro da Brigada”, Ignez e Vera pontuam que eram grupos pequenos que se alternavam. Foi em decorrência da necessidade de vigilância constante, que a luz elétrica dentro da cela mantinha-se acesa 24 horas por dia, com o interruptor fora do acesso das presas. Mesmo com reivindicações para que fosse desligada durante a noite, a fim de terem seus sonos menos prejudicados, essa questão estava fora de negociação:

Os brigadianos queriam que ficasse a luz acesa, porque eles querem olhar pela vigia. Eles eram responsáveis pela segurança, eles queriam ver como nós estávamos, então tu era obrigado a dormir com a luz acesa, eles não queriam que apagasse a luz.<sup>247</sup>

Para além de se incubirem da segurança, os brigadianos eram responsáveis por acionar a descarga do vaso sanitário de cada cela, que também estava fora do alcance das encarceradas:

Tu ia no banheiro, tu tinha que chamar o guarda, pra pedir pro guarda dar descarga. Então tudo é feito pra te humilhar, até tu fazer xixi e cocô, as tuas necessidades fisiológicas, tu tinha que pedir o cara, pro cara vir, é pra te humilhar (...). Ter que chamar o guarda, “moço, vem cá dar descarga aqui pra mim”, quer dizer, tu [não tem] nem a privacidade sequer das tuas necessidades.<sup>248</sup>

Evidencia-se, desse modo, como as relações de poder e dominação passaram a ganhar outras faces neste novo espaço de aprisionamento. Foram mobilizados diferentes dispositivos para se perpetuar a posição de subalternidade das presas políticas, imergindo-as em uma situação contínua de controle e humilhação dos corpos. Como observa Baretta, “este era o propósito, de quebrar qualquer tentativa de privacidade ou individualidade, deixando claro que havia controle até sobre as necessidades fisiológicas”<sup>249</sup>. Assim, para além dessa situação de dependência e controle, a subjugação psicológica se faz valer também quando, confinadas em suas celas, eram submetidas a agressões verbais por um grupo de guardas, conforme relatou Ignez: “tinha alguns deles que eram nojentos, que vinham falar barbaridades pra gente. Chamar de puta, não sei mais o que, aquelas coisas, baixaria, sabe. Vim nos xingar (...). Os brigadianos

---

<sup>246</sup> Entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2019, na cidade de Porto Alegre.

<sup>247</sup> Ibid.

<sup>248</sup> Entrevista concedida à autora por Ignez Serpa, em 20 de setembro de 2019.

<sup>249</sup> BARETTA, op. cit., p. 82.

direitosos, sabe, nazi, que gostavam de nos xingar, de nos destratar.” Por outro lado, e comprovando as vicissitudes das relações de poder lá estabelecidas, sem que possam ser enquadradas em um molde fixo e imutável, havia também aqueles que estabeleciam uma relação completamente diferente com as detentas, como apontou Vera:

De vez em quando eles conversavam com a gente, levavam até chimarrão (...). E tinham muitos que eram simpatizantes do Brizola, falavam do Brizola assim, de boca cheia. Conversávamos no portão, porque eles não entravam ali onde a gente tava. Mas o portão, tinha uma parte do portão que era um pouco aberta, então eles ficavam ali, enquanto um tava fazendo a ronda e tal, e os outros, se você chegasse, cumprimentasse e tal, eles falavam com você.<sup>250</sup>

A convivência continuada ampliava o leque de possibilidades de se fazer exercer as relações de poder, que se resignificavam em suas expressões mais difusas, indefinidas e paradoxais. É o que se pode perceber quando da criação de uma rede de colaboração, em que um grupo de brigadianos contrariou ainda mais os papéis hierárquicos que lhes eram esperados, passando a intermediar o contato entre as prisioneiras da Penitenciária e os presos políticos confinados na Ilha do Presídio, e assim burlando o sistema de censura que fiscalizava a troca de correspondências. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que eram encarregados da vigilância, surgiram como uma alternativa para subverter o controle:

Os companheiros lá das Ilhas, no período que eu tava sozinha, eles começavam a me mandar carta pelos brigadianos. Então criou uma ponte, com alguns brigadianos que simpatizavam conosco, que era um grupo pequeno de soldados, mas funcionava como uma rede. Então os guris me mandavam [cartas], eu fiz altas discussões políticas, filosóficas, através dessas redes com os guris. Os guris me mandavam texto, eu mandava texto, e aí os brigadianos iam ler e não entendiam lhufas, né, viam que aí tava em discussão política e filosófica. E ao mesmo tempo eles me mandavam notícias de lá e tal, eu dizia o que tava rolando aqui. Essa era a nossa verdadeira rede de comunicação.<sup>251</sup>

Outra tentativa de intermediação veio pela figura da psicóloga, essa vista com mais desconfiança pelas presas políticas. Os boatos também indicavam que ela tinha algum grau de parentesco com o Major Átila, e por isso o seu intercâmbio de correspondências entre a Ilha do Presídio e a Penitenciária Feminina Madre Pelletier não foi bem recebido:

As cartas que vinham pela psicóloga eu deixava ali, essas aí não eram o principal meio de comunicação, era um disfarce. Então o que a gente escrevia lá, a gente sabia que ia passar pela censura, então era umas coisinhazinhas, os cara iam tentar ver se tinha algum código ali no meio, não tinha código nenhum, mas eles iam ver se tinha código e tal, ia ser a mentalidade deles, mas não tinha código nenhum.<sup>252</sup>

---

<sup>250</sup> Entrevista concedida à autora em 13 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>251</sup> Entrevista concedida por Ignez Serpa à autora, em 20 de setembro de 2019, na cidade de Porto Alegre.

<sup>252</sup> Ibid.

Em seu testemunho à Comissão Estadual da Verdade, Ignez declarou que a presença da psicóloga era sentida como mais uma forma de serem submetidas ao controle<sup>253</sup>. Mesmo encarceradas e completamente apartadas de suas atividades políticas, as mulheres militantes de esquerda continuavam sendo encaradas como um perigo, e, portanto, se fazia necessário mobilizar dispositivos diversos para vigiá-las de perto e inibir qualquer tentativa de subversão à ordem. Desse modo, o ambiente prisional não se constituía como um asilo, mas como espaço de continuidade da repressão - em manifestações mais difusas, mas nem por isso menos intensas. Estar em uma instituição de reclusão, para o caso das mulheres presas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier ao longo do ano de 1970, não significava estar imune às violações, nem à ação direta do DOPS.

O período de encarceramento na PFMP foi demarcado pela instabilidade. Ainda eram suscetíveis a sofrerem represálias devido às mobilizações políticas no extramuros, às quais eram alheias; os acontecimentos políticos externos, sobretudo aqueles vinculados às ações combatentes das organizações de esquerda, se faziam ressoar no ambiente interno do cárcere, impondo uma série de restrições. Como apontou Ignez, “era uma coisa de humores. Se acontecesse qualquer coisa fora do presídio, qualquer instabilidade, qualquer coisa, eles cortavam tudo, cortavam sol, cortavam a convivência, cortavam as visitas.”<sup>254</sup>

Para além do cerceamento dessas condições, também a integridade física das presas políticas se via ameaçada pelos fatores externos. Uma vez que o seu período de alojamento na instituição de reclusão compreendia a prisão preventiva, antes do trâmite de seus processos na Justiça Militar, ainda passavam pela fase de elaboração do inquérito, o que significa, em outras palavras, que continuavam expostas à possibilidade de interrogatórios à base de torturas. Com a queda de companheiros da organização, eram removidas da Penitenciária para serem novamente interrogadas no DOPS. Desse modo, sem qualquer garantia de segurança, eram coercitivamente transferidas de volta ao espaço que associavam ao terror, gerando um sentimento permanente de insegurança. O medo constante de voltarem a ser torturadas, combinado à ausência de qualquer prerrogativa de proteção que pudesse lhes defender dessas sevícias, as faziam imergir numa condição de terror psicológico.

---

<sup>253</sup> RUIZ, Carlos M. M. Bartolomé; VIOLA, Solon Eduardo Annes (org). **Testemunhas de uma barbárie: uma perspectiva da injustiça a partir das vítimas do estado de exceção, Brasil 1964-1988**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2016. p. 191.

<sup>254</sup> Entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2019, na cidade de Porto Alegre.



Vera só foi retirada da PFMP e levada ao DOPS quando de sua transferência para uma nova penitenciária, em Minas Gerais. Sua remoção foi feita sem qualquer explicação: “quando eles chegavam era um certo alvoroço, quando foram me pegar. Aí quando eu falei pras meninas que eu ia embora, todo mundo ficou em pânico, não sabia o quê que ia acontecer.”<sup>255</sup> A remoção de Helena e Ignez, por sua vez, teve como destino a tortura. Enquanto Helena rememora apenas um episódio em que foi levada de volta ao DOPS, Ignez relata que repetidamente esteve exposta a essa situação. Em uma dessas transferências, foi sexualmente violentada:

O máximo de tempo que eu fiquei no DOPS foram três dias, mais ou menos. E aí numa dessas vezes eu fui violentada. Só que eu não sei quem foi. Eu tava encapuzada, e foi nessas idas do presídio pro DOPS. E aí... Eu fui estuprada, né. Fui estuprada. A impressão que me deu é que era mais de uma pessoa, mas eu não sei. E nem sei quem são, quem foram. Porque foi de noite, e eu tava encapuzada. Me prenderam, me algemaram na cama, os braços assim, sabe. Foi horrível. Eu desmaiei, foi aterrorizante. Aí, em função disso, eu engravidei. E nesse período eu já tava sozinha [na PFMP]. Foi num desses períodos... Porque eu fiquei muito tempo sozinha, entende (...). Aí eu engravidei, minha menstruação falhou, e eu falei lá pra agente penitenciária, eu disse o que tinha acontecido, e eu disse: eu não to menstruando. Aí o médico, que era o mesmo cara que nos acompanhava na tortura, também me esqueci o nome dele. (...) Aí esse cara fez curetagem, me fez uma curetagem, que, se eu tivesse algum feto, já saiu ali. Lá na cela. Sem assepsia nenhuma. (...) Aí o cara fez a curetagem, e com isso eu fiquei com uma metrite violenta. Escorria pus pela minha perna, era uma coisa horrorosa, porque foi uma coisa sem assepsia nenhuma, né, cara, e a sangue frio ali.<sup>256</sup>

As vivências de Ignez expõem a imensa fragilidade do cárcere político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier: sendo removida para uma sessão de tortura no DOPS, sofreu um estupro coletivo, resultando em uma gravidez que foi interrompida com um aborto realizado dentro da cela onde era aprisionada. O procedimento, que era de conhecimento das autoridades das instituições - uma vez que uma agente penitenciária fora comunicada da gravidez -, foi executado em total desacordo com as necessárias precauções médicas, submetendo a paciente a uma grave infecção, que muito tardou a ser tratada. Mais do que evidenciar graves violações de direitos humanos, principalmente no que tange à violência de gênero, esse evento traz à tona uma grande incoerência: uma instituição sob ordem da Congregação do Bom Pastor de Angers, cujas premissas tanto atentavam para a reconversão católica e o acolhimento humanitário, compactuaram com a realização de um procedimento sem segurança e, além disso, atentatório aos dogmas cristãos.

---

<sup>255</sup> Entrevista concedida à autora em 13 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>256</sup> Entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2019, na cidade de Porto Alegre.

A análise dessa trama de sujeitos em convivência na Penitenciária Feminina Madre Pelletier torna explícita a impossibilidade de se tratar a ditadura civil-militar como um período de conflito entre dois blocos antagônicos - a repressão *versus* a resistência, os golpistas *versus* os opositores. Como observa Gianardoli-Nascimento et al., “as relações com o sistema foram vividas como repletas de antagonismos e contradições, nem sempre inteligíveis, ou congruentes com as posturas ideológicas que tentavam preservar”<sup>257</sup>. Aqui evidenciamos que os limites entre os papéis associados a cada uma dessas faces nem sempre foi tão tangível e delimitado, mas sim composto por variações que se explicam a partir da circularidade do poder, povoada por dualismos e incongruências.

Apesar dessas nuances na convivência entre os sujeitos, a estruturação institucional baseou-se na completa segregação das presas políticas, o que pode ser percebido metaforicamente na utilização do espaço onde foram confinadas: o isolamento e o castigo. Para além da imposição da barreira com o mundo externo, essas mulheres foram apartadas do restante da vida da penitenciária sem que, em contraponto, fossem integradas a um projeto específico. Mesmo que aquele espaço fosse também um ambiente de sociabilidade, era sobretudo um lugar de exclusão. Valendo-nos das formulações de Goffman, enxergamos nesse gesto uma tática de “mutilação do eu”, em que se operam uma série de “rebaixamentos, degradações, humilhações”, a fim de desqualificar e desfazer as constituições próprias dos indivíduos aprisionados, mortificando-os<sup>258</sup>. Os efeitos dessas mutilações e mortificações incutem um alto nível de tensão psicológica<sup>259</sup>. Ao furtarem essas mulheres de esquerda, tão ativas em suas vidas públicas, até mesmo da incorporação à vida prisional, a prisão política constitui-se como a negação de suas vidas políticas e suas inserções sociais. Ali dentro, não faziam parte de nada.

---

<sup>257</sup> GIANORDOLI-NASCIMENTO et al, op. cit., p. 319.

<sup>258</sup> GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 24.

<sup>259</sup> Ibid., p. 49.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Apesar das ruínas e da morte,  
Onde sempre acabou cada ilusão,  
A força dos meus sonhos é tão forte,  
Que de tudo renasce a exaltação  
E nunca as minhas mãos ficam vazias.*

Sophia de Mello Breyner Andresen

Helena foi libertada da Penitenciária Feminina Madre Pelletier em julho de 1970. Após um tempo vivendo e trabalhando em Caxias do Sul, retornou a Porto Alegre, onde se aposentou no magistério e, mais tarde, retomou seu sonho de se graduar em Filosofia, concluindo o curso na UFRGS. Vera, depois de presa na PFMP até setembro de 1970, foi transferida para o Rio de Janeiro, sendo então novamente deslocada, dessa vez para Minas Gerais, seu estado de origem. Lá, foi encarcerada por mais de um ano no Presídio de Mulheres do Horto em Belo Horizonte, em uma cela solitária, sem a companhia de outras presas políticas. Após sua libertação, concluiu a faculdade de jornalismo, profissão a qual se dedicou até sua aposentadoria. Ignez, tendo contraído infecção decorrente do aborto, foi transferida em fevereiro de 1971 para o Hospital da Brigada Militar, onde permaneceu aprisionada até o mês de maio. Voltou a frequentar as aulas do curso de Medicina Veterinária ainda durante o período de cárcere, devido a uma concessão do Major Átila, sendo constantemente vigiada. Atualmente, trabalha em um cargo burocrático na Secretaria Municipal de Saúde e prepara um livro de memórias sobre sua trajetória de militância.

A prisão não interrompeu as caminhaduras de luta de nenhuma das três mulheres que aqui conhecemos. Cada uma a seu modo, seguiram em suas batalhas diárias, seja ou não vinculadas a uma ação deliberadamente política em grupos articulados. A luta se investiu na sobrevivência e na recomposição pessoal após os períodos traumáticos que viveram na detenção. Mais do que aprender a lidar com as feridas deixadas pelas torturas, precisaram criar seus métodos de retorno ao mundo, depois de tanto terem sido dele segregadas. Ao testemunharem para esta pesquisa, dão mais um passo em seus caminhos de resistência.

Elizabeth Jelin aponta que o passado possui “um sentido ativo, dado por agentes sociais que se localizam em cenários de confrontação e luta frente a outras interpretações, outros

sentidos, ou contra esquecimentos e silêncios”<sup>260</sup>. Essas lutas se acirram ainda mais com “as mudanças nos cenários políticos, com a emergência de novos atores sociais e alterações nas sensibilidades sociais, implicando inevitavelmente transformações dos sentidos do passado”<sup>261</sup> - tal como ocorre no Brasil atualmente. Nessa conjuntura, em que o passado é mobilizado para retomar narrativas autoritárias, se dispor a testemunhar sobre suas trajetórias políticas e vivências traumáticas - e, conseqüentemente, lidar com todos os pesos que este ato envolve -, é um compromisso democrático, uma frente de luta da qual Helena, Vera e Ignez não abdicaram.

Ao longo de todo o trabalho, não concebemos o testemunho como “um ícone da verdade”<sup>262</sup>, assumindo a impossibilidade de atribuir-lhe um poder de reconstituição inequívoca do passado. Ao contrário, é aqui entendido como transmissão de uma narrativa que é fundamentalmente interpelada por constatações que partem do presente. Como tão bem pontua Marta Rovai,

O oralista deve ter o cuidado e a sensibilidade para perceber a memória como passível de erros, distorções, reticências e projeções; como uma fonte histórica que diz sobre significados, cujas “provas” são os sentimentos e a subjetividade que deles emergem. Os narradores estão comprometidos, dessa forma, com o sentido pessoal e político de seus relatos, na produção de um conhecimento que pretende ser verdadeiro. Não transmitem apenas informações: constituem-se como sujeitos, construindo também realidades e inscrevendo-se na história. A verdade é também uma questão ética para quem conta<sup>263</sup>.

É sabendo das intencionalidades e silenciamentos que compõem todo testemunho que se teceram as formulações apresentadas neste trabalho. Nossas análises se pautaram nos relatos produzidos pelas ex-presas, e foi a partir de suas memórias - inscritas por diferentes temporalidades - que chegamos às conclusões sobre a utilização da Penitenciária Feminina Madre Pelletier pelo aparato repressivo do Estado. Aqui se abre uma possibilidade para que pensemos sobre os rumos que a pesquisa tomaria a partir do contato com outras fontes: será que as tratativas oficiais, entre a administração da Penitenciária e o governo, confluem com o que foi relatado pelas ex-presas? O tratamento que lhes foi oferecido se pautava na oficialidade ou na exceção? Qual narrativa é produzida pelos documentos oficiais? São questões que só podem ser analisadas com o cotejo de outro grupo documental, que pode ser localizado no acervo interno do presídio, em Porto Alegre, ou nos arquivos da Congregação Bom Pastor D’Angers,

---

<sup>260</sup> JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2012. p. 71, tradução nossa.

<sup>261</sup> JELIN, op. cit., p. 99.

<sup>262</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 19.

<sup>263</sup> ROVAI, 2013, op. cit., p. 138.

na sede em São Paulo. Aguardamos autorização à documentação de Porto Alegre desde quando esse estudo se iniciou como iniciação científica, no primeiro semestre de 2018.

O objetivo de situar a Penitenciária Feminina Madre Pelletier em sua ligação ao aparato repressivo em muito veio da constatação de que as instituições prisionais são ainda pouco abordadas pela historiografia da ditadura, e assim pouco lembradas quando o tema é repressão. Parte disso decorre de uma noção difundida pelo corpo social de hierarquização do trauma, quando o que confere validade ao sofrimento é gravidade das sevícias, sobretudo atreladas à tortura, como se as outras vivências fossem, por isso, menos traumáticas e mais brandas. Ao longo de nossa investigação, procuramos evidenciar como as situações-limite não podem ser atreladas unicamente à experiência de tortura física e ao período de detenção no DOPS, como se as práticas terroristas do Estado apenas ali fossem inscritas. Enxergar os fatores da detenção política em instituições prisionais como violações de direitos humanos é atentar para as muitas instâncias repressivas que procuraram submeter os opositores e opositoras. Assim, também as formas difusas das violações são intensas e rígidas. Como vimos, a PFMP representou a reconfiguração das formas de se fazer subjugar, manifestando-se em incidências voltadas sobretudo ao controle psicológico das detentas, mas também a novos direcionamentos das violências sobre o corpo - não mais a partir de agressões diretas, e sim por outros modos de condicionamento, que são próprios do ambiente prisional.

Um dos principais meios de incidência dessas violações sutis esteve na completa segregação física das presas políticas, forjando-se um regime de encarceramento específico, marcado por ameaças, inseguranças e instabilidades. Neste espaço de detenção, elas não tiveram seus corpos submetidos a mecanismos disciplinares, procurando torná-los economicamente rentáveis, como se espera de um ambiente prisional<sup>264</sup>; o que constatamos foi um uso mais amplo da instituição-prisão, enquanto espaço de privação de liberdades individuais, para impedi-las o ato político e inseri-las em relações de dependência. Seus corpos foram assim punidos através de circunscrições e vigilâncias constantes, submetidos a um modo especial de punir. Pode-se concluir, desse modo, que o cárcere político dessas mulheres não contemplou a prisionalização a partir dos moldes carcerários já vigentes na instituição, forjando-se um novo regime ao qual apenas elas eram submetidas. A partir de uma perspectiva ideológica, o confinamento no espaço de celas solitárias pode ser pensado, metaforicamente, como uma imposição do retorno ao privado - o *lugar de mulher* -, o que poderia ser ainda mais explicado ao aprisioná-las em uma Penitenciária administrada por freiras. Ao mesmo tempo,

---

<sup>264</sup> ver FOUCAULT, **Vigiar e Punir**, op. cit.

ficaram alheias aos processamentos cristãos das religiosas, não sendo assim submetidas às expectativas de ressocialização, nem readequadas ao padrão de feminilidade esperado pelo regime. Projetam-se, então, novos questionamentos: por que encarcerá-las nessa penitenciária? Foi uma decisão prática e resolutiva - por se tratar da única penitenciária feminina no estado à época -, ou embasada em orientações ideológicas? E, ainda: qual foi o critério que justificou a transferência do DOPS para a PFMP? Onde foram encarceradas as outras presas políticas de Porto Alegre, que também passaram pelo DOPS? Quais foram os outros espaços usados para a detenção de mulheres, e em quais lógicas de encarceramento se inscreviam?

Ao contrário do que uma interpretação hierárquica e sequencial entre as etapas do encarceramento poderia levar a crer, o aprisionamento na PFMP não representou imunidade contra as ações da polícia política, sem se constituir enquanto um espaço de salvaguarda diante dos fatores externos. Como vimos, a arbitrariedade repressiva continuou na ordem do dia, o que se exemplificou pelas transferências compulsórias ao DOPS para novos interrogatórios e sessões de tortura, assim como nas limitações impostas à rotina interna a partir de acontecimentos políticos do extramuros. Ainda que em outro espaço de detenção, as presas políticas seguiram sob jurisdição do DOPS, o que só foi possível devido à permissividade das freiras, que não podem ter sua influência relativizada. Outra questão se coloca: quais eram os tensionamentos entre o DOPS e a administração interna da Penitenciária?

Ao nos restringirmos ao ano de 1970 e às experiências de presas políticas que melhor evidenciam os fatores de inserção da PFMP no aparato repressivo do Estado, este trabalho se constituiu de escolhas e recortes. Assim, ainda que outros temas tenham sido compartilhados nos testemunhos orais, não foram aqui incluídos. É o caso da análise do espaço prisional enquanto espaço de sociabilidade, considerando as potencialidades afetivas entre as presas como um mecanismo de sobrevivência e adaptação ao confinamento. Outra escolha, dessa vez incluída no trabalho, foi a análise sobre o emaranhado de sujeitos em convivência e as relações de poder que ali se teceram. Entendemos que este é um fator fundamental para se avaliar a volatilidade e ambiguidade das relações no âmbito de um estado de exceção, sem serem enquadradas antagonicamente. Nesse sentido, procuramos também destacar a agência das presas políticas: mais do que vítimas cujos corpos foram alvejados, continuaram a mobilizar dispositivos de articulação e resistência.

Concluindo o trabalho, espera-se que as análises aqui apresentadas tenham fornecido aportes para situar a Penitenciária Feminina Madre Pelletier na engrenagem repressiva do Estado ditatorial brasileiro. Neste ponto, vale retomar algumas das produções apresentadas na

introdução, que apresentaram semelhante esforço. A partir da nossa investigação, podemos assinalar que a definição mais apurada foi proposta por Ellwanger e Ribas:

Ante o elevado número de sequestradas e seviciadas a partir de abril de 1970, este depósito de presas comuns foi habilitado como prisão política, abrigando um grande número de prisioneiras temporárias e um número aproximado de 40 mulheres que ali ficaram cumprindo longas penas em condições insalubres de má nutrição, frio, desassistência médica, isolamento familiar e jurídico, sendo a mais grotesca violência o uso de canis gradeados sem portas como celas, no período de 1970 – 1979. O Bairro Medianeira assistiu ademais à ameaça constante de retirada das prisioneiras para retornar às torturas no DOPS, situação muitas vezes concretizada que as manteve em permanente estresse psicológico. Atividade de presídio comum com presas políticas, dobradiça do DOPS, ameaça judicial em sua ligação com a Auditoria, teve papel importante na função de quebrar pessoalmente as prisioneiras<sup>265</sup>.

A nossa pesquisa coincide com este trecho já de início, uma vez que nosso recorte temporal se inscreve a partir de finais de abril de 1970, quando as primeiras presas políticas da década passaram a ser encarceradas na instituição, em decorrência do acirramento da repressão frente às mobilizações das organizações de esquerda. Os autores destacam a existência de prisioneiras temporárias e de cerca de 40 mulheres que cumpriram penas longas. O nosso levantamento, que apontou o total de 18 mulheres encarceradas na PFMP entre os anos de 1969 e 1979, indicou um alto nível de rotatividade das presas, cujas permanências na instituição poderiam variar de semanas até anos, sendo mais comum que permanecessem alguns meses. Localizamos apenas uma presa política que cumpriu o que consideramos pena longa, com quatro anos de reclusão ao total. Sem classificar a duração do que tomam como penas temporárias e penas longas, esse apontamento de Ellwanger e Ribas é impreciso. Nota-se imprecisão também na menção a 40 mulheres aprisionadas, uma vez que as fontes indicadas no texto - testemunhos de Ignez Serpa, Eliana Chaves, Mailde Cresqui e Marlova Canabarro à Comissão Estadual da Verdade, e entrevista de Vera Durão concedida aos autores - foram também por nós analisadas, sem que chegássemos a esse número. Já o restante das informações são extremamente relevantes, sobretudo por destacarem a gravidade da tortura psicológica. O texto de Nana Queiroz, por sua vez, vai em direção oposta:

Durante a ditadura militar, em um pavilhão com quatro celas ao fundo da penitenciária, oculto por um matagal e uma gruta de Nossa Senhora de Fátima, esconderam presas políticas, que eram continuamente torturadas. O fato só foi descoberto em 2012, pelo Comitê de Memória e Verdade do Rio Grande do Sul, que coletou uma série de depoimentos e documentos.

- O Madre Pelletier era uma prisão, mas também um espaço de tortura - diz Ariane Leitão, uma das fundadoras do comitê e então secretária de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul. A população gaúcha não sabia, tinha

---

<sup>265</sup> ELLWANGER & RIBAS, op. cit., p. 16.

em sua cabeça que tortura só ocorria no Dops (Departamento de Ordem Política e Social) e em uma ou outra casa. Ninguém lembrava que havia mulheres presas e torturadas. Eram invisíveis.<sup>266</sup>

Apesar da positiva intenção de lançar luz ao cárcere político na instituição, o trecho assume tons sensacionalistas, não apresentando respaldo em fontes e enfatizando a tortura - que se subentende como física -, a fim de validar a Penitenciária enquanto cenário de situações-limite. O mesmo pode ser percebido na placa do Projeto Marcas da Memória, cujo texto reproduzimos na íntegra:

A ditadura militar de 1964, nesta penitenciária, brutalizou física e emocionalmente dezenas de mulheres em razão da militância política. Isoladas passavam fome e eram submetidas a torturas em celas, hoje transformadas em canil. O terror da repressão enviava aos familiares falsas mensagens de que havia morrido. Houve quem aqui ficou presa por uma década.<sup>267</sup>

Ainda, merece destaque outra produção, que fez parte de nossa revisão bibliográfica sobre cárcere político em instituições de reclusão, e serve para estabelecermos uma análise comparativa. Trata-se da dissertação de Tatianne Ellen Cavalcante<sup>268</sup>, que investigou, a partir do documentário *Vou Contar Para os Meus Filhos* (2011), as memórias de presas políticas que foram encarceradas na Colônia Penal do Bom Pastor, em Recife, Pernambuco. Tal instituição prisional era parte da mesma Congregação responsável pela administração da PFMP em Porto Alegre. No entanto, a partir de uma fala de Vera Stringhini no documentário, na qual aponta que em Porto Alegre eram encarceradas em celas de castigo, a autora observa como se ancoravam as diferenças no tratamento dispensado às presas políticas:

As subjetividades e os posicionamentos políticos e filosóficos dos sujeitos que compunham essas instituições, modificam-nas, reelaboram suas práticas. Assim, a postura humanitária do Bispo Dom Helder Câmara, que ficou conhecido no Estado [Pernambuco] por interceder, procurar ajuda jurídica e muitas vezes procurar a família de presas/os políticas/os que estavam incomunicáveis, bem como a de muitas das freiras que dirigiam, cuidavam e gerenciavam a Colônia, fez a diferença no tratamento e no âmbito das relações diárias com estas presas. Tendo em vista, por exemplo, que no Bom Pastor - com exceção de algumas que nos primeiros dias que chegaram ficavam em celas solitárias até serem levadas para ficar junto às outras - as presas políticas ficavam em celas destrancadas. Por isso, Vera Striguini salienta, entre as diferenças que encontrou na Colônia do Rio Grande do Sul, ter ficado em celas fechadas.<sup>269</sup>

---

<sup>266</sup> QUEIROZ, op. cit., p. 132.

<sup>267</sup> MARCAS DA MEMÓRIA. **Penitenciária Feminina Madre Pelletier**. Prefeitura de Porto Alegre e Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 2016. Ver imagem da placa na p. 16.

<sup>268</sup> CAVALCANTE, 2017, op. cit.

<sup>269</sup> Ibid., p. 92.



Tem-se, então, mais uma indicação das condições excepcionais que estruturaram o cárcere político de mulheres nessa instituição administrada por religiosas em Porto Alegre. Outros direcionamentos futuros: qual a influência do núcleo local da Igreja Católica nas limitações impostas às detentas e na colaboração com o governo? Por que aqui o tratamento se fez tão severo, em dessemelhança com as outras penitenciárias que receberam presas políticas no Brasil?

Por meio dessas colocações, procuramos evidenciar que, além de promover análises que incrementam as produções prévias, a presente pesquisa revela potencialidades de novos questionamentos, abrindo caminhos para o aprofundamento da investigação. Mais do que isso, esperamos que este trabalho contribua no tão latente embate pelas ressignificações do passado, ao registrar o testemunho de mulheres que resistiram à ditadura e ao denunciar violações até então ocultas ou pouco discutidas. Que, como proposto por Meihy e Holanda<sup>270</sup>, ao pensar as facetas colaborativas de se fazer história oral, seja lido como um trabalho de muitas mãos e vozes que se interseccionam na mesma luta, pelo direito à memória e à justiça.

**Figura 15.** Helena, Ignez e Vera



Fonte: Acervo pessoal.

<sup>270</sup> MEIHY & HOLANDA, op. cit., p. 117.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

#### Processos de indenização – Fundo Comissão Especial de Indenização/APERS

- Processo nº 1992-1200/02-0 (Eliana Lorentz Chaves)
- Processo nº 6350-1200/98-1 (Helena Lucia Rodolphi Carneiro)
- Processo nº 6847-1200/98-0 (Ignez Maria Serpa Ramminger)
- Processo nº 6465-1200/98-5 (Leane Ferreira de Almeida)
- Processo nº 7033-1200/98-9 (Leia Schacher Abramovich)
- Processo nº 3127-1200/98-7 (Mailde Cresqui)
- Processo nº 6700-1200/98-5 (Maria Celeste Martins)
- Processo nº 6985-1200/98-0 (Nara Helena Naumann Machado)
- Processo nº 6983-1200/98-4 (Sandra Helena Machado)
- Processo nº 0495-1200/98-7 (Sonia Venancio Cruz)
- Processo nº 6874-1200/98-7 (Terezinha de Jesus Pereira Burmeister)
- Processo nº 5012-1200/98-8 (Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão)
- Processo nº 4990-1200/98-3 (Vera Lucia Stringhini)

#### Testemunhos orais

- Helena Lucia Rodolphi – concedido à autora em 26 de agosto de 2019, na cidade de Porto Alegre.
- Ignez Maria Serpa Ramminger – concedido à autora em 20 de setembro de 2019, na cidade de Porto Alegre.
- Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão – concedido à autora em 13 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro.

### Leis, decretos e atos institucionais

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.** Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm)> Acesso em: 23 set. 2019

BRASIL. **Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967.** Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 19 dez. 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; o Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da

República, 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)> Acesso em: 23 set. 2019

BRASIL. **Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969.** Altera a composição e competência do Supremo Tribunal Federal, amplia disposição do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e ratifica as emendas constitucionais feitas por Atos Complementares. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/AIT/ait-06-69.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-06-69.htm)> Acesso em: 23 set. 2019

BRASIL. **Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969.** Altera dispositivos do decreto-lei nº 314 de 13 de março de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-510-20-marco-1969-376778-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 19 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969.** Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, 1969. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.** Código Penal Militar. Brasília, DF: Ministério da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm)> Acesso em: 23 set. 2019

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.042, de 18 de novembro de 1997.** Reconhece a responsabilidade do estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizadas. Porto Alegre, RS: Governo do estado, 1997. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-11042-1997-rio-grande-do-sul-reconhece-a-responsabilidade-do-estado-do-rio-grande-do-sul-por-danos-fisicos-e-psicologicos-causados-a-pessoas-detidas-por-motivos-politicos-e-estabelece-normas-para-que-sejam-indenizadas>> Acesso em: 10 set. 2019.

## **Bibliografia**

AGUIRRE, Carlos. Cárcel y sociedad en América Latina: 1800-1940. In: GARCÉS, Eduardo Kingman. **Historia social urbana. Espacios y flujos.** Quito: FLACSO, 2009.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

ALVES, Taiara Souto. **Dos quartéis aos tribunais: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978).** 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ANGOTTI, Bruna. **Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus. O surgimento dos presídios femininos no Brasil.** 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ANTUNES, Fernanda Prince. **História e memória social: depoimentos de presos políticos - Presídio Tiradentes (1969-1973).** 2008. Monografia (Bacharelado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil: Nunca Mais.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

ARTUR, Angela. **Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e freiras.** 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

AYDOS, Valéria. **Vidas marcadas: experiências de tortura nas trajetórias de presos políticos no período da Ditadura Militar em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.** 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

\_\_\_\_\_. FIGUEIREDO, César A. S. A reconstrução social das vítimas da ditadura militar e a sua ressignificação política. **Anais do 37º Encontro Nacional da ANPOCS.** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Águas de Lindóia, 2013.

BARETTA, Jocyane Ricelly. **Arqueologia e construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964-1985).** 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2015.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: CNV, 2014.

BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 - 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982).** 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico?. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org). **Que história pública queremos?** Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2018.

BENEDITO, Vanessa Oliveira. **Percepções da prisão: presos políticos e presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional no Instituto Penal Cândido Mendes durante a ditadura militar.** 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2017.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CAVALCANTE, Tatianne Ellen. **Memórias femininas no Bom Pastor - PE: gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

CESAR, Janaina; CAVASSA, Caroline. Documento inédito mostra que número de presos nos primeiros dias do golpe militar de 64 pode ser quatro vezes maior. **The Intercept Brasil**, 30 mar. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/03/30/documento-inedito-mostra-que-numero-de-presos-nos-primeiros-dias-do-golpe-militar-de-64-pode-ser-quatro-vezes-maior/>> Acesso em: 27 nov. 2019.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. **A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70**. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Terrorismo de Estado e violência sexual na ditadura brasileira (1964-1985)**. 2015. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

\_\_\_\_\_. **Corpo de mulher, um campo de batalha: Terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CORDEIRO, Janaína Martins. Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). **Gênero**, Niterói, v. 8, n. 2, 2008.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. O Terrorismo de Estado (TDE) e a luta armada no Rio Grande do Sul: 1970. **Estudios Historicos**, n. 13, 2014.

\_\_\_\_\_. O Terrorismo de Estado (TDE) no Rio Grande do Sul: a repressão aos militantes da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) em 1970. **Anais do XII Encontro Estadual de História da Anpuh/RS**. São Leopoldo, Unisinos, 2014.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

\_\_\_\_\_. **A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

ELLWANGER, Raul; RIBAS, Vinícius de Lara. Lugares de repressão política em Porto Alegre (Rio Grande do Sul - Brasil). **IX Seminário Internacional Políticas de la Memoria**. Buenos Aires, 2016. Disponível em: <[http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2016/11/seminario/mesa\\_30/ellwanger\\_de\\_lara\\_mesa\\_30.pdf](http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2016/11/seminario/mesa_30/ellwanger_de_lara_mesa_30.pdf)> Acesso em: 16 out. 2019.

FARIA, Cátia. **Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura militar**. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

FARIAS, José Airton. **Pavilhão sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971-79)**. 2018. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2018.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios .In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FRANCHINI, Flávia Maria Ribeiro. **A subida do Monte Purgatório: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

FREITAS, Angélica. **Um útero é do tamanho de um punho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F; TRINDADE, Z. A & SANTOS, M. F. S. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. **Revista Interamericana de Psicologia**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militantes. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 2, 1997.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GREEN, James. “Who is this macho who wants to kill me?”: Male Homosexuality, Revolutionary Masculinity, and the Brazilian Armed Struggle of the 1960s and 70s. **Hispanic American Historical Review**, v. 92, n. 3, 2012.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **A influência de Jacques Maritain para a Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578001-a-influencia-de-jacques-maritain-para-a>

declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em: 11 dez. 2019.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2012.

\_\_\_\_\_. **La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111-135, jan./jun. 2010.

JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

KARPOWICZ, Débora Soares. **Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D'Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981)**. 2017. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LE GOFF, Jacques. Documento monumento. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

MARTINS, Larissa Pinto. A Atuação Política de Mulheres na Ditadura Civil-Militar Brasileira. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, 2018.

MELO, D. B; HOEVELER, R. C. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 18, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: Entrevista. **Revista História Agora**. São Paulo, n. 9, 2010.

\_\_\_\_\_. HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

MONTEIRO, Lorena Madruga; DRUMOND, André. A democracia na obra de Jacques Maritain e sua recepção pelos católicos brasileiros. **Tomo - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão, n. 18, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. **Revista Contemporânea**, Uruguai, v. 2, 2011.

NEHER, Clarissa. O negacionismo histórico como arma política. **Instituto Humanitas Unisinos**. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588090-o-negacionismo-historico-como-arma-politica>> Acesso em: 14 dez. 2019.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tomo I**. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História & Luta de Classes**, v. 4, 2007.

\_\_\_\_\_. FERNANDES, Ananda Simões. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014.

PASSERINI, Luisa. Gênero ainda é uma categoria útil para a história oral? In: \_\_\_\_\_. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 31, n. 57, 2015.

PINHEIRO, Clarice Costa. **Estar com ele, estar com ela: memórias das esposas dos presos políticos da Penitenciária Lemos Brito, Salvador anos de 1970**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade. 1964-1984**. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2013.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 2, 1990.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. **Taller (Segunda Epoca). Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina**, v. 1, n. 1, 2012.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **História Oral**, v. 16, n. 2, 2013.



\_\_\_\_\_. Memórias do afeto: Narrativas femininas sobre a luta contra a ditadura. In: NETO, Mário Danieli; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Narrativas sobre tempos sombrios: Ditadura civil-militar no Brasil**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil**. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final**. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça. Assembleia Legislativa: Porto Alegre, 2017. p. 8.

RUIZ, Carlos M. M. Bartolomé; VIOLA, Solon Eduardo Annes (org). **Testemunhas de uma barbárie: uma perspectiva da injustiça a partir das vítimas do estado de exceção, Brasil 1964-1988**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2016.

SANTOS, Natália Neris da. **A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

SANTOS, Rodrigo Fonseca Vieira dos. **Memória e espaço prisional: a experiência das expensas políticas do Instituto Penal Talavera Bruce (1970-1979)**. 2006. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, Thayana de Oliveira. **As mulheres do Raio Leste: As presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pernambuco, 2016.

SANWAYS, D. T. Ditadura em nome da democracia: as utilizações da democracia por regimes ditatoriais. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**. Morrinhos, v. 2, n. 1, 2011.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**. Salvador, v. 24, n. 61, 2011.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

STEPHAN, Cláudia. A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969). **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 5, n. 3, 2016.

SCOTT, J. W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 45, n. 45, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/15018/11212>> Acesso em: 23 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 20, v. 2, 1995.

SILVA, Kelvin Emmanuel Pereira. **Policiais militares do RS: a prática de oposição à ditadura militar e a formação de redes de experiência (1964-1979)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: \_\_\_\_\_; PEDRO, Joana Maria (org). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

\_\_\_\_\_ PEDRO, Joana Maria; GOMES, Janine. “Gendered” Memories: Women’s Narratives from the Southern Cone. In: BENMAYOR, R.; CARDENAL, M. E.; PRATS, P. D. **Memory, subjectivities, and representation. Approaches to Oral History in Latin America, Portugal and Spain**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2015.

TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2011.